

• VISITE •
NOBRES
mato grosso • brasil



**PLANO MUNICIPAL
DE TURISMO DE NOBRES**
2026–2028

SETIC
Secretaria de
Turismo, Indústria
e Comércio



PREFEITURA MUNICIPAL DE
NOBRES



Banco de Imagens: SETIC / Prefeitura Municipal de Nobres

Ficha técnica

Campo	Informação
Realização	Prefeitura Municipal de Nobres
Órgão responsável	Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio - SETIC
Prefeito Municipal	José Domingos Fraga Filho
Secretária Municipal de Turismo, Indústria e Comércio	Bruna Mendes de Fava
Coordenação técnica	Wenderson Fellipe Soares Magalhães
Elaboração e sistematização	Dahiana Ferlin; Wenderson Fellipe Soares Magalhães; Bruna Mendes de Fava
Revisão institucional	Dahiana Ferlin; Bruna Mendes de Fava
Participação social	Representantes do poder público, COMTUR, trade turístico, comunidades locais e sociedade civil organizada
Projeto gráfico e diagramação	Wenderson Fellipe Soares Magalhães
Horizonte de execução	2026-2028

Lista de siglas

Sigla	Significado
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
Cadastur	Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
FUMTUR	Fundo Municipal de Turismo
FUMBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGR	Instância de Governança Regional
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
MTur	Ministério do Turismo
PA	Projeto de Assentamento

Sigla	Significado
PMT	Plano Municipal de Turismo
PNT	Plano Nacional de Turismo
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
SETIC	Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio
SGS	Sistema de Gestão da Segurança
SMT	Sistema Municipal de Turismo
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats - forças, fraquezas, oportunidades e ameaças
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
PGAT	Plano de Gestão do Atrativo Turístico
TALC	Tourism Area Life Cycle - ciclo de vida das áreas turísticas
UH	Unidade habitacional
VUD	Voucher Único Digital

Lista de figuras e mapas

Figura ou mapa	Página
Figura 1 - Percorso metodológico do Plano Municipal de Turismo de Nobres 2026-2028	17
Figura 2 - Registros do processo participativo do Plano Municipal de Turismo: encontros realizados em Bom Jardim.	19
Figura 3 - Peça de mobilização da Oficina Participativa do Plano Municipal de Turismo, realizada na Câmara Municipal.	20
Mapa 1 - Localização do município de Nobres e sua inserção regional.	27
Figura 4 - Indicadores territoriais e demográficos de referência.	28
Mapa 2 - Hidrografia do município de Nobres.	30
Figura 5 - Cultura Viva de Nobres: Grupo Siriri Raízes Nobrense como expressão das tradições e festividades locais.	32
Figura 6 - Sabores de Nobres: peixes, acompanhamentos e modos de preparo associados à identidade regional.	33
Figura 7 - Esquema funcional dos principais acessos e conexões turísticas.	35
Figura 8 - Mapa turístico ilustrado de Nobres. O material representa referências de circulação e localização para comunicação com visitantes; não substitui cartografia oficial, limites administrativos ou plantas cadastrais.	37
Figura 9 - Funções territoriais complementares no sistema turístico municipal.	39
Figura 10 - Relações regionais que já influenciam ou podem ampliar a experiência turística de Nobres.	46
Figura 11 - Trajetória do turismo em Nobres: marcos territoriais, empresariais e institucionais.	50
Figura 12 - Arquitetura da gestão turística municipal.	55
Figura 13 - Frentes de atuação da SETIC e limites de governabilidade.	58
Figura 14 - Oferta turística em síntese: atrativos, serviços e agentes da cadeia receptiva.	63
Figura 15 - Comparação indicativa entre o Inventário Municipal e o Cadastur.	65
Figura 16 - Flutuação em águas cristalinas como experiência de contemplação, condução e interpretação ambiental.	67
Figura 17 - Banho, lazer e permanência em ambiente natural no Balneário Estivado.	68
Figura 18 - Atividades de aventura como vetor de diversificação da oferta.	69
Figura 19 - Fauna e paisagem como experiência.	71
Figura 20 - Cavidades naturais: patrimônio científico e potencial turístico condicionado.	73

Figura ou mapa	Página
Figura 21 - Unidades de conservação e territórios protegidos: funções e implicações para o turismo.	76
Figura 22 - Tipologias de hospedagem inventariadas em Nobres	79
Figura 23 - Multifuncionalidade dos empreendimentos turísticos	80
Figura 24 - Registro fotográfico da diversidade de hospedagem e acomodação	81
Figura 25 - Paçoca de pilão com carne seca.	82
Figura 26 - Iscas de carne ao molho de akaiá, farofa e arroz com babaçu.	83
Figura 27 - Ciclo de inteligência turística: registro, validação, análise, decisão, execução e avaliação.	87
Figura 28 - Síntese das avaliações positivas do Voucher Único Digital por turistas, empresários e gestores públicos.	89
Figura 29 - Perfil etário dos visitantes registrados.	91
Figura 30 - Principais estados emissores de visitantes.	93
Figura 31 - Principais mercados internacionais registrados.	94
Figura 32 - Série mensal de registros de visitantes, com máximo histórico de 10.973 registros em julho de 2024.	96
Figura 33 - Estratégia integrada para redução da sazonalidade turística.	97
Figura 34 - Permanência operacional registrada.	99
Figura 35 - Quantidade de atividades por visitante.	101
Figura 36 - Evolução do ticket médio por voucher e do valor médio por participante.	102
Figura 37 - Síntese do posicionamento competitivo e das condições de avanço.	105
Figura 38 - Relações entre capacidades, problemas estruturantes e efeitos no sistema turístico.	109
Figura 39 - Aplicação do ciclo de vida ao turismo de Nobres: estagnação relativa e condições de rejuvenescimento.	117
Figura 40 - Três cenários de evolução do turismo de Nobres até 2028.	130
Figura 41 - Mapa Estratégico do Turismo de Nobres 2026-2028	137
Figura 42 - Portfólio de segmentos prioritários e estágios de desenvolvimento	140

Lista de quadros

Quadro	Página
Quadro 1 - Matriz de fontes e função analítica.	21
Quadro 2 - Organização político-administrativa e referências territoriais.	26
Quadro 3 - Funções dos corredores e pontos de atenção para a gestão turística.	36
Quadro 4 - Contribuições territoriais dos municípios integrantes do Circuito das Águas.	44
Quadro 5 - Componentes do Sistema Municipal de Turismo.	56
Quadro 6 - Frentes permanentes de atuação da SETIC e arranjos de responsabilidade.	59
Quadro 7 - Agendas intersetoriais e arranjos de liderança.	60
Quadro 8 - Etapas de controle para aplicação de recursos do FUMTUR.	61
Quadro 9 - Síntese analítica das fichas complementares de atrativos e experiências.	66
Quadro 10 - Recursos com visitação espontânea ou incipiente, ainda não formatados.	74
Quadro 11 - Unidades de conservação relacionadas à paisagem turística de Nobres e à oferta regional.	77
Quadro 12 - Indicadores de referência dos meios de hospedagem.	78
Quadro 13 - Sistemas de apoio ao visitante e prioridades de gestão.	84
Quadro 14 - Matriz mínima de indicadores do Observatório para o PMT.	90
Quadro 15 - Indicadores selecionados do perfil dos visitantes.	92
Quadro 16 - Frentes para redução da sazonalidade e dinamização anual.	98
Quadro 17 - Movimentação operacional, referências fiscais e financiamento setorial.	103
Quadro 18 - Síntese dos problemas estruturantes do turismo de Nobres.	112
Quadro 19 - Condições de rejuvenescimento do destino no horizonte do PMT.	118
Quadro 20 - 8.2 Forças.	121
Quadro 21 - 8.3 Fraquezas.	122
Quadro 22 - 8.4 Oportunidades.	124
Quadro 23 - 8.5 Ameaças.	126

Quadro	Página
Quadro 24 - Relações estratégicas derivadas da leitura cruzada da SWOT.	128
Quadro 25 - Comparação dos cenários para o turismo de Nobres em 2028.	132
Quadro 26 - Princípios orientadores da direção estratégica.	133
Quadro 27 - Eixos estratégicos e linhas de atuação do Plano Municipal de Turismo de Nobres 2026-2028.	138
Quadro 28 - Critérios de prazo e prioridade das ações.	144
Quadro 29 - Plano de ação do Programa 1 - Governança, execução e financiamento.	146
Quadro 30 - Plano de ação do Programa 2 - Infraestrutura básica e turística, mobilidade e integração territorial.	147
Quadro 31 - Plano de ação do Programa 3 - Qualidade, segurança e profissionalização.	149
Quadro 32 - Plano de ação do Programa 4 - Conservação e uso responsável do patrimônio.	150
Quadro 33 - Plano de ação do Programa 5 - Diversificação, cultura e identidade local.	152
Quadro 34 - Plano de ação do Programa 6 - Mercado, promoção, permanência e calendário.	154
Quadro 35 - Plano de ação do Programa 7 - Inteligência, formalização e ambiente de negócios.	156
Quadro 36 - Matriz de indicadores estratégicos de resultado do PMT.	157

Sumário

Item	Página
Apresentação	14
Introdução	15
Metodologia	16
Abordagem geral e percurso metodológico	16
Escopo e revisão documental	18
Leitura territorial e bases da oferta	18
Inteligência turística e bases administrativas	18
Participação social e triangulação	18
Diagnóstico, prognóstico e formulação dos projetos	20
Matriz de fontes e função analítica	21
Critérios de qualidade, limites e validação	22
PARTE I - TERRITÓRIO, FORMAÇÃO E INSERÇÃO REGIONAL	23
O território como ponto de partida do planeamento	23
1. Nobres: formação histórica, base territorial e sociedade	25
1.1 Formação histórica e político-administrativa	25
1.2 Base geológica, hidrográfica e paisagem cárstica	27
1.3 População, economia, cultura e modos de vida	31
1.4 Acessos, mobilidade e circulação interna	34
1.5 Núcleos territoriais e funções complementares	38
1.5.1 Sede municipal	40
1.5.2 PA Coqueiral-Quebó: base fundiária e social	40
1.5.3 Vila Roda d'Água e comunidades do Distrito de Coqueiral	40
1.5.4 Distrito de Bom Jardim	41

Item	Página
1.5.5 Terra Indígena e presença territorial Bakairi	41
1.5.6 Demais áreas rurais de interesse turístico	42
1.6 Implicações territoriais para o planejamento turístico	42
1.7 Inserção regional, Circuito das Águas e Instância de Governança Regional (IGR)	44
2. Formação e trajetória do turismo em Nobres	48
2.1 Pioneirismo, uso recreativo dos rios e primeiros empreendimentos	48
2.2 Aprendizagens, referências externas e estruturação do destino	48
2.3 Expansão, consolidação e transformação da cadeia produtiva	49
2.4 Linha do tempo das políticas e instrumentos municipais	49
2.5 Territorialização contemporânea da oferta	51
PARTE II - DINÂMICA DO SISTEMA TURÍSTICO MUNICIPAL	52
Como o território se transforma em operação, experiência e resultado	52
3. Arquitetura institucional, legislação e governança	54
3.1 Marco legal e Sistema Municipal de Turismo	56
3.2 Estrutura, competências e capacidade técnica da SETIC	56
3.3 Articulação intersetorial na administração municipal	59
3.4 COMTUR: representação, funcionamento e desafios	60
3.5 FUMTUR: arrecadação, deliberação e aplicação	61
4. Oferta turística e infraestrutura de apoio	62
4.1 Inventário da Oferta Turística: conceito, escopo e limites	64
4.1.1 Inventário municipal e Cadastur: universos, diferenças e formalização	64
4.2 Atrativos, segmentos e experiências	65
4.2.1 Flutuações e experiências em águas cristalinas	66
4.2.2 Balneários, banho, lazer e multifuncionalidade	68
4.2.3 Aventura e atividades complementares	69

Item	Página
4.2.4 Observação de aves, fauna e turismo científico	70
4.2.5 Cavernas naturais e potencial do espeleoturismo	72
4.2.6 Recursos com visitação espontânea ou ainda não formatada	74
4.2.7 Unidades de conservação e territórios protegidos	75
4.2.8 Terra Indígena Santana e possibilidade de diálogo	77
4.2.9 Pesca turística e recreativa em leitura exploratória	77
4.3 Agenciamento, guias, condutores e transporte turístico	78
4.4 Meios de hospedagem e formas de acomodação	78
4.5 Alimentação, gastronomia e valorização de produtos locais	82
4.6 Artesanato, cultura, eventos, comércio e serviços complementares	84
4.7 Infraestrutura e serviços de apoio ao visitante	84
5. Visitação, demanda, mercado e desempenho turístico	86
5.1 Fontes, conceitos operacionais e limites de interpretação	86
5.2 Voucher Único Digital e Observatório: funcionamento, percepções e limites	86
5.2.1 Governança, proteção de dados e responsabilidades	86
5.2.2 Percepções de turistas, empresas e gestores	88
5.2.3 Funcionamento do Observatório e próximos passos	90
5.3 Perfil e comportamento dos visitantes	90
5.4 Mercados emissores e alcance territorial	92
5.5 Sazonalidade e concentração temporal	95
5.6 Permanência operacional e combinação de experiências	98
5.7 Composição das atividades e ticket médio	99
5.8 Movimentação econômica, ISSQN e limites do reinvestimento	102
5.9 Posicionamento competitivo e dinâmica de mercado	104
5.10 Implicações para o planejamento	106

Item	Página
PARTE III - DIAGNÓSTICO INTEGRADO E INTELIGÊNCIA TURÍSTICA	108
Das evidências dispersas aos problemas estruturantes e às condições de mudança	108
6. Diagnóstico integrado e relações causais	108
6.1 Governança e execução: muitos instrumentos, baixa conversão em rotina	110
6.2 Integração territorial e distribuição dos benefícios	110
6.3 Infraestrutura, mobilidade e serviços de apoio	110
6.4 Qualidade, segurança e conformidade operacional	110
6.5 Diversificação, maturidade dos produtos e sazonalidade	111
6.6 Conservação da água, do carste e das paisagens	111
6.7 Mercado, permanência e geração de valor	111
6.8 Formalização, trabalho e inteligência administrativa	112
7. Ciclo de vida, estagnação relativa e transição do destino	112
7.1 Referência teórica e critérios de aplicação	114
7.2 Evidências de consolidação	114
7.3 Sinais de estagnação relativa	116
7.4 Condições e vetores de rejuvenescimento	116
PARTE IV - SWOT PARTICIPATIVA, CENÁRIOS E DIREÇÃO ESTRATÉGICA	120
Da escuta social às escolhas para 2028	120
8. SWOT participativa do turismo de Nobres	121
8.1 Origem, alcance e critérios de leitura	121
8.2 Forças	121
8.3 Fraquezas	122
8.4 Oportunidades	124
8.5 Ameaças	126
9. Leitura cruzada da SWOT	127

Item	Página
9.1 Forças e oportunidades: capacidades que podem gerar avanço	127
9.2 Forças e ameaças: proteção dos ativos do destino	127
9.3 Fraquezas e oportunidades: condições que precisam ser construídas	127
9.4 Fraquezas e ameaças: riscos que exigem prioridade	127
10. Cenários para 2028	129
10.1 Cenário de continuidade: instrumentos sem convergência	131
10.2 Cenário de implementação parcial: avanços setoriais e resultados desiguais	131
10.3 Cenário desejado: rejuvenescimento coordenado e verificável	132
11. Direção estratégica 2026-2028	133
11.1 Princípios orientadores	133
11.2 Missão, visão e valores do destino	134
11.3 Mapa Estratégico do Turismo de Nobres	136
11.4 Segmentos prioritários e estágios de desenvolvimento	138
PARTE V - PROGRAMAS, AÇÕES, METAS E MONITORAMENTO	142
Da direção estratégica à execução verificável	142
12. Modelo de implementação	143
12.1 Estrutura do plano de ação	143
12.2 Responsabilidade, parceria e governabilidade	143
12.3 Prazos, prioridade, custos e fontes	143
13. Programas e plano de ação	145
13.1 Programa 1 - Governança, execução e financiamento	146
13.2 Programa 2 - Infraestrutura básica e turística, mobilidade e integração territorial	147
13.3 Programa 3 - Qualidade, segurança e profissionalização	149
13.4 Programa 4 - Conservação e uso responsável do patrimônio	150
13.5 Programa 5 - Diversificação, cultura e identidade local	152

Item	Página
13.6 Programa 6 - Mercado, promoção, permanência e calendário	154
13.7 Programa 7 - Inteligência, formalização e ambiente de negócios	156
14. Indicadores estratégicos, metas e verificação	157
15. Agenda de acompanhamento, revisão e atualização	159
Considerações finais	161
Referências	162

Apresentação

O Plano Municipal de Turismo de Nobres 2026-2028 consolida o amadurecimento de uma política pública construída ao longo de mais de duas décadas. O município reúne normas, instâncias de governança, mecanismos de controle da visitação, estudos, estratégias de mercado, inventário atualizado e bases de dados que ampliaram sua capacidade de compreender a atividade. O desafio atual é transformar esse acúmulo em direção comum, continuidade administrativa e entregas verificáveis.

O território turístico exige uma narrativa de unidade. A cidade de Nobres concentra governo, comércio, saúde, serviços urbanos, memória e apoio logístico; a Vila Bom Jardim organiza parcela expressiva da recepção turística; a Vila Roda d'Água e as comunidades do Distrito de Coqueiral articulam moradia, produção rural, paisagem e experiências em diferentes estágios de organização. Essas funções não constituem destinos concorrentes: integram a mesma marca territorial - Nobres, Mato Grosso, Brasil - e precisam ser coordenadas para reduzir assimetrias sem apagar identidades locais.

A atividade é tratada de forma sistêmica. Ambiente, infraestrutura, serviços, empresas, trabalhadores, comunidades, visitantes, regulação e mercado interferem na experiência e nos resultados. Por isso, o plano distingue entregas sob liderança municipal, responsabilidades compartilhadas e decisões dependentes de outras esferas, articulando a Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio (SETIC), o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), as demais secretarias, a iniciativa privada, as comunidades e a Região Turística Circuito das Águas.

Os sete programas e 47 projetos constituem uma agenda de implementação compartilhada. SETIC, COMTUR, FUMTUR, secretarias municipais, órgãos externos, empresas, trabalhadores, instituições de ensino e comunidades possuem responsabilidades próprias. O horizonte de 2028 é um ciclo de aprendizagem: o êxito será medido pela capacidade de consolidar rotinas, projetos maduros, segurança, conservação, dados utilizados e promoção coerente. Nesse sentido, o Plano Municipal de Turismo (PMT) assume a função de pacto público de continuidade, orientado a conservar o que torna Nobres singular, qualificar a vida de quem habita o município e transformar reconhecimento turístico em desenvolvimento duradouro.

O horizonte 2026-2028 combina ambição e responsabilidade. O plano não reduz a agenda a poucas ações genéricas, mas também não transforma toda demanda em promessa automática. Ao reunir território, memória, dados, participação, prioridades e mecanismos de acompanhamento, o documento assume a função de coordenar a qualificação da experiência turística, a conservação dos ativos naturais, a ampliação dos benefícios locais e a preparação de um novo ciclo de desenvolvimento.

Introdução

O turismo é um fenômeno social, econômico, cultural e espacial produzido pelo deslocamento de pessoas e pela organização de territórios para receber esses fluxos. Seus efeitos alcançam mobilidade, uso do solo, conservação ambiental, trabalho, arrecadação, consumo, identidade e serviços públicos. Planejar turismo, portanto, significa organizar relações, antecipar impactos e criar condições para que os benefícios sejam distribuídos sem comprometer os recursos que sustentam o destino.

Nesse contexto, a abordagem sistêmica orienta essa leitura. Beni (2007) demonstra que o turismo resulta da interação entre relações ambientais, organização estrutural e ações operacionais; Boullón (2002) evidencia que a atividade se materializa no espaço por meio de centros, corredores, áreas, atrativos, equipamentos e fluxos. Nobres é compreendido, assim, como sistema territorial formado por núcleos, recursos naturais, estruturas públicas, empreendimentos e relações sociais interdependentes.

No campo das políticas públicas, planejar implica escolher rumos, compatibilizar interesses, distribuir responsabilidades e acompanhar resultados. Hall (2008) ressalta que o planejamento turístico envolve processos políticos e institucionais, e não apenas técnicas de elaboração documental. A consistência do diagnóstico precisa, portanto, ser acompanhada pela capacidade de incorporar decisões à rotina administrativa, ao orçamento, aos projetos e às formas de cooperação.

As diretrizes nacionais reforçam sustentabilidade, inclusão, gestão inteligente, cooperação federativa, regionalização e participação social (BRASIL, 2024a; BRASIL, 2024b; BRASIL, 2026). O PMT insere Nobres nesse sistema e adapta essas orientações a uma realidade de natureza sensível, na qual águas cristalinas, carste, cavernas, fauna, vegetação e ruralidade constituem patrimônio ambiental e social, e não apenas elementos promocionais.

Nobres construiu reconhecimento principalmente a partir das águas cristalinas, dos balneários e das atividades de aventura. Esse processo gerou empreendimentos, trabalho, serviços e instrumentos de controle, mas também consolidou permanência curta, concentração espacial, diferenças de qualidade e dependência de poucos produtos. O desafio de 2026-2028 é qualificar a base existente, ampliar integração e valor e preparar diversificação sem promover como realidade aquilo que ainda depende de estudo, manejo, autorização, segurança ou organização comercial.

O plano utiliza os dados do Voucher e do Observatório com rigor conceitual: pax, visitação, voucher, atividade, ticket médio, movimentação registrada e arrecadação respondem a perguntas distintas. Essas bases são confrontadas com inventário, documentos, registros administrativos, observação técnica e participação social. A triangulação evita que uma única fonte seja tratada como representação completa do destino e preserva divergências relevantes para a decisão pública.

A estrutura segue uma cadeia lógica; o território e a trajetória antecedem a análise do sistema turístico; oferta, demanda e governança sustentam o diagnóstico; a análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats — forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) e os cenários orientam a direção estratégica; e os programas convertem escolhas em projetos, responsabilidades, custos indicativos, metas e acompanhamento. O horizonte termina em 2028, mas inclui entregas preparatórias e mecanismos de aprendizagem que deverão alimentar o ciclo seguinte.

Metodologia

Abordagem geral e percurso metodológico

A elaboração adotou abordagem aplicada, qualitativa e quantitativa, organizada por perspectiva sistêmica, territorial, participativa e orientada por evidências. O processo foi estruturado para apoiar decisões concretas, interpretar relações entre ambiente, gestão, infraestrutura, oferta, demanda e mercado, reconhecer as funções dos núcleos municipais e incorporar percepções dos atores locais.

Nenhuma fonte foi considerada suficiente isoladamente. Planos anteriores, inventário, Voucher, Observatório, bases fiscais, legislação e SWOT possuem universos e finalidades distintas. A análise resultou da triangulação desses materiais, com indicação de período, conceito, alcance e limitações.



Percurso metodológico

Etapas de elaboração do Plano Municipal de Turismo de Nobres 2026-2028



Síntese visual das principais etapas do processo de elaboração do plano.



Escopo e revisão documental

O horizonte 2026-2028 foi delimitado a partir de oito questões: condicionantes territoriais; trajetória da atividade; funcionamento da cadeia; problemas de qualidade e competitividade; capacidades existentes; cenários plausíveis; governabilidade das intervenções; e formas de medir resultados. Essa delimitação distinguiu o PMT de inventário cadastral, relatório de gestão ou plano de marketing.

A revisão documental comparou o Plano de Desenvolvimento Turístico de 2016, o Plano Estratégico de Marketing 2025-2028, o Plano Estratégico de Ações, mapas estratégicos, legislação, registros do Sistema Municipal de Turismo, audiência pública e bases técnicas da SETIC. Foram identificadas permanências, propostas não executadas, mudanças territoriais, contradições e iniciativas ainda pertinentes.

Leitura territorial e bases da oferta

O Inventário da Oferta Turística foi utilizado para identificar e interpretar atrativos, equipamentos, serviços e infraestruturas, considerando tipologias, distribuição, função na jornada, capacidade e lacunas. A relação nominal permanece como base técnica complementar e atualizável; o corpo do PMT apresenta sínteses e implicações para o planejamento. Quando os dados não permitiram avaliar preço, qualidade, capacidade ou regularidade, a limitação foi registrada. O inventário foi confrontado com o Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur) sem pressupor equivalência entre os universos municipal e federal.

Inteligência turística e bases administrativas

As bases do Voucher e do Observatório foram tratadas por série temporal, origem, atividade, perfil, permanência operacional e movimentação registrada. A análise distinguiu pessoa individualizada, visitação, voucher, atividade e valor da operação, utilizou resultados agregados e preservou dados pessoais.

A emissão do voucher foi compreendida como mecanismo de controle, e não como prova isolada de registro integral, cumprimento de capacidade ou conformidade. Qualidade cadastral, cancelamentos, operações não registradas e integração com o Plano de Gestão do Atrativo Turístico (PGAT), o Sistema de Gestão da Segurança (SGS) e a fiscalização foram considerados limites do sistema.

Bases fiscais e administrativas complementares foram utilizadas para contextualizar formalização e arrecadação, sem equiparar movimentação turística, faturamento, imposto recolhido e investimento no setor. A leitura do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) respeitou o sigilo fiscal e foi separada da governança própria do FUMTUR.

Participação social e triangulação

O processo participativo reuniu dois encontros em Bom Jardim e uma audiência pública na sede municipal, além da Oficina Participativa de 19 de novembro de 2025. Participaram poder público, COMTUR, empreendedores, profissionais, comunidades e sociedade civil. As contribuições foram sistematizadas na SWOT e preservadas integralmente, com ajustes apenas de legibilidade e organização temática.

A leitura cruzada relacionou forças, fraquezas, oportunidades e ameaças e funcionou como ponte entre escuta social, diagnóstico, cenários e plano de ação. As manifestações não foram convertidas automaticamente em compromissos, mas sua origem foi mantida para garantir rastreabilidade e devolutiva.

Figura 2 - Registros do processo participativo do Plano Municipal de Turismo: encontros realizados em Bom Jardim. Fonte: Banco de Imagens da SETIC, 2025.



Figura 3 - Peça de mobilização da Oficina Participativa do Plano Municipal de Turismo, realizada na Câmara Municipal. Fonte: SETIC, 2025.

OFICINA PARTICIPATIVA

Registro de mobilização pública do processo de elaboração



19 de novembro de 2025 | Câmara Municipal de Nobres

Trade turístico, poder público, vereadores e comunidade local.

Diagnóstico, prognóstico e formulação dos projetos

A triangulação confrontou dados quantitativos, documentos e legislação, percepções participativas e leitura técnica do território. Um problema foi considerado estruturante quando apresentou recorrência, impacto relevante, capacidade de bloquear outras frentes ou necessidade de coordenação institucional.

O ciclo de vida das destinações foi utilizado como referência interpretativa, sem classificação automática. A análise examinou consolidação, estagnação relativa, perda de competitividade e vetores de renovação. Recursos em estudo, como cavidades vinculadas a planos de manejo e Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), foram registrados como potenciais condicionados, e não como oferta disponível.

O prognóstico comparou continuidade, implementação parcial e cenário desejado para 2028. A direção estratégica decorreu desse contraste e foi convertida em projetos com entrega, liderança, parceiros, prazo, prioridade, faixa indicativa de investimento, indicador e meta.

Os projetos foram derivados do diagnóstico, da SWOT, dos instrumentos anteriores, da legislação e das demandas institucionais. A priorização combinou relevância, urgência, impacto sistêmico, governabilidade, maturidade técnica, dependências, prazo e custo. Intervenções dependentes de engenharia, licenciamento, regularização, competência externa ou anuência comunitária foram formuladas como estudos, projetos, pactos ou articulações.

Matriz de fontes e função analítica

A matriz resume as principais fontes e a função desempenhada por cada uma na construção do PMT.

Quadro 1 - Matriz de fontes e função analítica. Fonte: elaboração própria, 2026.

Fonte	Natureza	Função no PMT
Plano de Desenvolvimento Turístico de 2016	Diagnóstico e planejamento histórico	Comparar problemas, propostas, indicadores e evolução da capacidade institucional.
Plano Estratégico de Marketing 2025-2028	Mercado, posicionamento e propostas promocionais	Aproveitar análises e ações pertinentes; verificar execução e aderência à realidade atual.
Plano Estratégico de Ações	Diretrizes e iniciativas propostas	Rastrear propostas e confrontá-las com governabilidade, participação e dados atuais.
Inventário da Oferta Turística	Base territorial da oferta	Quantificar, tipificar e interpretar atrativos, serviços, equipamentos e infraestrutura.
Voucher Único Digital e Observatório	Base operacional e analítica	Analisar visitação, visitantes, sazonalidade, mercados, atividades e movimentação, com distinção conceitual.
SWOT e registros participativos	Percepções e prioridades sociais	Preservar integralmente as contribuições, organizar temas e realizar leitura cruzada.
Plano Municipal de Saneamento Básico de Nobres	Caracterização territorial, cartografia, recursos hídricos e infraestrutura	Apoiar a leitura espacial e ambiental; utilizar dados históricos com indicação de data e sem substituir bases atualizadas.
Pólo Ecoturístico Nobres - Anexos Técnicos (2002-2003)	Caracterização histórica, ambiental e formação em melhores práticas	Recuperar a memória técnica do destino, identificar permanências e comparar potencialidades e riscos ao longo do tempo.

Critérios de qualidade, limites e validação

O documento passou por controles factual, conceitual, territorial, de coerência e editorial. Datas, quantitativos, denominações, competências, conceitos, relações entre diagnóstico e projetos, transições, redundâncias e função dos elementos visuais foram verificados durante as entregas.

O PMT não substitui engenharia, plano de manejo, licenciamento, regularização fundiária, avaliação fiscal, projeto executivo ou protocolo operacional. Quando uma intervenção depende desses instrumentos, a entrega foi definida conforme a governabilidade do responsável: elaborar, contratar, articular, pactuar, acompanhar, fiscalizar ou preparar o projeto. Informações sensíveis foram utilizadas somente de forma agregada e compatível com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

A validação por entregas permitiu corrigir informações locais antes da consolidação. Com o método definido, a análise passa ao território, à formação histórica e aos corredores que conectam a vida municipal à experiência turística.

PARTE I - TERRITÓRIO, FORMAÇÃO E INSERÇÃO REGIONAL

O território como ponto de partida do planejamento

O turismo de Nobres não pode ser compreendido apenas pela localização dos atrativos mais conhecidos. A atividade se apoia em uma estrutura territorial ampla, marcada por uma sede urbana que concentra serviços e decisões públicas, por distritos e localidades rurais que organizam a recepção dos visitantes, por corredores rodoviários que condicionam a circulação e por uma base físico-ambiental cuja fragilidade é inseparável de sua atratividade. A leitura dessa estrutura antecede o diagnóstico porque permite compreender onde os benefícios, os custos e as responsabilidades do turismo efetivamente se distribuem.

No mercado, o nome Nobres identifica uma experiência integrada, ainda que ela se distribua por diferentes distritos, vilas, comunidades, propriedades e até por produtos situados em municípios vizinhos e comercializados pela cadeia receptiva local. A marca turística foi concebida para reforçar esse sentido de unidade: cidade, distritos e áreas rurais não constituem destinos concorrentes, mas partes de uma mesma proposta municipal. Essa opção editorial é especialmente importante diante de rivalidades históricas e de aspirações territoriais que permanecem no debate local. Reconhecer diferenças de infraestrutura, renda, serviços e dependência econômica do turismo não significa reforçar separações; significa produzir políticas capazes de reduzir assimetrias dentro de um projeto comum.

O objetivo não é produzir uma descrição enciclopédica do município, mas demonstrar como história, geologia, hidrografia, economia, cultura, mobilidade e ocupação do solo se conectam à formação do destino. Essa leitura oferece a base para que, nos capítulos posteriores, a oferta, a demanda, a governança e os problemas estruturantes sejam analisados dentro de seu contexto, e não como elementos isolados.

visite
NOBRES
mato grosso • brasil



PARTE I

Território, Identidade e Caracterização de Nobres

Leitura territorial, formação
espacial e atributos do destino



1. Nobres: formação histórica, base territorial e sociedade

Nobres ocupa posição de transição entre a Baixada Cuiabana e o centro-norte mato-grossense, conectando corredores de circulação, áreas rurais, atividades industriais e paisagens cársticas de elevada sensibilidade ambiental. Essa localização produziu uma dupla condição territorial: o município funciona como espaço de passagem e abastecimento em escala regional, mas também reúne núcleos urbanos e rurais com ritmos, funções e níveis de infraestrutura distintos. A mineração de calcário e a indústria, a agropecuária, o comércio, os serviços e o turismo coexistem e disputam recursos, mão de obra, acessos e atenção institucional. O turismo não criou essa estrutura; inseriu-se nela, reorganizando fluxos e expectativas. Por isso, sua gestão exige compreender tanto a complementaridade entre a cidade de Nobres, a Vila Bom Jardim, a Vila Roda d'Água e as comunidades rurais quanto a necessidade de tratar todo o município como um único destino.

1.1 Formação histórica e político-administrativa

Antes do avanço da ocupação não indígena, a região integrava territórios de circulação e presença de povos originários, com destaque histórico para os Bakairi. Reconhecer essa anterioridade evita que a história municipal seja iniciada apenas com a colonização e permite compreender que as paisagens hoje valorizadas pelo turismo já possuíam significados, usos e relações sociais anteriores à formação das estruturas administrativas contemporâneas.

A ocupação colonial ganhou intensidade com o movimento de mineração que se expandiu pelo interior de Mato Grosso. A partir de meados do século XVIII, o território funcionou como ponto de passagem entre Cuiabá, Rosário Oeste e Diamantino, apoiando deslocamentos associados à busca de ouro e diamantes. Pequenos pousos, roças e núcleos de abastecimento se formaram ao longo dessas rotas. O povoado de Seis Marias, posteriormente conhecido como Bananal, integra essa memória de circulação e fixação populacional (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, 2026).

A denominação Nobres está associada a três antigas sesmarias - Bananal, Francisco Nobre e Pontezinha - e à família ligada à área denominada Francisco Nobre. O nome passou a identificar oficialmente a localidade na década de 1930. Em 1943 foi constituído o distrito vinculado a Rosário Oeste. A criação do município ocorreu pela Lei Estadual n. 1.943, de 11 de novembro de 1963, com território desmembrado de Rosário Oeste e Chapada dos Guimarães; a instalação administrativa ocorreu em 1º de maio de 1965 (IBGE, 2026).

O processo de colonização, a abertura de vias terrestres e a implantação de atividades industriais modificaram profundamente o perfil econômico do município ao longo da segunda metade do século XX. A posição junto ao corredor da BR-163/364 favoreceu a circulação de pessoas e mercadorias, enquanto a disponibilidade de calcário sustentou a instalação e expansão de atividades minerárias e cimenteiras. Paralelamente, a agricultura, a pecuária e os assentamentos rurais consolidaram diferentes formas de ocupação e trabalho.

A formação do Projeto de Assentamento (PA) Coqueiral-Quebó acrescentou uma camada decisiva à história recente. Conforme Brites (2020), cerca de 150 famílias ocuparam a região em 1985 e aproximadamente 750 famílias foram assentadas entre 1990 e 1991. O dado deve ser lido como registro histórico do processo social e fundiário, marcado à época por dificuldades de titulação e permanência. O assentamento não corresponde a uma única comunidade: constitui base fundiária extensa na qual se inserem diferentes localidades e referências territoriais, entre elas Bom Jardim, Roda d'Água, Cerquinha e Vila Daniel.

A organização político-administrativa municipal compreende três distritos: o distrito-sede de Nobres, cuja sede é a cidade de Nobres; o Distrito de Bom Jardim, cuja sede é a Vila Bom Jardim; e o Distrito de Coqueiral, cuja sede é a Vila Roda d'Água. O Distrito de Coqueiral inclui comunidades e aglomerados rurais como Vila Daniel, Lagoa Salgada, Córrego Fundo e Cerquinha, além de outras propriedades e setores rurais. A nomenclatura técnica deve preservar essas escalas: distrito é uma divisão político-administrativa; cidade é a sede do município e do distrito-sede; vila pode ser sede distrital ou integrar o nome tradicional de uma comunidade; comunidade e setor expressam referências socioterritoriais; glebas e assentamentos seguem limites fundiários que não necessariamente coincidem com os limites distritais. O PA/Gleba Coqueiral-Quebó, portanto, não é sinônimo do Distrito de

Coqueiral e pode compreender parcelas inseridas também no Distrito de Bom Jardim. Essa padronização melhora cadastros, mapas, responsabilidades e leitura de dados sem apagar os nomes utilizados pela população.

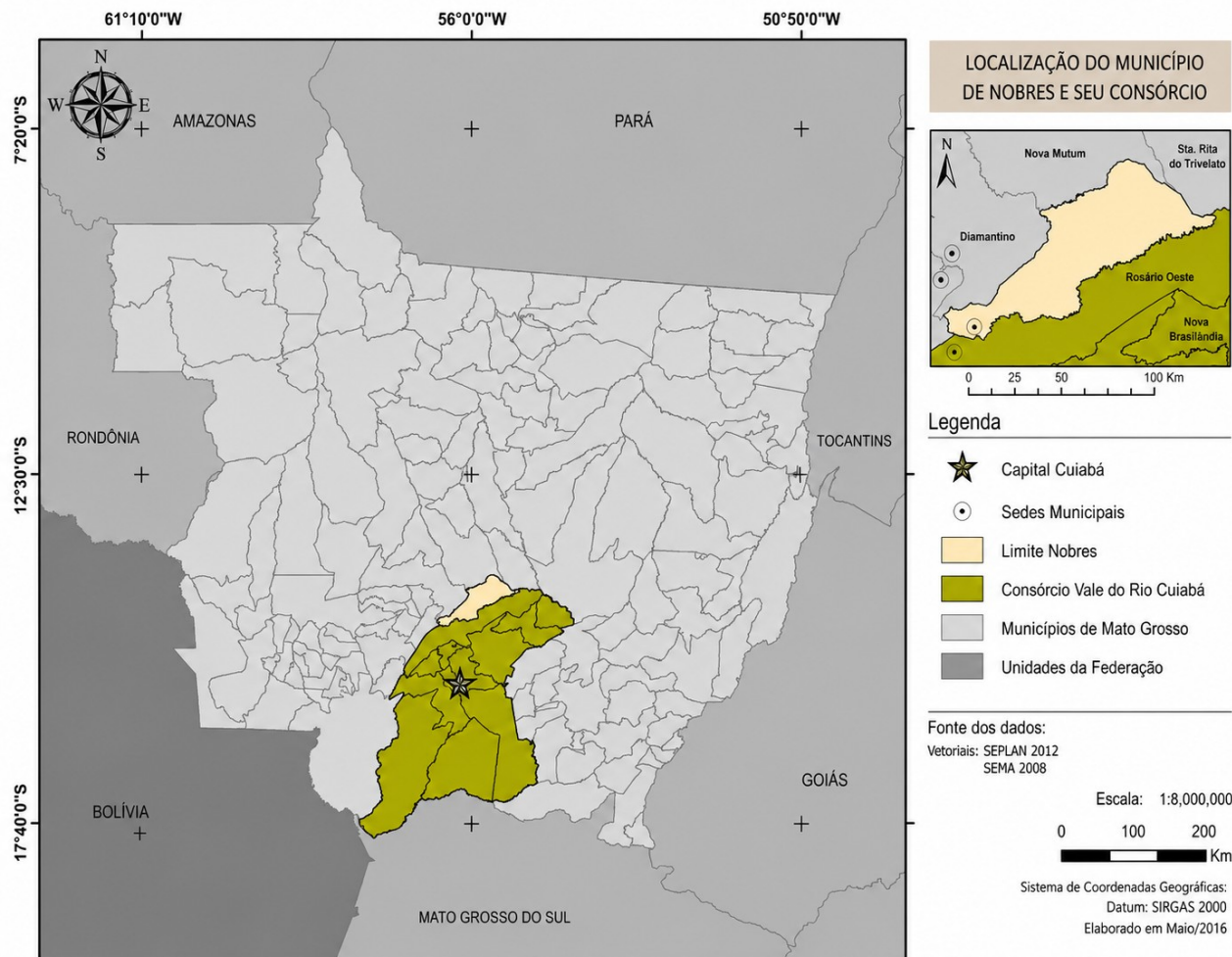
Quadro 2 - Organização político-administrativa e referências territoriais. Fonte: IBGE e legislação municipal; sistematização do PMT, 2026.

Distrito	Sede ou referência principal	Localidades e observações
Nobres (distrito-sede)	Cidade de Nobres	Sede municipal e concentração de serviços públicos e urbanos.
Bom Jardim	Vila Bom Jardim	Sede distrital; distrito inclui áreas rurais e parte da base fundiária Coqueiral-Quebó.
Coqueiral	Vila Roda d'Água	Inclui Vila Daniel, Lagoa Salgada, Córrego Fundo, Cerquinha e outras áreas rurais.

Essa história demonstra que o território de Nobres não foi organizado para o turismo e depois ocupado por outras atividades. O movimento foi inverso: o turismo se inseriu em uma estrutura já marcada por produção rural, indústria, circulação rodoviária, moradia e conflitos fundiários. A política pública precisa, portanto, coordenar a atividade turística com essas funções, evitando tratá-la como setor autônomo ou como justificativa para apagar outros usos legítimos do território.

A localização municipal também deve ser lida em relação aos corredores regionais e às bacias que conectam Nobres ao entorno. O mapa a seguir, produzido no âmbito do Plano Municipal de Saneamento Básico, é utilizado como referência cartográfica de localização geral. Como sua base vetorial é de 2008-2012, o material não substitui a cartografia oficial atualizada, mas contribui para visualizar a posição do município e sua inserção regional (LIMA; MODESTO FILHO; MOURA, 2017).

Mapa 1 - Localização do município de Nobres e sua inserção regional. Fonte: Plano Municipal de Saneamento Básico de Nobres (LIMA; MODESTO FILHO; MOURA, 2017), com dados vetoriais da SEPLAN (2012) e SEMA (2008).



1.2 Base geológica, hidrográfica e paisagem cárstica

O município possui área territorial de 3.908,739 km² e densidade demográfica de 3,96 habitantes por quilômetro quadrado. A extensão municipal, combinada à baixa densidade, ajuda a explicar o custo de manter estradas, comunicação, fiscalização e serviços públicos em áreas rurais dispersas. Para o turismo, essa característica produz uma experiência



especialmente ampla: deslocamentos entre a sede, os núcleos de recepção e os atrativos fazem parte do produto e interferem diretamente no tempo disponível, na segurança e na percepção de qualidade (IBGE, 2025).

Figura 4 - Indicadores territoriais e demográficos de referência. Fonte: IBGE, 2025-2026.

NOBRES EM SÍNTESE

Indicadores territoriais e demográficos de referência

3.908,739 km²

Área territorial (2025)

15.492

habitantes no Censo 2022

3,96 hab./km²

Densidade demográfica

15.796

população estimada (2025)

1963

criação do município

1965

instalação administrativa

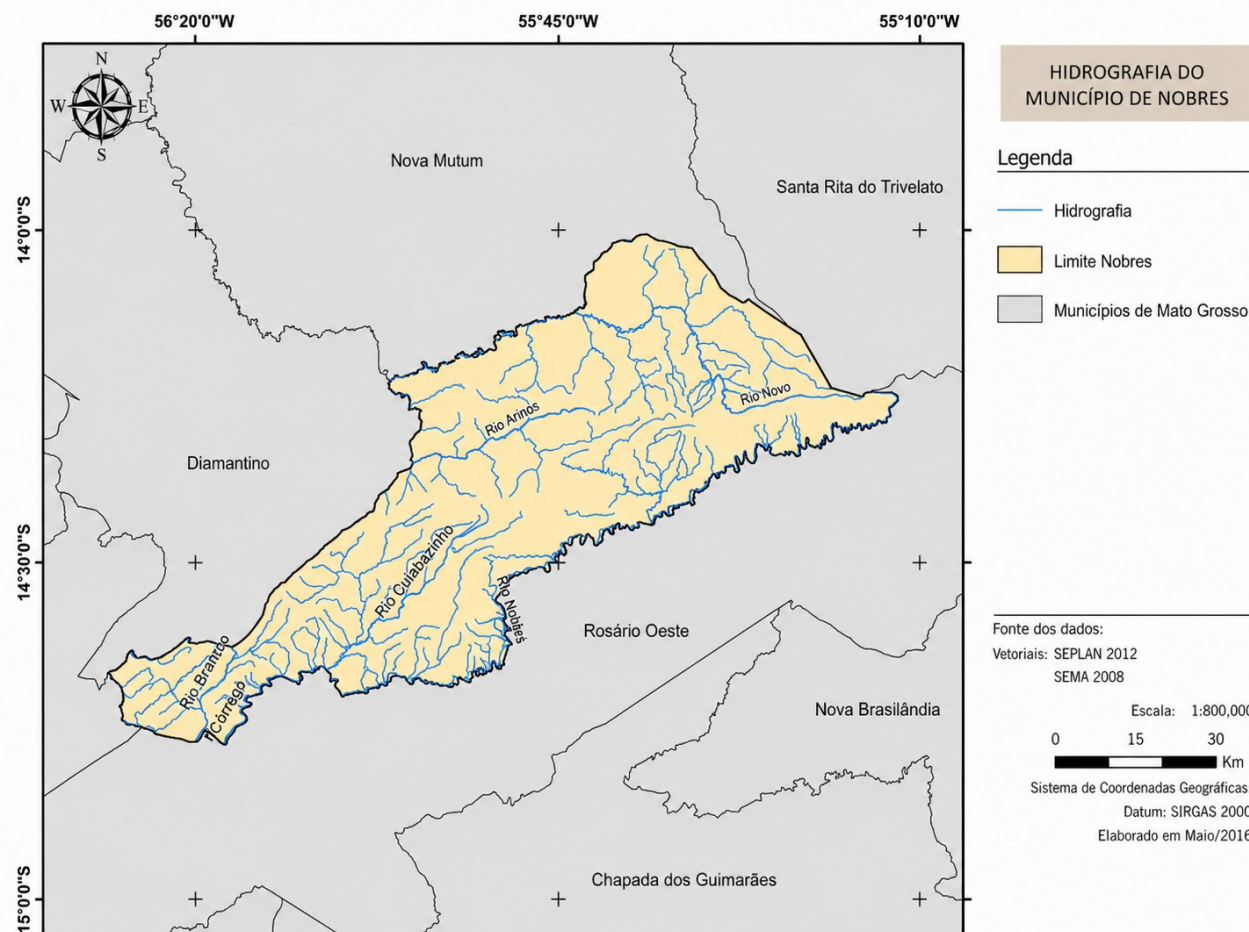


A base geológica é marcada pela presença de rochas carbonáticas e por formas de relevo associadas ao carste. Em termos simples, a água atua sobre essas rochas ao longo do tempo, ampliando fissuras e modelando condutos, cavernas, dolinas, paredões e sistemas de drenagem superficial e subterrânea. A mesma estrutura que produz paisagens de elevado valor cênico também exige cautela: áreas cársticas podem apresentar alta vulnerabilidade à contaminação, mudanças de drenagem e impactos decorrentes de ocupação, mineração, abertura de vias ou visitação mal ordenada.

A relação entre rocha, solo, vegetação e água contribui para a transparência que caracteriza parte dos rios e nascentes do município. A cristalinidade, entretanto, não deve ser tratada como atributo permanente ou garantido. Ela depende do funcionamento dos sistemas naturais e pode ser comprometida por erosão, sedimentos, saneamento inadequado, supressão de vegetação, movimentação de solo e usos incompatíveis nas áreas de contribuição hídrica. A conservação da paisagem turística começa, portanto, fora do limite imediato dos atrativos.

A rede hidrográfica municipal conecta duas grandes regiões hidrográficas. O Plano Municipal de Saneamento Básico registra a presença das Unidades de Planejamento e Gestão P-3 (Alto Paraguai Superior), P-4 (Alto Rio Cuiabá) e A-12 (Arinos), vinculadas às bacias do Alto Paraguai e do sistema Juruena-Teles Pires. O documento também situa parte do território em domínio aquífero fissuro-cárstico, condição que reforça a relação entre águas superficiais, águas subterrâneas e rochas carbonáticas (LIMA; MODESTO FILHO; MOURA, 2017). Cursos d'água de diferentes escalas - como os rios Cuiabá, Cuiabazinho, Arinos, Novo, Quebó, Nobres e Serragem - sustentam abastecimento, produção, ecossistemas, lazer e experiências turísticas. A água é, portanto, patrimônio ambiental, recurso produtivo, elemento identitário e base econômica do destino.

Mapa 2 - Hidrografia do município de Nobres. Fonte: Plano Municipal de Saneamento Básico de Nobres (LIMA; MODESTO FILHO; MOURA, 2017), com dados vetoriais da SEPLAN (2012) e SEMA (2008).



A leitura do mapa evidencia que o planejamento turístico não pode se limitar aos pontos de visitação. A qualidade das experiências depende de toda a rede de drenagem e das áreas de contribuição hídrica, inclusive em trechos sem uso turístico direto. Saneamento, drenagem, conservação de matas ciliares, controle de erosão e gestão de resíduos são, por isso, componentes da competitividade e da continuidade do destino.

A paisagem também apresenta serras, vales, campos, cerrado, áreas florestadas e ambientes úmidos que ampliam a diversidade de experiências possíveis. Essa variedade permite pensar o território para além das atividades aquáticas, incorporando observação de aves, caminhadas interpretativas, turismo científico, experiências pedagógicas e produtos vinculados à ruralidade. Contudo, a diversificação depende de manejo, qualificação, segurança, interpretação e organização comercial; a mera existência do recurso não o transforma em atrativo.

As cavidades naturais constituem exemplo claro dessa distinção. Nobres reúne cavernas e feições cársticas com relevância ambiental, científica, histórica e potencial turístico. Parte dessas áreas encontra-se em estudo ou depende de planos de manejo, licenciamento, regularização e definição de protocolos de uso. O plano utilizará esse patrimônio para demonstrar capacidade de renovação da oferta, mas não apresentará como disponível aquilo que ainda não está aberto à visitação regular.

Princípio de planejamento ambiental

Em Nobres, conservar a água e o carste não é uma agenda paralela ao turismo. É condição para a continuidade do destino, para a segurança das atividades e para a manutenção do valor percebido pelos visitantes.

Essa base físico-ambiental será retomada no diagnóstico e na discussão do ciclo de vida do destino. Por ora, importa reconhecer que a competitividade turística de Nobres deriva de sistemas naturais sensíveis e interdependentes. O planejamento deve atuar sobre a bacia, os acessos, os usos do solo, os resíduos, o saneamento e a qualidade operacional, e não apenas sobre a área delimitada de cada empreendimento.

1.3 População, economia, cultura e modos de vida

Nobres registrou 15.492 habitantes no Censo Demográfico de 2022, com uma população estimada em 15.796 pessoas para 2025. A maior parte dos serviços públicos e comerciais está concentrada na sede, mas parcela importante da população vive ou trabalha em distritos, assentamentos, comunidades e propriedades rurais. Essa distribuição condiciona o turismo: trabalhadores se deslocam entre núcleos, visitantes dependem de serviços urbanos distantes dos atrativos e os benefícios econômicos não se distribuem automaticamente por todo o território (IBGE, 2025).

A economia municipal combina atividades industriais, agropecuárias, comerciais e de serviços. A cadeia do calcário e do cimento possui peso histórico na arrecadação, no emprego e na ocupação do território. A agropecuária sustenta propriedades, assentamentos e circuitos de abastecimento. O comércio e os serviços atendem moradores, trabalhadores em trânsito e visitantes. O turismo se soma a essa estrutura e cria efeitos sobre hospedagem, alimentação, transporte, agenciamento, guiamento, construção, manutenção, comunicação e compras, mas não substitui os demais setores.

Essa coexistência produz oportunidades e tensões. A atividade industrial amplia a base econômica e a demanda por infraestrutura, ao mesmo tempo em que seus impactos precisam ser compatibilizados com a conservação de paisagens, águas e cavidades. A produção rural pode fornecer alimentos, saberes e experiências ao turismo, mas enfrenta limitações de logística, formalização e comercialização. A expansão imobiliária nos núcleos turísticos pode gerar investimento e renda, mas também pressionar o solo, o saneamento, a mobilidade e a permanência das famílias locais.

O turismo deve ser avaliado menos pelo discurso de que “movimenta toda a economia” e mais pela capacidade concreta de gerar trabalho digno, compras locais, encadeamentos produtivos e receitas que permaneçam no município. O gasto do visitante pode circular por diferentes empresas, inclusive sediadas fora do território. Da mesma forma, o valor registrado em um voucher não equivale à renda líquida retida localmente. Essas distinções serão aprofundadas quando o plano analisar a demanda, a movimentação econômica e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

A cultura local oferece outra chave de compreensão. Nobres compartilha referências da Baixada Cuiabana e do interior mato-grossense, expressas na religiosidade, nas festas de comunidade, no cururu, no siriri, nas formas de convivência e na culinária. Levantamentos de mastros, celebrações de santos, encontros comunitários, futebol amador e práticas de lazer junto aos rios integram uma memória que antecede a conversão da paisagem em produto turístico.

Figura 5 - Cultura Viva de Nobres: Grupo Siriri Raízes Nobrense como expressão das tradições e festividades locais. Fonte: Aiko, 2026.

CULTURA VIVA DE NOBRES

Grupo Siriri Raízes Nobrense como expressão das tradições e festividades locais



Apresentação do grupo em ambiente comunitário e festivo



Dança tradicional em evento cultural com trajes coloridos

A gastronomia articula peixe, banana, arroz, carne, mandioca, frutos do cerrado e modos de preparo transmitidos entre gerações. Pacu, ventrecha, mojica, maria-isabel, farofa de banana, carne seca com banana e preparações que incorporam pequi, buriti, babaçu e outros ingredientes regionais podem ampliar a experiência do visitante quando associados a

qualidade, narrativa, origem e regularidade de oferta. O potencial gastronômico não está apenas em criar pratos para turistas, mas em valorizar o que já identifica o território e conectar produtores, cozinhas, eventos e comércio.

Figura 6 - Sabores de Nobres: peixes, acompanhamentos e modos de preparo associados à identidade regional. Fonte: Banco de Imagens da SETIC, 2026.

SABORES DE NOBRES

Peixes, acompanhamentos regionais e modos de preparo como expressão territorial



Peixe frito com arroz, farofa de banana e acompanhamentos



Peixe assado, molhos e ingredientes regionais

Artesanato, memória oral, práticas produtivas e manifestações culturais também podem diversificar o turismo, desde que não sejam reduzidos a elementos decorativos de promoção. A cultura precisa ser tratada como expressão viva, com protagonismo dos grupos, remuneração, salvaguarda e respeito aos ritmos locais. Essa abordagem amplia a identidade do destino e reduz a dependência de uma imagem restrita às águas cristalinas.

A hospitalidade de Nobres resulta tanto de empreendimentos formalizados quanto de relações cotidianas nos núcleos urbanos e rurais. O modo como os moradores percebem o turismo influencia a qualidade da recepção, a conservação dos espaços e a legitimidade das políticas. O pertencimento, portanto, não se produz por campanha; depende de benefícios percebidos, participação nas decisões, valorização da história e reconhecimento de que o destino é também lugar de moradia e trabalho.

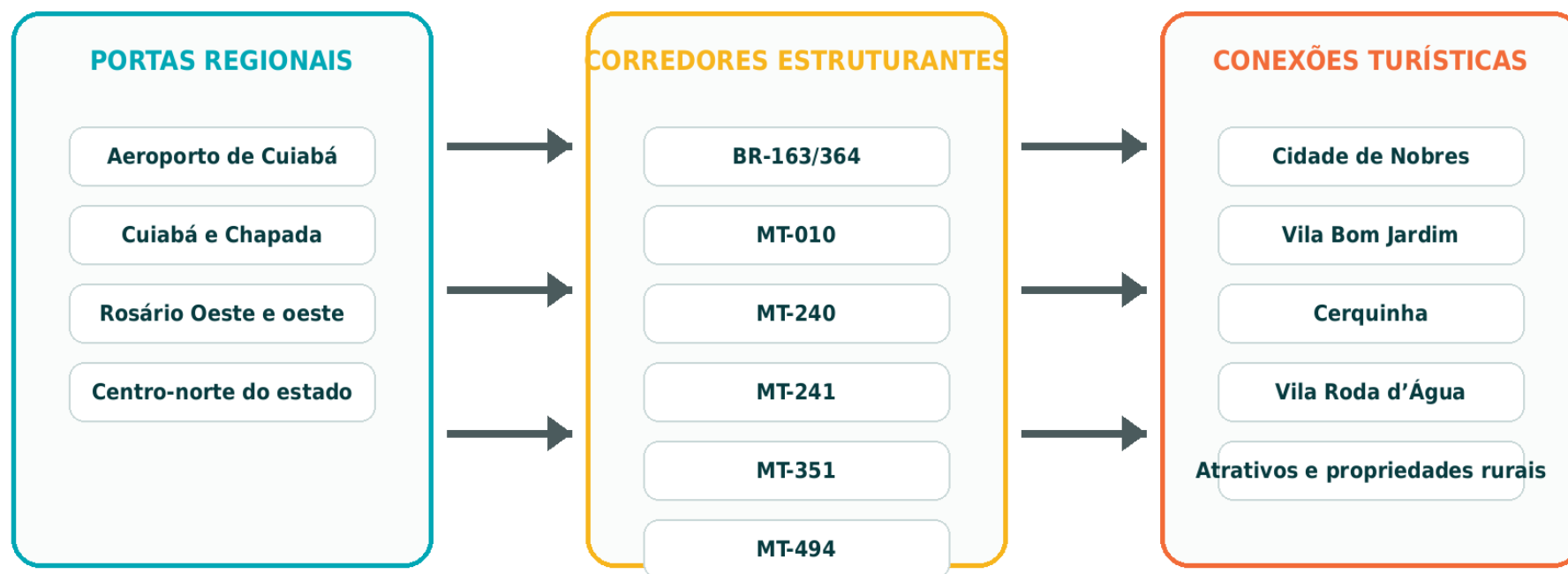
1.4 Acessos, mobilidade e circulação interna

O acesso a Nobres é predominantemente rodoviário e deve ser lido como rede funcional, não como uma única linha entre Cuiabá e os atrativos. A BR-163/364 conecta o município à Baixada Cuiabana, a Rosário Oeste, ao centro-norte do estado e a corredores nacionais. Rodovias estaduais - entre elas MT-010, MT-240, MT-241, MT-351 e MT-494 - e vias vicinais articulam a cidade de Nobres, distritos, comunidades, áreas produtivas e propriedades turísticas. As condições variam conforme o trecho, a estação, as obras em andamento e a manutenção, razão pela qual o PMT registra funções e pontos de atenção, sem transformar informações conjunturais em diagnóstico permanente.

Figura 7 - Esquema funcional dos principais acessos e conexões turísticas. Fonte: elaboração própria, 2026.

ACESSOS E CIRCULAÇÃO

A viagem combina porta regional, corredor rodoviário e conexão local



Leitura de planejamento: acesso regional → circulação estruturante → conexão local.

A MT-241 exerce papel central ao articular a sede ao eixo de Bom Jardim e a diferentes acessos rurais. A MT-240, a MT-351, a MT-494 e vias vicinais conectam outras áreas de produção, moradia e interesse turístico. A função dessas rodovias não se limita a “levar ao atrativo”: elas estruturam o abastecimento dos empreendimentos, o deslocamento de trabalhadores, o atendimento de emergência, a coleta de resíduos e a circulação cotidiana das comunidades.

A sede dispõe de terminal rodoviário com linhas intermunicipais e interestaduais, mas a conexão entre a chegada por transporte coletivo e os núcleos turísticos ainda depende de organização complementar. A inexistência de transporte público turístico regular, a oferta limitada de serviços por aplicativo e a necessidade de veículo próprio ou transfer influenciam o perfil da demanda. Visitantes sem automóvel enfrentam maior dependência de agências, transportadores e pacotes previamente organizados.

Não há aeroporto comercial com voos regulares no município. Campos de pouso privados atendem finalidades empresariais, rurais ou operações específicas, sem constituir modal turístico de massa. Assim, a conectividade aérea de Nobres é mediada principalmente pelo aeroporto de Cuiabá e pelo deslocamento rodoviário subsequente. Para mercados de longa distância, o tempo, o custo e a previsibilidade desse trecho interferem na decisão de viagem e favorecem a integração com Chapada dos Guimarães e Pantanal.

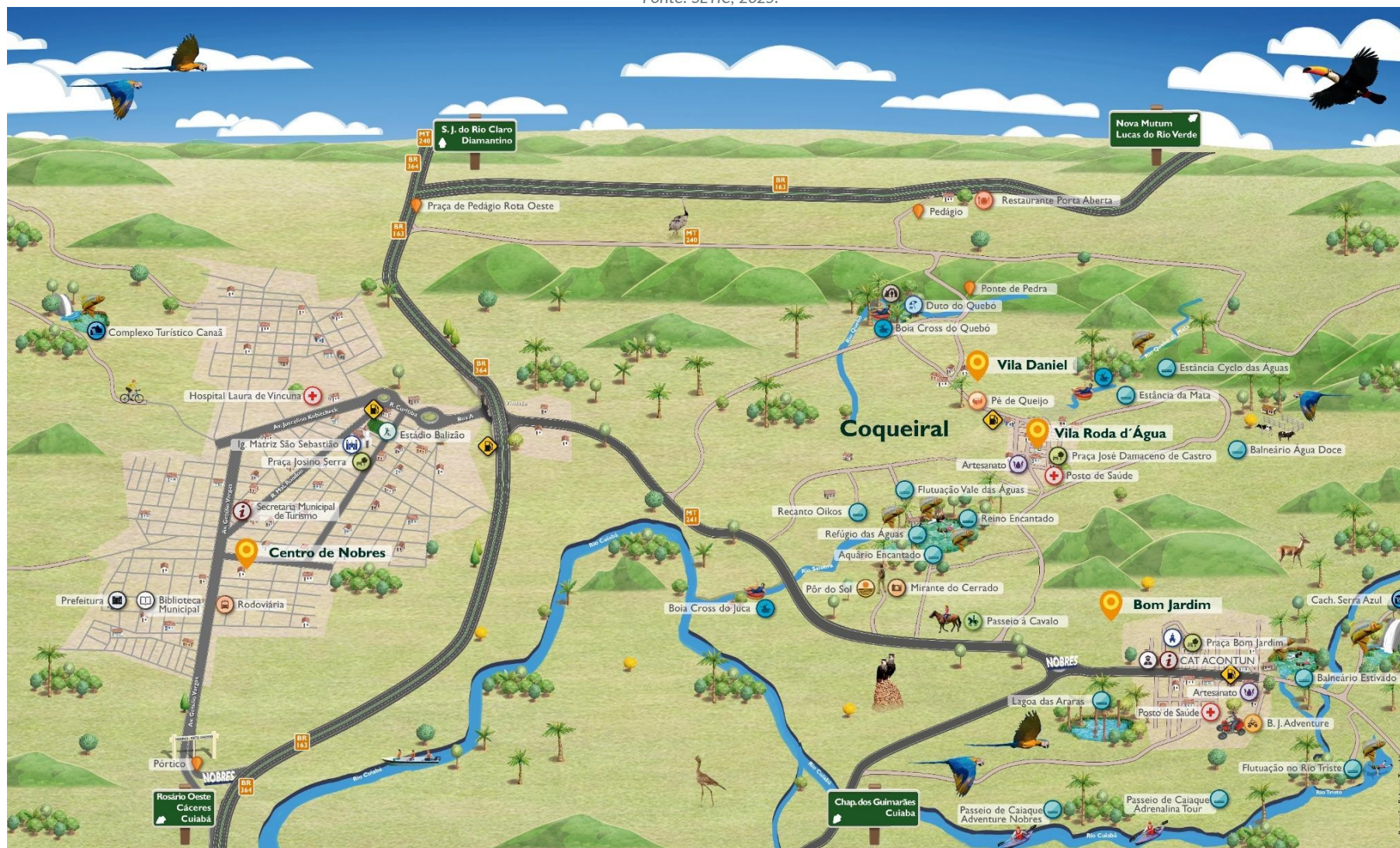
Quadro 3 - Funções dos corredores e pontos de atenção para a gestão turística. Fonte: elaboração própria, 2026.

Corredor ou modal	Função territorial	Pontos de atenção para a gestão turística
BR-163/364	Conexão com Cuiabá, Rosário Oeste, centro-norte e rede nacional.	Segurança viária, sinalização de aproximação, serviços de apoio e convivência com fluxo de cargas.
MT-010	Conexão regional complementar e acesso ao eixo norte.	Informação atualizada sobre percurso, condições de tráfego e integração com os itinerários turísticos.
MT-240	Ligação com áreas rurais e corredores produtivos.	Manutenção sazonal, drenagem e comunicação prévia das condições de tráfego.
MT-241	Principal articulação entre a cidade de Nobres, Vila Bom Jardim e acessos turísticos.	Pontos críticos, travessias, drenagem, ordenamento de margens, sinalização e resposta a emergências.
MT-351	Conexão com Vila Roda d'Água, Distrito de Coqueiral, e áreas rurais.	Continuidade de manutenção, informação e tratamento dos trechos sensíveis no período chuvoso.
MT-494	Ligação interna e acesso a localidades, propriedades e produtos.	Monitoramento das condições, sinalização e compatibilização com tráfego local.
Terminal rodoviário	Chegada por transporte coletivo à sede municipal.	Integração com informação turística, táxi, transfer e horários de atendimento.
Aeroporto de Cuiabá	Principal porta aérea para mercados de longa distância.	Coordenação de transfers, comunicação de tempo de viagem e roteiros integrados.

O deslocamento interno também possui dimensão de segurança. Atividades em ambientes naturais ocorrem a dezenas de quilômetros dos serviços de saúde, da segurança pública e da estrutura administrativa. Tempos de resposta, comunicação, pontos de referência e protocolos de remoção precisam ser considerados no planejamento dos produtos. A qualidade da estrada, nesse sentido, é parte da gestão de risco e não apenas da comodidade do visitante.

A mobilidade influencia ainda a distribuição dos gastos. Quando o percurso conduz o visitante diretamente do corredor regional a Bom Jardim e aos atrativos, sem passagem ou permanência na sede, parte do comércio urbano fica desconectada da jornada turística. Criar motivos de parada, informação, eventos, gastronomia e serviços articulados pode aproximar os núcleos sem impor deslocamentos artificiais. O objetivo não é obrigar o turista a circular, mas tornar visíveis opções que ampliem permanência e benefícios locais.

Figura 8 - Mapa turístico ilustrado de Nobres. O material representa referências de circulação e localização para comunicação com visitantes; não substitui cartografia oficial, limites administrativos ou plantas cadastrais.
Fonte: SETIC, 2025.



1.5 Núcleos territoriais e funções complementares

O mapa ilustrado demonstra que a experiência turística se distribui por diferentes pontos e corredores, mas todos são comunicados sob a marca Nobres. Essa unidade não apaga funções territoriais: a cidade de Nobres organiza serviços e decisões; a Vila Bom Jardim concentra parte relevante da recepção; a Vila Roda d'Água e comunidades do Distrito de Coqueiral articulam moradia, produção e novos produtos; áreas rurais e a integração com Rosário Oeste completam determinados roteiros. A leitura adotada pelo plano evita transformar diferenças em oposição. O objetivo é coordenar complementaridades para que o visitante reconheça um único destino e para que os benefícios alcancem diferentes parcelas do município.

Figura 9 - Funções territoriais complementares no sistema turístico municipal. Fonte: elaboração própria, 2026.



NOBRES: UMA MARCA, UM DESTINO

Funções territoriais diferentes compõem uma experiência municipal integrada.



A unidade da marca não apaga as diferenças; transforma complementaridades territoriais em um projeto comum



1.5.1 Sede municipal

A sede concentra o governo municipal, o hospital, unidades de saúde, segurança, terminal rodoviário, bancos, comércio, educação, oficinas, postos de combustível e serviços que sustentam tanto a população quanto a operação turística. É também espaço de memória, de eventos cívicos, de praças, igrejas e manifestações culturais. Mesmo quando o visitante não pernoita ou não realiza passeio na área urbana, grande parte da infraestrutura que dá suporte ao destino está localizada ali.

A participação da sede na jornada turística permanece menos visível do que sua importância funcional. O desafio não está em estabelecer competição entre a cidade de Nobres, a Vila Bom Jardim e a Vila Roda d'Água, mas em reconhecer que esses núcleos exercem funções distintas e complementares dentro de um mesmo sistema turístico municipal. Enquanto Bom Jardim concentra parcela expressiva da recepção, da hospedagem, da alimentação e do agenciamento, Roda d'Água articula moradia, produção rural, serviços, circulação e acesso a recursos e experiências situados no Distrito de Coqueiral. A sede, por sua vez, reúne administração pública, saúde, comércio, manutenção, abastecimento, educação, segurança e outros serviços indispensáveis à sustentação do destino.

Dar visibilidade a essas diferentes contribuições fortalece a unidade territorial da marca Nobres e reduz interpretações que tratam as localidades como pólos concorrentes. A centralidade receptiva de Bom Jardim, a função territorial de Roda d'Água e a retaguarda institucional e urbana da sede não se anulam; integram uma mesma cadeia de funcionamento, circulação e geração de benefícios.

Planejar a sede não significa inventar atrativos artificiais ou competir com as áreas naturais e rurais. Significa qualificar informação, paisagem urbana, sinalização, espaços públicos, calendário, gastronomia, comércio e pontos de parada, criando conexões mais claras com Bom Jardim, Roda d'Água e as demais localidades do município. A cidade pode funcionar como porta institucional, centro de serviços, lugar de memória e conexão com o território, ampliando a experiência turística sem descaracterizar sua vida cotidiana nem reduzir a importância dos demais núcleos.

1.5.2 PA Coqueiral-Quebó: base fundiária e social

O PA Coqueiral-Quebó constitui base social decisiva para compreender o turismo em Nobres. Formado por lotes, áreas produtivas, localidades e relações rurais, antecede a organização comercial contemporânea. Famílias ligadas à agricultura, à criação e à subsistência passaram a receber visitantes atraídos por rios, cavernas e paisagens, desenvolvendo formas iniciais de alimentação, hospedagem, orientação e condução.

O assentamento preserva a memória do surgimento da atividade, saberes sobre caminhos e águas e possibilidades de integrar produção rural, gastronomia, educação ambiental e experiências de pequena escala. A rede escolar de Bom Jardim e Roda d'Água, que atende estudantes de vilas, sítios e fazendas, reforça a base territorial do turismo pedagógico (BRITES, 2020). Limitações fundiárias, de crédito, infraestrutura e regularização, entretanto, ainda condicionam investimentos, licenciamento e sucessão familiar.

1.5.3 Vila Roda d'Água e comunidades do Distrito de Coqueiral

A Vila Roda d'Água, sede do Distrito de Coqueiral, e as comunidades rurais Vila Daniel, Lagoa Salgada, Córrego Fundo e Cerquinha possuem funções, níveis de urbanização e exposição ao fluxo turístico distintos. A vila concentra referências comerciais e equipamentos mais perceptíveis; as comunidades mantêm caráter rural mais pronunciado e relações diretas com produção, acessos, rios, cavidades e paisagens. A análise conjunta reconhece a unidade distrital sem tratar essas localidades como equivalentes.

A leitura conjunta não apaga as diferenças. Cada localidade precisa ser considerada conforme sua função: moradia, passagem, prestação de serviços, produção, recepção ou potencial de estruturação. A implantação de sinalização, manutenção viária, conectividade, pontos de apoio ou produtos comunitários deve partir dessa função e da demanda real, evitando padronizar soluções apenas porque os núcleos pertencem ao mesmo assentamento.

Essas áreas apresentam potencial para experiências que ampliem a imagem do destino: observação de aves, caminhadas, vivências rurais, gastronomia, educação ambiental, turismo científico e, futuramente, espeleoturismo onde houver viabilidade e autorização. A estruturação deve ocorrer gradualmente, com protagonismo local, manejo, segurança, respeito à capacidade de atendimento e integração comercial.

1.5.4 Distrito de Bom Jardim

Bom Jardim consolidou-se como principal núcleo de recepção turística. A vila reúne pousadas, restaurantes, agências, comércio, artesanato, serviços e acessos a parte expressiva dos produtos comercializados. Sua localização permite organizar saídas, vender passeios e atender visitantes que procuram uma experiência concentrada em poucos dias. Essa centralidade resultou de investimentos privados, proximidade funcional com atrativos e reconhecimento construído pelo mercado.

A concentração da recepção turística gera pressão sobre infraestrutura, uso do solo, resíduos, saneamento, energia, conectividade, mobilidade e espaços públicos. O Plano de Desenvolvimento Turístico de 2016 já registrava expansão de pousadas e restaurantes, insegurança fundiária e ausência de parâmetros capazes de acompanhar o crescimento. Parte desses problemas permanece, embora a regularização fundiária venha avançando gradualmente e melhorias de infraestrutura, serviços e equipamentos estejam sendo incorporadas de forma paulatina. O desafio do PMT é conectar esses avanços a um processo contínuo de ordenamento, evitando tanto a ideia de abandono quanto a falsa percepção de que as pendências estão integralmente resolvidas (NOBRES, 2016).

A Vila Bom Jardim é, simultaneamente, lugar de moradia, trabalho, comércio e recepção de visitantes. Ruas, praças, serviços e equipamentos precisam responder aos residentes antes, durante e depois dos períodos de maior fluxo. As intervenções devem considerar acessibilidade, conforto climático, limpeza, circulação, sinalização e convivência. Uma vila qualificada para seus moradores tende a oferecer experiência mais acolhedora, funcional e legítima aos visitantes.

A centralidade mercadológica da Vila Bom Jardim não deve ser interpretada como autonomia do restante do sistema municipal. Hospedagem e agenciamento dependem de trabalhadores, abastecimento, manutenção, saúde, administração e serviços presentes na cidade de Nobres e em outras localidades. A própria oferta comercializada pelas agências de Nobres inclui experiências situadas em Rosário Oeste, como as atividades no Rio Triste e o SESC Serra Azul, que também mobilizam profissionais e empresas nobrenses. Essa integração funcional precisa ser registrada com transparência territorial, cooperação intermunicipal e unidade de comunicação.

1.5.5 Terra Indígena e presença territorial Bakairi

A Terra Indígena Santana, também conhecida como Santana Bakairi, integra a diversidade socioterritorial de Nobres e deve ser reconhecida como território de vida, memória, organização comunitária e continuidade cultural do povo Bakairi. Sua presença amplia a compreensão sobre a formação histórica e humana do município, cuja ocupação e identidade não se iniciam com os processos de colonização, mineração, assentamento rural ou estruturação do turismo.

A caracterização da Terra Indígena no Plano Municipal de Turismo não parte de sua conversão em recurso ou produto turístico. Trata-se, antes, de reconhecer a existência de um território com autonomia, formas próprias de organização, referências culturais e relações específicas com a paisagem. O planejamento municipal deve respeitar essa condição, evitar representações estereotipadas e assegurar que qualquer menção pública às comunidades, aos saberes ou às manifestações culturais não substitua sua própria voz.

Embora documentos anteriores tenham apontado possibilidades relacionadas ao etnoturismo, essas formulações devem ser compreendidas apenas como hipóteses condicionadas, e não como oferta disponível ou decisão já tomada. Qualquer aproximação futura dependerá do interesse e da decisão coletiva da comunidade, de protagonismo Bakairi, consulta e anuência, articulação com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas e elaboração dos instrumentos exigidos para eventual visitação.

No horizonte deste plano, cabe ao Município manter postura de respeito e disponibilidade institucional. Quando solicitado, poderá contribuir com informação, escuta técnica e articulação, sem antecipar roteiros, criar expectativas comerciais ou assumir como prioridade pública uma iniciativa que somente pode nascer da própria comunidade

1.5.6 Demais áreas rurais de interesse turístico

Além dos núcleos mais reconhecidos, Nobres possui propriedades, rios, serras, áreas produtivas e corredores de paisagem em outras porções do município. Alguns já recebem visitantes; outros funcionam como recursos potenciais ou como infraestrutura de apoio. O inventário municipal deverá manter essas áreas visíveis sem equipará-las automaticamente a produtos consolidados.

A expansão territorial do turismo pode reduzir a concentração, criar novas oportunidades e ampliar permanência, mas também pode reproduzir problemas de informalidade, acesso precário e pressão ambiental. A prioridade não deve ser abrir o maior número possível de pontos, e sim criar condições para que novas experiências sejam legalmente viáveis, seguras, ambientalmente responsáveis e articuladas à comunidade e ao mercado.

A territorialização evidencia, portanto, que Nobres opera como rede. A sede sustenta serviços e decisões; Bom Jardim organiza parte importante da recepção; o PA Coqueiral-Quebó reúne localidades, recursos e memória; áreas rurais ampliam possibilidades; municípios vizinhos completam determinados roteiros. Essa rede precisa ser governada com informação comum, responsabilidades definidas e comunicação territorial precisa.

1.6 Implicações territoriais para o planejamento turístico

A leitura territorial produz quatro implicações centrais. A primeira é administrar o destino como sistema municipal, articulando sede, distritos, localidades, propriedades e empreendimentos. A segunda é reconhecer que conservação da água e do carste, mobilidade, saneamento, segurança e comunicação ultrapassam o limite dos atrativos e exigem coordenação entre políticas e escalas de governo.

A terceira implicação é distributiva: concentração da visita não assegura circulação de renda. Integrar gastronomia, cultura, produção rural, comércio, eventos e serviços à jornada pode ampliar benefícios sem impor deslocamentos artificiais. A quarta é a rastreabilidade territorial e institucional: local de venda, município da atividade, jurisdição da via, responsabilidade pela emergência e destino da receita podem não coincidir.

Registrar essas diferenças permite interpretar dados e atribuir responsabilidades sem fragmentar a marca. Um produto vendido em Nobres pode ocorrer em Rosário Oeste; uma pousada identificada pelo mercado como Bom Jardim pode estar em área rural; e um problema de acesso pode depender do Estado. A política turística precisa indicar liderança, parceria e competência externa para cada caso.

A extensão do município exige escolhas. Priorização deve considerar risco, urgência, fluxo, impacto na cadeia, alcance social, maturidade técnica e possibilidade de financiamento. Essa síntese conecta território e diagnóstico: os capítulos seguintes avaliam a intensidade dos problemas e a capacidade de enfrentamento.

visite
NOBRES
mato grosso • brasil

CAPÍTULO 2

Formação e Trajetória do Turismo em Nobres

Processos históricos, usos
do território e consolidação
do destino



1.7 Inserção regional, Circuito das Águas e Instância de Governança Regional (IGR)

A regionalização organiza o turismo a partir de fluxos e relações que ultrapassam limites municipais. No Programa de Regionalização do Turismo (PRT), União, Estado, regiões e municípios assumem funções complementares: o nível federal estabelece diretrizes; o Estado articula e apoia a implementação; a Instância de Governança Regional (IGR) pactua agendas comuns; e cada município mantém planejamento, conselho, cadastro, dados e capacidade de execução. Para Nobres, essa lógica corresponde ao mercado real, no qual visitantes combinam águas cristalinas, Chapada dos Guimarães, Pantanal, Cuiabá e outros destinos na mesma viagem.

Nobres integra a Região Turística Circuito das Águas e permanece reconhecido no Mapa do Turismo Brasileiro como Município Turístico. A posição não constitui título permanente nem cria superioridade sobre os demais integrantes; exige manutenção de governança, planejamento, formalização, informação e participação regional. A composição formal considerada neste plano reúne onze municípios: Alto Paraguai, Arenápolis, Chapada dos Guimarães, Diamantino, Jangada, Nobres, Nortelândia, Nova Brasilândia, Nova Marilândia, Rosário Oeste e São José do Rio Claro. Suas contribuições se distribuem entre natureza, águas, história, cultura, ruralidade, gastronomia, eventos e conservação (MATO GROSSO, 2026).

A IGR Circuito das Águas organiza a cooperação entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil. Seu papel não é substituir os conselhos municipais, apropriar-se da oferta local ou executar isoladamente todas as ações, mas construir prioridades regionais, desenvolver projetos conjuntos, compartilhar dados, apoiar qualificação, coordenar calendários e representar interesses comuns perante o Estado e a União. A governança regional se torna relevante quando produz entregas verificáveis, e não apenas participação protocolar em reuniões.

Nobres contribui para essa rede com produtos de águas cristalinas, experiências de natureza e instrumentos de gestão como o Voucher Único Digital, o Observatório, o inventário atualizado e o marco legal de ordenamento. Ao mesmo tempo, depende de outras vocações regionais para ampliar permanência e diversidade. Essa contribuição deve ocorrer por troca de métodos e projetos, sem hierarquizar municípios ou transformar diferenças de estrutura em comparação simplificadora.

A integração possui efeitos concretos sobre permanência e comercialização. Para turistas de longa distância, roteiros combinados reduzem o peso relativo do deslocamento e enriquecem a viagem; para o território, ampliam possibilidades de promoção, circulação, captação e qualificação. A comunicação regional, contudo, deve manter localização, regulação, responsabilidade e identidade corretas para cada produto.

Quadro 4 - Contribuições territoriais dos municípios integrantes do Circuito das Águas. Fonte: portal estadual de turismo e sistematização do PMT, 2026.

Município	Contribuição territorial	Possibilidades de conexão
Alto Paraguai	Religiosidade, cultura e ruralidade.	Calendário, cultura e experiências de interior.
Arenápolis	Serviços, circulação regional e identidade local.	Conexões do eixo oeste e projetos coletivos.
Chapada dos Guimarães	Natureza, geoturismo, eventos e proximidade com Cuiabá.	Roteiros já combinados no mercado e comunicação de viagens integradas.
Diamantino	Patrimônio histórico e paisagens naturais.	Possíveis conexões entre história, natureza e circulação regional.
Jangada	Gastronomia e patrimônio arqueológico.	Rotas culturais e gastronômicas.



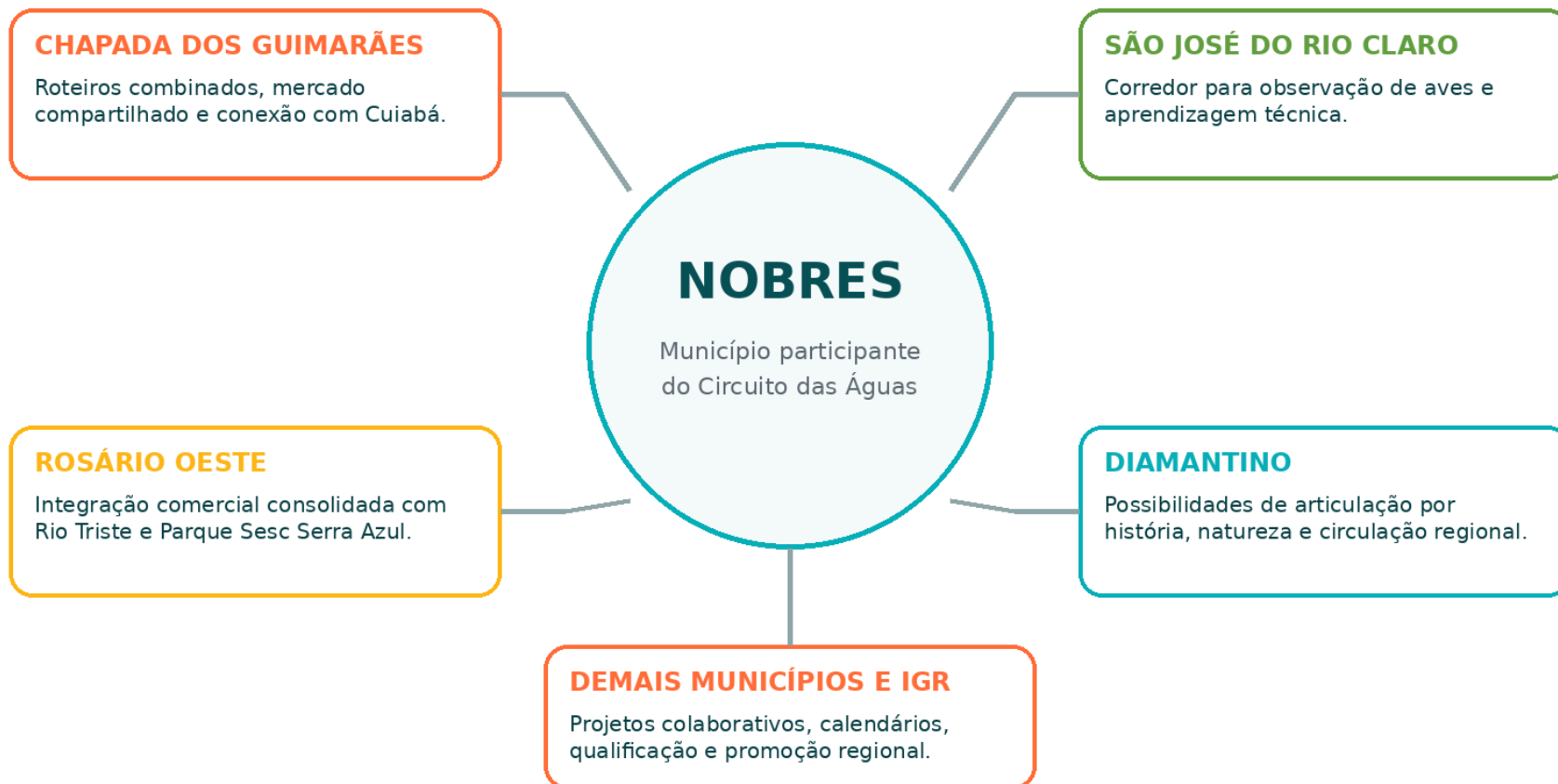
Município	Contribuição territorial	Possibilidades de conexão
Nobres	Águas cristalinas, natureza e instrumentos de ordenamento.	Compartilhamento de dados, experiências e roteiros regionais.
Nortelândia	Paisagens serranas, ruralidade e manifestações culturais.	Roteiros de interior e calendário.
Nova Brasilândia	Paisagens rurais, serras e hospitalidade.	Natureza e experiências rurais.
Nova Marilândia	Ruralidade, paisagens e cultura local.	Projetos integrados e circulação regional.
Rosário Oeste	História e produtos de natureza integrados à cadeia receptiva.	Rio Triste e Parque Sesc Serra Azul amplamente comercializados por agências de Nobres.
São José do Rio Claro	Referência na observação de aves e primatas	Corredor de birdwatching, aprendizagem técnica e circulação de observadores.



Figura 10 - Relações regionais que já influenciam ou podem ampliar a experiência turística de Nobres. Fonte: elaboração própria, 2026.

CONEXÕES REGIONAIS DO TURISMO DE NOBRES

Relações atuais e possibilidades de cooperação sem hierarquia territorial.



O quadro e a figura demonstram que a integração regional assume formas distintas. Com Chapada dos Guimarães, a conexão ocorre principalmente pelos roteiros combinados e pelo mercado que utiliza Cuiabá como porta de entrada; com Rosário Oeste, alcança produtos efetivamente comercializados pela cadeia receptiva de Nobres; com São José do Rio



Claro, abre possibilidade de inserção em corredores de observação de aves; e com Diamantino e os demais integrantes, depende de projetos e agendas ainda a desenvolver. Nobres participa dessa rede sem exercer hierarquia sobre os demais municípios. No plano de ação, sua responsabilidade será manter presença na IGR, propor e aderir a iniciativas conjuntas, compartilhar informações e executar aquilo que for pactuado dentro de sua competência.



2. Formação e trajetória do turismo em Nobres

A formação do turismo em Nobres não corresponde a uma sequência linear de planejamento seguido de investimentos e abertura ao mercado. A atividade emergiu de usos recreativos dos rios, hospitalidade rural, iniciativas comunitárias e empreendedorismo, enquanto a regulação pública foi sendo construída em resposta ao crescimento. Essa origem explica a criatividade e o envolvimento local, mas também parte das informalidades, conflitos e desigualdades que persistem.

2.1 Pioneirismo, uso recreativo dos rios e primeiros empreendimentos

A relação entre população e paisagem precede a comercialização turística. Na sede, rios como Nobres e Serragem integravam práticas cotidianas de lazer, convivência e uso comunitário. Nas áreas rurais, o Rio Salobra, o Quebó e outros cursos d'água faziam parte da mobilidade, do trabalho, do abastecimento e dos momentos de recreação das famílias. Moradores conheciam nascentes, cavernas, caminhos, épocas de cheia, condições de acesso e formas de permanência a partir da experiência acumulada no território.

Essa apropriação social constitui a primeira camada da formação do destino. Os recursos naturais não foram descobertos pelo mercado: já eram conhecidos, utilizados e significados pela população. A chegada de visitantes externos alterou gradualmente essa relação, criando demanda por orientação, alimentação, hospedagem, transporte e acesso organizado.

Na cidade e no PA Coqueiral-Quebó, famílias passaram a oferecer apoio de maneira progressiva, adaptando espaços, preparando refeições, indicando caminhos e acompanhando visitantes. O turismo conectou-se às estratégias de renda e à hospitalidade local antes da existência de uma cadeia plenamente formalizada.

Empreendedores tiveram papel decisivo ao organizar produtos, abrir trilhas, estruturar áreas de visitação e comercializar excursões em um contexto de infraestrutura limitada e baixa previsibilidade. A convergência entre conhecimento comunitário, iniciativa empresarial, guias, proprietários e visitantes formou práticas operacionais que antecederam parte da regulação pública. A institucionalização posterior precisou dialogar com hábitos já consolidados, o que ajuda a compreender resistências e descompassos entre norma e operação.

2.2 Aprendizagens, referências externas e estruturação do destino

O desenvolvimento de Bonito, em Mato Grosso do Sul, tornou-se referência para empreendedores e gestores de Nobres. A semelhança percebida entre águas transparentes, biodiversidade e atividades de natureza mostrou que era possível estruturar visitação com controle, agenciamento e acompanhamento. A inspiração, contudo, não significava possibilidade de reprodução automática: Nobres possuía outra base fundiária, distribuição urbana, capacidade institucional e trajetória empresarial.

As primeiras aprendizagens ocorreram na prática. O destino precisou definir acesso, preço, condução, equipamentos, limite de pessoas, responsabilidade por acidentes, relação entre agências e atrativos e formas de arrecadação. Em muitos casos, soluções surgiram antes das normas; em outros, a legislação antecipou exigências cuja implementação demandava capacidade ainda inexistente. Essa tensão acompanha o turismo local até o presente.

A estruturação também fortaleceu Bom Jardim como principal núcleo de recepção turística. A proximidade com parte dos atrativos e a instalação de serviços criaram um efeito de concentração: quanto mais agências, pousadas e restaurantes se localizavam ali, mais o mercado reconhecia a vila como uma das principais portas de entrada do destino. A sede permaneceu fundamental para a administração pública, o comércio, a saúde, o abastecimento e os demais serviços de apoio, embora menos integrada ao consumo turístico direto. Roda d'Água, por sua vez, consolidou-se como núcleo complementar no Distrito de Coqueiral, articulando moradia, produção rural, circulação, prestação de serviços e acesso a recursos naturais e experiências em diferentes estágios de estruturação. O território passou, assim, a operar por centralidades complementares, ainda que marcadas por diferentes níveis de infraestrutura, visibilidade e inserção no mercado.

O posicionamento mercadológico de Nobres foi construído em torno do ecoturismo, da aventura e das águas cristalinas, a partir de recursos, empreendimentos e serviços distribuídos por diferentes núcleos do território municipal. Essa imagem conferiu reconhecimento e permitiu inserir o município em roteiros nacionais. Ao mesmo tempo, a associação recorrente ao modelo de Bonito e a comercialização integrada com Chapada dos Guimarães e Pantanal criaram o desafio de afirmar identidade própria, qualidade consistente e razões para permanecer mais tempo no destino.

2.3 Expansão, consolidação e transformação da cadeia produtiva

À medida que o fluxo cresceu, a cadeia se diversificou. Surgiram novos meios de hospedagem, restaurantes, agências, transportadores, guias, condutores, comércio e atividades complementares. Empreendimentos familiares passaram por processos de profissionalização, enquanto investidores externos ampliaram a escala de determinados produtos. A expansão fortaleceu empregos e serviços, mas não ocorreu de forma uniforme entre núcleos ou segmentos.

A cadeia turística de Nobres combina negócios diretamente vinculados aos passeios com uma rede ampliada de fornecedores. Combustível, manutenção, construção, lavanderia, tecnologia, produção de alimentos, comunicação, saúde e segurança participam da operação. A capacidade de transformar fluxo em desenvolvimento depende da densidade dessas conexões. Quando compras, serviços e decisões permanecem fora do município, parte do efeito econômico se perde.

A consolidação também elevou as expectativas dos visitantes. Comparações com destinos maduros passaram a envolver não apenas beleza natural, mas organização, segurança, atendimento, limpeza, conectividade, informação e relação entre preço e qualidade. O recurso natural continuou sendo o principal motivo de viagem, porém deixou de ser suficiente para assegurar satisfação e competitividade. A experiência passou a depender do desempenho conjunto da cadeia.

A expansão expôs ainda a necessidade de profissionalização do trabalho. Condução em ambiente aquático, recepção, governança de dados, segurança, primeiros socorros, idiomas, manutenção e gestão empresarial demandam competências específicas. Cursos pontuais contribuem, mas não substituem uma política contínua que relacione oferta formativa, rotatividade, sazonalidade e condições de trabalho.

Nesse processo, o poder público ampliou sua atuação na promoção, regulação, fiscalização, articulação e informação. A capacidade institucional, contudo, não cresceu na mesma velocidade de todas as demandas. A SETIC passou a responder por sistemas digitais, inventário, conselho, fundo, comunicação, eventos, apoio empresarial e projetos intersetoriais. O descompasso entre complexidade da atividade e estrutura disponível será examinado no diagnóstico institucional.

2.4 Linha do tempo das políticas e instrumentos municipais

A política municipal foi construída por camadas. A criação do COMTUR e do FUMTUR, no início dos anos 2000, reconheceu formalmente a necessidade de participação e financiamento. A legislação de desenvolvimento sustentável e as regras posteriores de credenciamento buscavam ordenar a abertura e a operação dos atrativos. Em 2016, o Sistema Municipal de Turismo consolidou princípios, instâncias e instrumentos em uma arquitetura mais abrangente.

O marco legal introduziu exigências relacionadas a planos de gestão, capacidade de carga, segurança, credenciamento e uso de voucher. Essas medidas colocaram Nobres entre os municípios mato-grossenses com maior detalhamento normativo para atividades de natureza. A existência da norma, contudo, não assegurou aplicação homogênea. Regularização fundiária, custos, fiscalização, capacidade técnica e adesão empresarial interferiram na implementação.

A substituição progressiva do voucher manual pelo Voucher Único Digital, com obrigatoriedade operacional a partir de 2023, alterou a capacidade de controle. O município passou a registrar operações, participantes, atividades, valores e horários de forma estruturada. A base alimentou o Observatório de Turismo e permitiu análises antes inviáveis. O avanço tecnológico não eliminou a necessidade de fiscalização, qualidade cadastral e governança dos dados, mas modificou o patamar de gestão.

Entre 2024 e 2026, diferentes instrumentos passaram a formar uma base mais ampla de planejamento. O Plano Estratégico de Marketing organizou posicionamento, públicos e propostas promocionais; a atualização do Inventário ampliou o conhecimento da oferta; o portal oficial criou referência pública de informação; o dashboard e o Observatório aproximaram dados da tomada de decisão; e a SWOT registrou percepções e prioridades dos atores locais. O valor desse conjunto não está na simples enumeração de produtos técnicos, mas na possibilidade de integrá-los a um ciclo de gestão em que diagnóstico, comunicação, orçamento, execução e monitoramento se alimentem mutuamente.

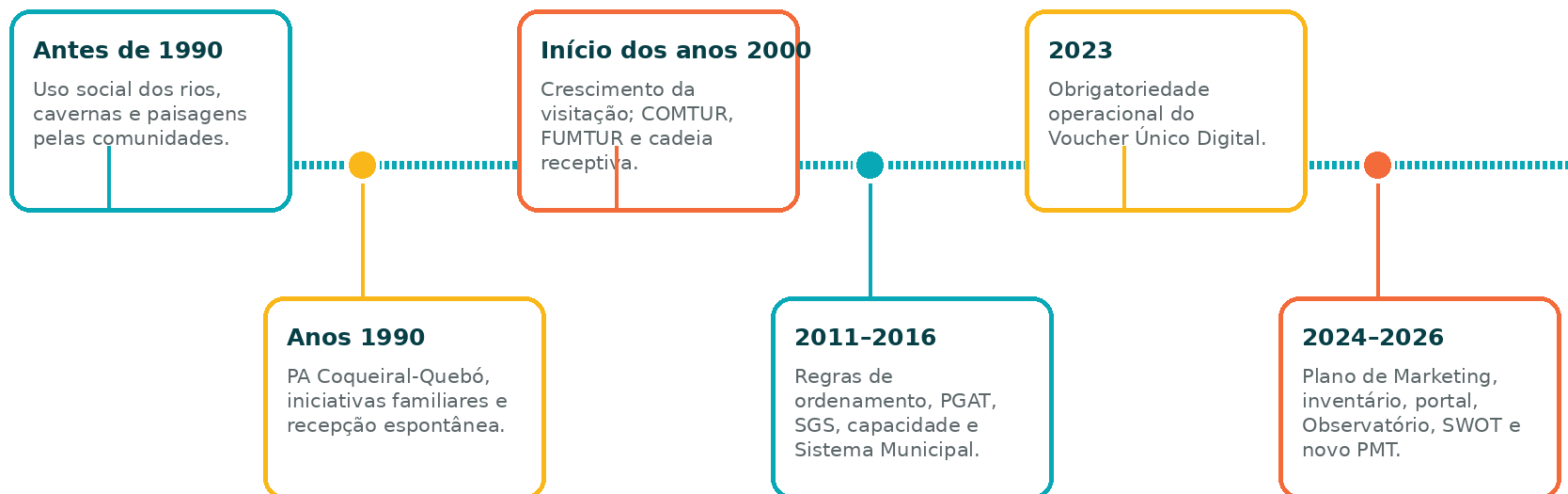
Leitura histórica

O principal aprendizado da trajetória não é a ausência de planos ou leis, mas a dificuldade de converter instrumentos em execução contínua. O PMT 2026-2028 deverá reduzir essa distância mediante responsabilidades, etapas, indicadores e revisão periódica.

Figura 11 - Trajetória do turismo em Nobres: marcos territoriais, empresariais e institucionais. Fonte: elaboração própria com base em documentos municipais, 2026.

TRAJETÓRIA DO TURISMO EM NOBRES

Marcos selecionados de um processo territorial, empresarial e institucional



Leitura: Nobres percorreu as fases de exploração, envolvimento, desenvolvimento e consolidação. O desafio atual é renovar a oferta e recuperar capacidade de execução.

Entre os antecedentes técnicos, destaca-se o conjunto de Anexos Técnicos do Pólo Ecoturístico Nobres, elaborado em 2002-2003 no Programa Melhores Práticas para o Ecoturismo. O material registrou, ainda no início da estruturação do destino, a centralidade dos rios, lagoas, dolinas, cavernas, fauna, vegetação e paisagens serranas, além de alertar para riscos relacionados a desmatamento, erosão, poluição, visitação sem manejo e pesca sem planejamento. Embora seus dados quantitativos não representem a situação atual, o documento constitui linha de base histórica valiosa: demonstra que parte das potencialidades e dos desafios reconhecidos hoje já estava tecnicamente identificada há mais de duas décadas (PROGRAMA MELHORES PRÁTICAS PARA O ECOTURISMO, 2002-2003).

2.5 Territorialização contemporânea da oferta

A estruturação do turismo consolidou Bom Jardim como principal núcleo de recepção e comercialização, enquanto a sede manteve funções administrativas, comerciais, de saúde, abastecimento e apoio. Roda d'Água, Cerquinha e outras áreas rurais participam por meio de moradia, trabalho, produção, recursos e experiências em diferentes estágios de organização.

A gestão precisa distinguir local de venda, município da atividade, jurisdição da via e território que recebe impactos e receitas. Produtos comercializados pela cadeia de Nobres incluem experiências em Rosário Oeste, especialmente no Parque Sesc Serra Azul e no Rio Triste. A territorialização, portanto, não é apenas mapa de atrativos: organiza fluxos, trabalho, oportunidades, pressões e responsabilidades e orienta cooperação sem apagar a localização correta.

PARTE II - DINÂMICA DO SISTEMA TURÍSTICO MUNICIPAL

Como o território se transforma em operação, experiência e resultado

A Parte I demonstrou que Nobres funciona como um único destino distribuído por diferentes distritos, vilas, comunidades, propriedades e corredores. A análise passa agora da formação territorial para a operação cotidiana do sistema. O objetivo não é repetir o inventário em formato cadastral, mas compreender quem decide, quem executa, quais serviços sustentam a visitação, como a oferta se organiza e que padrões os dados revelam sobre a demanda.

A dinâmica turística resulta da interação entre normas, instituições, empresas, trabalhadores, infraestrutura, informação e mercado. Um atrativo pode possuir elevado valor natural e, ainda assim, entregar experiência insuficiente quando o acesso, a segurança, a reserva, a condução ou os serviços de apoio não funcionam de forma coordenada. Da mesma maneira, um município pode dispor de conselho, fundo, voucher, observatório e planos, mas alcançar baixa execução quando responsabilidades, orçamento e fluxos administrativos permanecem desconectados.

Os capítulos 3, 4 e 5 organizam essa leitura em três movimentos. Primeiro, examinam a arquitetura institucional, o marco legal e a capacidade de governança. Em seguida, interpretam a oferta e a infraestrutura de apoio a partir do Inventário da Oferta Turística e de bases complementares. Por fim, analisam visitação, perfil, mercados emissores, permanência e composição das experiências, preparando o diagnóstico dos problemas estruturantes.

visite
NOBRES
mato grosso • brasil



PARTE II

Dinâmica do Sistema Turístico Municipal

Oferta, fluxos, serviços e relações funcionais do destino



SETIC
Secretaria de
Turismo, Indústria
e Comércio



PREFEITURA MUNICIPAL DE
NOBRES

 Banco de Imagens da SETIC

3. Arquitetura institucional, legislação e governança

A política municipal de turismo foi construída por camadas: instâncias de participação, mecanismos de financiamento, regras de credenciamento, instrumentos de gestão dos atrativos e sistemas digitais de controle e informação. Este capítulo descreve como esses componentes se relacionam e quais responsabilidades possuem.

Governança, neste plano, não significa apenas realizar reuniões. Trata-se da capacidade de formular decisões legítimas, distribuir responsabilidades, mobilizar recursos, acompanhar a execução e corrigir desvios. A qualidade da governança depende da relação entre poder público, conselho, fundo, setor privado, comunidades e demais órgãos responsáveis por obras, meio ambiente, fazenda, saúde, segurança, educação e planejamento.

Figura 12 - Arquitetura da gestão turística municipal. Fonte: elaboração própria, 2026.

ARQUITETURA DA GESTÃO TURÍSTICA

Instâncias, competências e instrumentos precisam operar de forma coordenada



3.1 Marco legal e Sistema Municipal de Turismo

A trajetória das normas e dos instrumentos municipais já foi apresentada no item 2.4. Neste capítulo, o marco legal é retomado apenas sob a perspectiva de funcionamento: quais componentes integram o Sistema Municipal de Turismo, que responsabilidades possuem e onde a aplicação cotidiana ainda apresenta descontinuidade.

O Sistema Municipal de Turismo articula SETIC, COMTUR, FUMTUR, legislação, Voucher Único Digital, Planos de Gestão dos Atrativos Turísticos, Sistemas de Gestão da Segurança, capacidade de atendimento e relações de cooperação. O desempenho depende da conexão entre esses elementos: registro sem fiscalização, deliberação sem projeto, fundo sem arrecadação ou norma sem orientação não produzem o resultado esperado.

O funcionamento cotidiano requer agenda normativa e operacional que identifique instrumentos vigentes, pendências, procedimentos de orientação, responsáveis pela fiscalização, fluxos de atualização cadastral e formas de transparência. A avaliação crítica de sua efetividade é apresentada no diagnóstico integrado.

Quadro 5 - Componentes do Sistema Municipal de Turismo. Fonte: legislação municipal; sistematização do PMT, 2026.

Componente	Função central	Ponto de atenção
SETIC	Coordenação técnica, execução, articulação e produção de informação.	Capacidade de equipe, fluxo administrativo e prioridade entre turismo, indústria e comércio.
COMTUR	Participação, deliberação, pactuação e controle social.	Regularidade, representatividade, preparo dos membros e foco no interesse coletivo.
FUMTUR	Financiamento de ações e projetos conforme legislação.	Arrecadação, governança financeira, planejamento de aplicação e prestação de contas.
Voucher Único Digital	Registro, controle e organização das operações turísticas.	Qualidade cadastral, cobertura, integração, fiscalização e proteção de dados.
PGAT, SGS e capacidade	Ordenamento, segurança e limites operacionais dos atrativos.	Atualização técnica, aplicação cotidiana e acompanhamento público.

3.2 Estrutura, competências e capacidade técnica da SETIC

A Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio reúne três campos de atuação sob a mesma estrutura administrativa. No turismo, coordena planejamento, informação, promoção, relacionamento com o trade, apoio à qualificação, gestão do Voucher e do Observatório, secretaria executiva das instâncias de governança, acompanhamento de credenciamentos e articulação de projetos. Simultaneamente, responde por agendas de indústria, comércio, empreendedorismo e desenvolvimento econômico. A amplitude não deve ser interpretada como domínio sobre todas as decisões que afetam o território, mas como responsabilidade de coordenar a leitura turística e encaminhar demandas às competências adequadas.

A estrutura administrativa da SETIC reúne funções técnicas, operacionais e de articulação que precisam ser organizadas por prioridades, fluxos e responsabilidades claramente definidos. A continuidade das entregas depende de planejamento de equipe, distribuição adequada das tarefas e apoio intersetorial para processos de compras, convênios, tecnologia, comunicação e fiscalização. O fortalecimento dessas rotinas amplia a capacidade institucional sem atribuir à Secretaria competências que pertencem a outros órgãos.



A existência de profissionais com formação específica e de servidores de carreira preserva memória institucional e capacidade de formular, interpretar normas e produzir dados. Esse ativo deve ser apresentado como responsabilidade técnica, e não como justificativa para atribuir à SETIC decisões que pertencem a outras áreas. Ordenamento urbano, licenciamento ambiental, estradas, saneamento, saúde, segurança, tributação, regularização fundiária e obras dependem de secretarias, órgãos estaduais, União, proprietários e instâncias colegiadas.



Figura 13 - Frentes de atuação da SETIC e limites de governabilidade. Fonte: elaboração própria com base na estrutura funcional municipal, 2026.

SETIC: FRENTES DE ATUAÇÃO E LIMITES DE GOVERNABILIDADE

A Secretaria coordena a política turística sem substituir competências setoriais.

PLANEJAMENTO E PROJETOS

PMT, normas, inventário, captação e monitoramento

INTELIGÊNCIA TURÍSTICA

Voucher, Observatório, painéis, relatórios e transparência

ORDENAMENTO E QUALIDADE

Cadastros, orientação, acompanhamento e fiscalização integrada

PROMOÇÃO E MERCADO

Portal, marca, conteúdo, feiras, eventos e relacionamento

GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO

COMTUR, FUMTUR, IGR, escutas e pactuação

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Empreendedorismo, articulação produtiva e desenvolvimento econômico

SOB LIDERANÇA DA SETIC

Planejar, orientar, executar, registrar, acompanhar e comunicar

RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

Agendas com Obras, Meio Ambiente, Fazenda, Saúde, Educação e Segurança

COMPETÊNCIA EXTERNA

Licenciar, autorizar, regular vias estaduais, UCs e terras indígenas

ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Infraestrutura turística, apoio aos atrativos e melhoria da oferta

No horizonte do plano, o fortalecimento institucional deve priorizar a organização de fluxos, a distribuição explícita de responsáveis, a documentação de processos, o calendário anual de entregas e a articulação intersetorial por problemas concretos. A SETIC lidera aquilo que está sob sua competência; pactua e acompanha o que é compartilhado; e formaliza demandas quando a decisão pertence a órgão externo.

A capacidade técnica será medida pela conclusão das entregas previstas, pela qualidade dos dados, pela regularidade da governança, pelo acompanhamento territorial e pela habilidade de mobilizar parceiros. Essa abordagem evita confundir limitação de governabilidade com ausência de atuação e, ao mesmo tempo, impede que o plano transforme a estrutura da equipe em argumento genérico para baixa execução.

Quadro 6 - Frentes permanentes de atuação da SETIC e arranjos de responsabilidade. Fonte: elaboração própria, 2026.

Frente	Entregas recorrentes	Arranjo de responsabilidade
Planejamento e projetos	PMT, normas, inventário, captação e monitoramento	Liderança da SETIC; apoio jurídico, orçamentário e técnico conforme a entrega.
Inteligência turística	Voucher, Observatório, relatórios e transparência	Liderança da SETIC; suporte de tecnologia, proteção de dados e operadores do sistema.
Ordenamento e qualidade	Cadastro, orientação e fiscalização integrada	Atuação compartilhada com Meio Ambiente, Tributos, Obras, Saúde, Segurança e órgãos externos.
Estruturação e qualificação	Formatação de produtos, qualificação profissional, acessibilidade, segurança e melhoria dos serviços.	Liderança da SETIC; execução compartilhada com trade, COMTUR e instituições parceiras.
Promoção e mercado	Portal, marca, conteúdo, feiras, eventos e relacionamento	Liderança turística alinhada à oferta real; execução compartilhada com trade e Comunicação.
Governança e participação	COMTUR, FUMTUR, IGR, oficinas e pactuação	Secretaria executiva, informação e acompanhamento; deliberação conforme as competências colegiadas.
Indústria e comércio	Empreendedorismo, articulação produtiva e desenvolvimento econômico	Agenda própria da pasta, integrada ao turismo quando houver encadeamentos e objetivos comuns.

3.3 Articulação intersetorial na administração municipal

A experiência turística é produzida por políticas que não pertencem exclusivamente ao órgão de turismo. Estradas, drenagem, limpeza, saneamento, iluminação, uso do solo, saúde, fiscalização tributária, educação, cultura, segurança e comunicação interferem diretamente no destino. A SETIC deve liderar a leitura turística dessas agendas, mas a competência de executar muitas intervenções está em outras secretarias ou em órgãos estaduais e federais.

A articulação intersetorial precisa deixar de depender apenas de contatos informais. Para cada problema, o plano deverá identificar órgão líder, parceiros, decisão necessária, documento de referência e forma de acompanhamento. Reuniões gerais sem entrega definida tendem a produzir baixa continuidade. Em contrapartida, agendas objetivas - como sinalização de um corredor, protocolo de emergência ou regularização de um núcleo - permitem distribuir tarefas e registrar impedimentos.

O turismo também pode contribuir com outras áreas. Dados de fluxo ajudam a planejar limpeza e segurança; o inventário localiza serviços; a marca amplia comunicação institucional; eventos dinamizam comércio; e a organização de produtos rurais pode apoiar a agricultura familiar. A transversalidade precisa funcionar nos dois sentidos, com benefícios públicos e não apenas com solicitações do setor turístico.

Quadro 7 - Agendas intersetoriais e arranjos de liderança. Fonte: elaboração própria, 2026.

Agenda	Liderança provável	Contribuição da política de turismo
Acessos, sinalização e espaços públicos	Obras, planejamento e órgãos rodoviários.	Priorizar corredores, informar fluxos e qualificar comunicação ao visitante.
Saneamento, resíduos e conservação	Meio ambiente, serviços urbanos e prestadores.	Relacionar qualidade ambiental, sazonalidade e reputação do destino.
Saúde, segurança e emergência	Saúde, segurança pública, atrativos e transportadores.	Mapear riscos, tempos de resposta, contatos e protocolos.
Formalização e arrecadação	Fazenda, tributação, desenvolvimento e turismo.	Integrar cadastros e compreender bases sem extrapolação fiscal.
Cultura, educação e qualificação	Educação, cultura, instituições de ensino e trade.	Transformar saberes e necessidades em programas contínuos.

3.4 COMTUR: representação, funcionamento e desafios

O COMTUR é o principal espaço formal de participação e pactuação da política municipal. Sua composição aproxima segmentos empresariais, poder público, trabalhadores e sociedade civil, permitindo que problemas operacionais sejam confrontados com interesse público e visão territorial. Essa função é especialmente relevante em um destino onde decisões sobre preço, fluxo, segurança, acesso e comunicação afetam atores com capacidades muito diferentes.

A representatividade não depende apenas de preencher cadeiras. Requer indicação legítima, presença, devolutiva aos segmentos, compreensão das competências e disposição para construir decisões coletivas. Quando o conselho se transforma em espaço de demandas individuais ou disputa entre territórios, perde capacidade de definir prioridades municipais. A marca Nobres e o PMT devem funcionar como referências comuns para reduzir rivalidades entre sede, Vila Bom Jardim e demais localidades.

A regularidade das reuniões, a antecedência das pautas, a produção de atas, o acompanhamento das deliberações e o acesso a dados são condições básicas de efetividade. O conselho precisa distinguir decisão, recomendação, responsabilidade e prazo. Também deve acompanhar o FUMTUR e o plano de ação sem substituir a secretaria na execução administrativa.

A renovação de membros e eventuais vacâncias exigem procedimentos transparentes, respeitando legislação, representatividade e continuidade. O fortalecimento do COMTUR depende de formação periódica sobre política pública, orçamento, legislação turística, dados, segurança e papel dos conselheiros.

Princípio de governança

A unidade do destino não significa eliminar conflitos. Significa criar regras e espaços capazes de tratá-los sem que interesses territoriais ou empresariais fragmentem a política municipal.

3.5 FUMTUR: arrecadação, deliberação e aplicação

O FUMTUR é um instrumento indispensável para financiar prioridades da política municipal, mas sua capacidade atual está aquém da escala econômica registrada pelo turismo. O saldo aproximado de R\$ 50 mil, informado pela gestão municipal em maio de 2026, evidencia que a contribuição vinculada ao setor não se converteu, ao longo dos anos, no volume de recursos esperado. Essa diferença precisa ser tratada como problema de diagnóstico, e não ocultada por formulações genéricas.

Parte da fragilidade decorre do desenho normativo e financeiro: o ingresso depende principalmente do adicional de 1% associado às operações do trade, enquanto a movimentação registrada no Voucher Único Digital e outras receitas municipais não se transferem automaticamente ao fundo. Quando há inadimplência, subdeclaração, não emissão de voucher ou falha de conciliação e cobrança, o FUMTUR deixa de receber valores devidos. A responsabilidade é compartilhada: cabe ao Município aperfeiçoar regra, cadastro, cobrança, transparência e fiscalização; aos prestadores, cumprir obrigações fiscais e operacionais; e ao COMTUR, acompanhar arrecadação, prioridades e prestação de contas.

A aplicação também exige correção de rumo. A concentração histórica em participação em eventos e impressão de materiais promocionais possui alcance limitado quando não está vinculada a estratégia de mercado, público, distribuição e avaliação. O fundo deve priorizar estudos, projetos, sinalização, segurança, qualificação, conservação, comunicação e outras entregas previstas no PMT, com justificativa, indicador e registro do resultado. Isso não impede despesas promocionais, mas exige demonstrar sua conexão com objetivos e públicos definidos.

Fortalecer o FUMTUR implica revisar a base legal, estimar potencial de arrecadação, conciliar valores, tratar inadimplência pelos procedimentos competentes, publicar informações agregadas, organizar carteira de projetos aptos e combinar o fundo com emendas, convênios e parcerias. A análise não autoriza imputar irregularidade individual sem processo fiscal, mas confirma que o modelo atual é financeiramente débil e precisa ser reestruturado para cumprir sua função de apoiar o desenvolvimento turístico.

Quadro 8 - Etapas de controle para aplicação de recursos do FUMTUR. Fonte: elaboração própria, 2026.

Etapa financeira	Pergunta de controle
Origem	Qual base legal gera o recurso e qual é a periodicidade esperada?
Ingresso	O valor foi efetivamente creditado e conciliado?
Orçamento	Existe dotação e autorização para a natureza da despesa?
Deliberação	A aplicação foi priorizada conforme PMT e regras do fundo?
Projeto e contratação	Há termo de referência, orçamento, responsável e procedimento adequado?
Execução e prestação	A entrega ocorreu, foi registrada e produziu resultado verificável?

A arquitetura descrita conecta SETIC, COMTUR, FUMTUR, demais áreas públicas, órgãos externos e empresas. Essa distribuição oferece a base para examinar como governança, infraestrutura e serviços se materializam na oferta turística.

Essa arquitetura oferece a base para analisar a oferta. Atrativos, hospedagem, alimentação, agenciamento, condução, transporte, cultura e serviços complementares não operam de forma autônoma: dependem da qualidade da governança, da infraestrutura e das relações entre os elos da cadeia. O capítulo seguinte examina como essa estrutura institucional se materializa nos produtos e serviços efetivamente disponíveis.

4. Oferta turística e infraestrutura de apoio

A oferta turística é o conjunto de atrativos, experiências, equipamentos, serviços e infraestruturas mobilizados para receber visitantes. Em Nobres, ela não se limita aos passeios aquáticos: inclui agências, guias, condutores, transportadores, hospedagem, alimentação, comércio, artesanato, eventos, saúde, segurança, comunicação, estradas e serviços urbanos e rurais. A qualidade do destino depende da combinação entre esses componentes.

O Inventário da Oferta Turística fornece a base cadastral, mas o PMT adota leitura analítica. Contar estabelecimentos é necessário, porém insuficiente. É preciso examinar distribuição territorial, função na jornada, regularização, capacidade, complementaridade, atualização e integração comercial. Os quantitativos apresentados nesta parte são linhas de base e devem ser revisados periodicamente.

Figura 14 - Oferta turística em síntese: atrativos, serviços e agentes da cadeia receptiva. Fonte: Inventário da Oferta Turística de Nobres, bases do Voucher Único Digital e registros da SETIC, 2025-2026.

OFERTA TURÍSTICA EM SÍNTESE

Linhas de base do Inventário Municipal, 2025-2026.



Os números expressam categorias distintas e não devem ser somados como se representassem um único universo. A base é atualizável e deve ser lida com data, conceito e fonte.

4.1 Inventário da Oferta Turística: conceito, escopo e limites

O inventário municipal identifica recursos, atrativos, equipamentos, serviços e infraestrutura de interesse turístico em determinado período. Seu universo é territorial e busca compreender a oferta existente, independentemente de todos os prestadores estarem inseridos em cadastros federais. A base nominal deve permanecer atualizável, enquanto o corpo do PMT apresenta sínteses, funções e lacunas.

A atualização 2025-2026 combinou formulários, levantamento de campo, bases administrativas e validação técnica. Como todo cadastro, possui limites: empreendimentos podem abrir, fechar, alterar capacidade ou mudar de contato; algumas informações são declaradas; e categorias diferentes não possuem o mesmo grau de completude. Os números devem ser acompanhados de data, conceito e fonte.

O inventário registra o que foi identificado no território em determinado período. A presença de um estabelecimento na base não significa, por si só, que todas as licenças, padrões de qualidade ou condições de funcionamento estejam atualizados; essas verificações pertencem aos órgãos e procedimentos competentes. Sua função no PMT é mostrar dimensão, diversidade, distribuição e lacunas da oferta.

A atualização atual dialoga com uma memória técnica anterior. A caracterização do Pólo Ecoturístico Nobres de 2002-2003 não possuía o mesmo recorte cadastral do inventário 2025-2026, mas reuniu informações ambientais, históricas e operacionais sobre o território e sobre a formação do ecoturismo. Seu uso neste plano é longitudinal: permite reconhecer permanências, mudanças e temas que exigem acompanhamento contínuo, sem transportar números antigos como retrato presente (PROGRAMA MELHORES PRÁTICAS PARA O ECOTURISMO, 2002-2003).

4.1.1 Inventário municipal e Cadastur: universos, diferenças e formalização

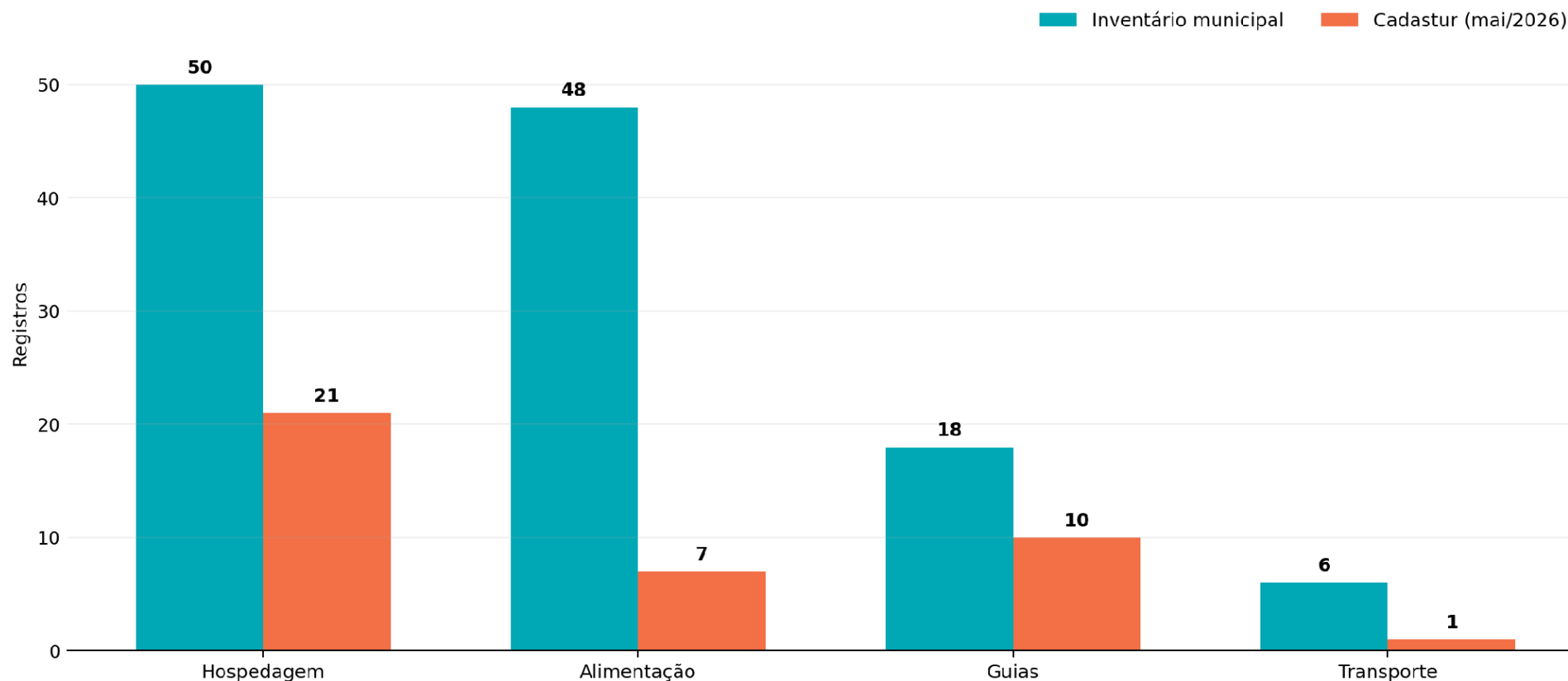
O Cadastur é o cadastro federal dos prestadores de serviços turísticos e possui obrigatoriedade para determinadas atividades e caráter facultativo para outras. O inventário municipal possui objetivo mais amplo: mapear a oferta territorial para planejamento. Por isso, os totais não devem coincidir automaticamente. A diferença entre bases pode revelar obrigatoriedade distinta, desatualização, informalidade, cadastro em processamento ou classificação divergente.

Em maio de 2026, o Cadastur registrava 21 meios de hospedagem, 14 agências, 10 guias de turismo, 7 estabelecimentos de alimentação, 5 prestadores especializados em segmentos turísticos, 2 locadoras de veículos, 1 transportadora turística e 1 acampamento turístico. A comparação com o inventário local é especialmente relevante para hospedagem, alimentação, guias e transporte, mas precisa respeitar a equivalência das categorias.

A ampliação da regularização deverá integrar o plano de ação. O Município precisará combinar informação clara, orientação aos prestadores, integração de cadastros, apoio ao cumprimento das exigências e fiscalização proporcional. A meta não é apenas elevar números no Cadastur, mas aumentar a presença qualificada da oferta municipal nos sistemas oficiais e melhorar a confiabilidade das informações utilizadas por visitantes e gestores.

Figura 15 - Comparação indicativa entre o Inventário Municipal e o Cadastur. Fonte: SETIC e Cadastur, maio de 2026.

INVENTÁRIO MUNICIPAL E CADASTUR: UNIVERSOS DIFERENTES



Fonte: Inventário da Oferta Turística de Nobres e Cadastur, maio de 2026. Guias: comparação com 18 profissionais cadastrados como guia na base local.

4.2 Atrativos, segmentos e experiências

Este subitem permanece no capítulo da oferta porque sua função é interpretar o que está disponível, em estruturação ou apenas reconhecido como recurso. O capítulo de mercado tratará de demanda, posicionamento, preço, distribuição e combinação comercial. A separação evita confundir existência de recurso com produto efetivamente vendável.

O inventário municipal registra 17 atrativos em operação, enquanto a relação descritiva complementar encaminhada para esta revisão reúne fichas de empreendimentos e atividades com diferentes graus de multifuncionalidade. Em vez de reproduzir textos promocionais, o PMT utiliza essas informações para organizar tipologias, funções na

experiência, condicionantes operacionais e lacunas de estruturação. As descrições completas permanecem na base do Inventário da Oferta Turística, que pode ser atualizada sem ampliar excessivamente o corpo do plano.

Quadro 9 - Síntese analítica das fichas complementares de atrativos e experiências. Fonte: Relação de atrativos encaminhada pela SETIC e Inventário da Oferta Turística, 2025-2026.

Eixo de experiência	Fichas e experiências consideradas	Função no portfólio
Águas cristalinas e flutuação	Aquário Encantado; Refúgio das Águas; Reino Encantado	Produtos-âncora associados à visibilidade subaquática, condução, equipamentos e controle de visitação.
Banho, lazer e permanência	Balneário Estivado; Recanto Oikos; Estância da Mata; Complexo Turístico Canaã; Balneário Água Doce	Combinam banho, alimentação, descanso, hospedagem, camping e atividades complementares.
Aventura e experiências ativas	Duto do Quebó; Boia Cross do Juca; Adrenalina Tour; Caiaque Adventure; Nobres Adventure; Bom Jardim Adventure; RM Diversão Sobre Rodas	Ampliam o repertório por boia, caiaque, cavalgada, quadriciclo, tirolesa, tobogã e outras experiências conduzidas.
Fauna, paisagem e contemplação	Lagoa das Araras; observação de aves no Refúgio das Águas; pôr do sol no Mirante do Cerrado	Dependem de horários, silêncio, conduta responsável, interpretação, segurança e monitoramento da fauna e da paisagem.

4.2.1 Flutuações e experiências em águas cristalinas

As flutuações continuam sendo o principal elemento de diferenciação mercadológica. Aquário Encantado, Refúgio das Águas e Reino Encantado articulam nascente, rio, mata ciliar, fauna aquática, equipamentos e condução. A experiência depende da transparência da água, do cumprimento da capacidade de atendimento, da qualidade dos equipamentos, do briefing, da condução e da proteção dos ambientes de ressurgência.

O valor do produto não está apenas no contato visual com os peixes. Interpretação ambiental, segurança, pontualidade, organização das reservas e coerência entre preço e entrega influenciam a satisfação. A conservação da bacia e do entorno é condição para manter o atributo que sustenta a atividade.

Figura 16 - Flutuação em águas cristalinas como experiência de contemplação, condução e interpretação ambiental. Fonte: Banco de Imagens da SETIC, 2026.

FLUTUAÇÃO EM ÁGUAS CRISTALINAS

EXPERIÊNCIA ÂNCORA DO DESTINO



4.2.2 Balneários, banho, lazer e multifuncionalidade

Balneário Estivado, Recanto Oikos, Estância da Mata, Complexo Turístico Canaã e Balneário Água Doce demonstram a variedade de estruturas de banho e lazer. Parte desses empreendimentos agrega alimentação, hospedagem, camping, piscinas, pesca recreativa, eventos ou áreas de descanso. Essa multifuncionalidade reduz deslocamentos e pode ampliar permanência, mas exige que cada serviço tenha condições próprias de higiene, segurança, acessibilidade, licenciamento e atendimento.

A categoria balneário não é homogênea. Há diferenças de profundidade, correnteza, acesso, supervisão, oferta de equipamentos e perfil de público. O inventário deverá manter informações operacionais atualizadas e apoiar comunicação clara sobre restrições e responsabilidades.

Figura 17 - Banho, lazer e permanência em ambiente natural no Balneário Estivado. Fonte: Banco de Imagens da SETIC, 2026.

BALNEÁRIOS, BANHO E PERMANÊNCIA



4.2.3 Aventura e atividades complementares

Boia-cross, caiaque, cavalgada, quadriciclo, tirolesa, tobogã e travessias ampliam a imagem do destino para além da flutuação. Duto do Quebó, Boia Cross do Juca, Adrenalina Tour, Caiaque Adventure, Nobres Adventure, Bom Jardim Adventure e Mirante do Cerrado exemplificam atividades com ritmos, riscos, públicos e exigências distintas. A oferta também inclui a RM Diversão Sobre Rodas, que amplia as experiências terrestres e deve ser integrada aos mesmos critérios de cadastro, segurança, informação e comercialização responsável.

A diversificação só representa ganho competitivo quando acompanhada por análise de risco, equipamentos adequados, manutenção, qualificação dos condutores, informação prévia, seguro quando aplicável e protocolos de resposta. A implantação ou alegação de conformidade com normas técnicas deve ser acompanhada por evidências e atualização permanente.

Figura 18 - Atividades de aventura como vetor de diversificação da oferta. Fonte: Banco de Imagens da SETIC, 2026.

AVENTURA E EXPERIÊNCIAS COMPLEMENTARES

Atividades distintas exigem informação, equipamentos, condução e gestão de risco compatíveis.



Boia-cross e condução em ambiente natural



Quadriciclo, paisagem e experiências terrestres



4.2.4 Observação de aves, fauna e turismo científico

A biodiversidade amplia o portfólio para além das atividades aquáticas. A Lagoa das Araras permanece referência de observação de fauna, enquanto o Refúgio das Águas reúne condições para experiências de observação de aves associadas à interpretação ambiental. O Mirante do Cerrado agrega contemplação da paisagem e observação do pôr do sol. Esses produtos dependem de horários adequados, silêncio, conduta responsável, registro de espécies, informação ao visitante e prevenção de perturbações, evitando que a presença turística comprometa o próprio recurso observado.

A estruturação requer listas de espécies, condutores capacitados, horários e pontos adequados, regras de aproximação, redução de ruído, monitoramento e parceria com pesquisadores. Turismo científico e ciência cidadã podem fortalecer conhecimento e conservação, mas não devem ser utilizados como rótulos genéricos sem metodologia ou participação técnica.



Figura 19 - Fauna e paisagem como experiência. Fonte: Banco de Imagens da SETIC, 2026.

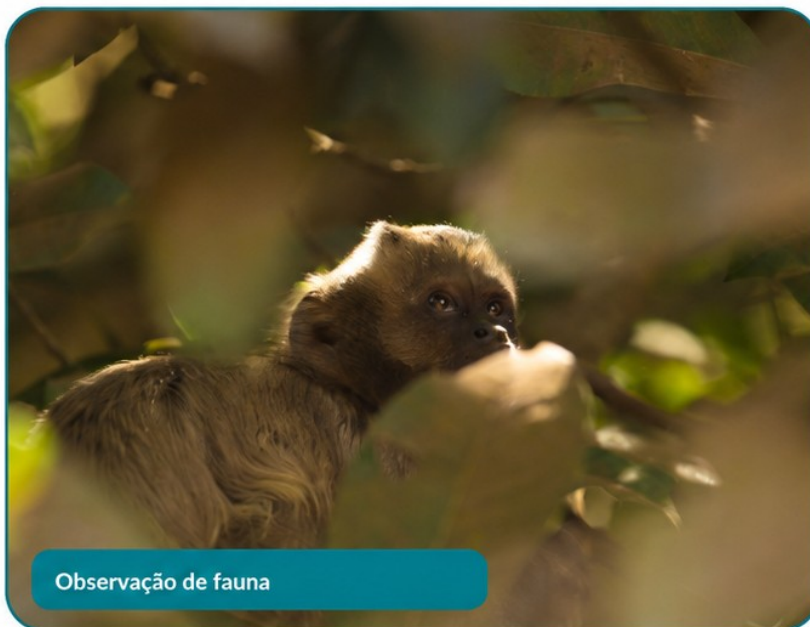
NOBRES

mato grosso · brasil



Fauna e paisagem como experiência

Observação responsável, interpretação ambiental e contemplação do território.



Fonte: Banco de Imagens de Nobres - MT, 2026.

4.2.5 Cavernas naturais e potencial do espeleoturismo

As cavernas naturais constituem patrimônio ambiental e científico e representam um dos principais vetores potenciais de renovação do destino. A existência de estudos, planos de manejo e processos vinculados a Termos de Ajustamento de Conduta demonstra avanço na produção de conhecimento, mas não transforma automaticamente as áreas em oferta aberta.

Entre as áreas protegidas relacionadas ao turismo, o Parque Estadual Gruta da Lagoa Azul ocupa posição singular. Trata-se de uma unidade de conservação estadual situada em Nobres e de uma das principais referências históricas da formação da imagem turística do município. No conjunto dos atrativos reconhecidos pelo plano, diferencia-se por depender diretamente da gestão pública estadual para definição das condições de uso público, operação, controle de fluxo, acesso e eventual modelo de cobrança. Essa condição não permite afirmar que a visitação futura será gratuita, tampouco antecipar a forma de comercialização, reserva ou atendimento, matérias que cabem ao órgão gestor.

Caso a visitação venha a ser formalmente autorizada, o parque poderá produzir efeitos que ultrapassam seus limites físicos. A retomada de um atrativo emblemático tende a diversificar a oferta, ampliar o interesse de novos públicos e criar demanda complementar por hospedagem, alimentação, transporte, agenciamento, guiamento e comércio. Também poderá fortalecer a circulação econômica e a base de serviços do destino. Esses efeitos não significam ingresso automático de recursos no orçamento municipal do turismo: eventual receita direta dependerá do modelo de gestão definido pelo Estado, enquanto os efeitos fiscais e econômicos indiretos deverão ser acompanhados pelo Observatório, pelo Voucher — quando aplicável — e pelas bases administrativas municipais.

A oportunidade estratégica, portanto, não está apenas na eventual reabertura, mas na capacidade de Nobres se preparar para ela. O Município pode antecipar articulações, qualificação profissional, planejamento de acessos, sinalização, informação ao visitante e protocolos de comunicação, sem promover o parque como produto disponível antes da autorização oficial.

Para cada caverna, a viabilidade turística dependerá de zoneamento, segurança, capacidade, acesso, propriedade, licenciamento, conservação, protocolos operacionais e decisão dos órgãos competentes. A comunicação institucional deverá distinguir recurso inventariado, estudo em andamento, projeto de uso público e produto autorizado.

Figura 20 - Cavernas naturais: patrimônio científico e potencial turístico condicionado. Fonte: Banco de Imagens da SETIC, 2026.

CAVIDADES NATURAIS

Patrimônio científico e potencial turístico condicionado a estudos, manejo e autorização.



Potencial não equivale a produto aberto à visitação.

4.2.6 Recursos com visitação espontânea ou ainda não formatada

O território possui locais que recebem fluxo de moradores ou visitantes sem constituírem produtos turísticos formalmente estruturados. Lagoa do Salobão, Salto do Tucum, Morro do Vai Quem Quer, Cachoeira do Cabelo Duro e Cachoeira do Tombador devem permanecer visíveis no planejamento, mas em categoria própria. O registro evita apagá-los do diagnóstico e, ao mesmo tempo, impede que sejam promovidos como atrativos regulares antes da definição de condições mínimas.

A presença de fluxo, por si só, não comprova autorização, segurança ou sustentabilidade. O primeiro passo é produzir ficha técnica simplificada com localização, domínio ou responsável, tipo de acesso, uso atual, riscos, sensibilidade ambiental, conflitos, demanda observada e interesse dos atores locais.

Quadro 10 - Recursos com visitação espontânea ou incipiente, ainda não formatados. Fonte: informações institucionais da SETIC, 2026; validação de campo necessária.

Recurso	Leitura atual	Tratamento recomendado no PMT
Lagoa do Salobão	Produto anteriormente formatado, cuja operação foi embargada após denúncia. A atividade não foi retomada e a estrutura encontra-se sem uso turístico regular.	Registrar a trajetória, verificar situação do embargo, interesse atual do responsável, condições ambientais e requisitos para eventual reestruturação; não apresentar como oferta disponível.
Salto do Tucum	Fluxo informado, sem formatação turística consolidada	Registrar condições de acesso, segurança, sazonalidade e capacidade de atendimento.
Morro do Vai Quem Quer	Uso espontâneo ou incipiente	Avaliar acesso, erosão, sinalização, risco, propriedade e possibilidade de visita orientada.
Cachoeira do Cabelo Duro	Fluxo informado, sem produto regular	Levantar autorização, acesso, segurança aquática, resíduos e compatibilidade ambiental.
Cachoeira do Tombador	Recurso associado a área ambientalmente protegida	Tratar somente com anuência do proprietário e compatibilidade com a gestão da RPPN.
Rio Serragem	Estância Casa Grande, situada no encontro do Rio Serragem com o Rio Nobres, utilizada como área de lazer pela população aos fins de semana, geralmente associada a banho e almoço no espaço.	Registrar o uso recreativo existente, condições de acesso, segurança aquática, capacidade, saneamento, relação com o empreendimento e compatibilidade ambiental.
Rio Nobres	Curso d'água associado à sede e ao Complexo Turístico Canaã, com usos de lazer e potencial interpretativo.	Relacionar o Complexo Turístico Canaã, paisagem, memória, saneamento, segurança e eventuais pontos de contemplação.
Rio Cuiabazinho e formação do Rio Cuiabá	O encontro do Rio Manso com o Rio Cuiabazinho, na região de Nobres, marca a formação do Rio Cuiabá e abriga circulação ligada à pesca.	Tratar com enfoque hidrográfico, cultural e de pesca responsável; mapear operadores, acessos, segurança e impactos.
Terra Indígena Santana	Território Bakairi com manifestações	Qualquer avanço depende de decisão comunitária,

Recurso	Leitura atual	Tratamento recomendado no PMT
	incipientes de interesse e histórico de tentativa anterior de estruturação não consolidada.	autorização da Funai, plano de visitação e protagonismo indígena.

4.2.7 Unidades de conservação e territórios protegidos

As unidades de conservação relacionadas ao sistema turístico cumprem funções distintas e complementares. O Parque Estadual Gruta da Lagoa Azul, em Nobres, protege patrimônio cárstico de alta sensibilidade e permanece sujeito às decisões de segurança, manejo e autorização do órgão gestor; por isso, sua relevância turística não permite apresentar visitação suspensa como produto disponível.

Enquanto o parque estadual opera sob proteção integral, a Área de Proteção Ambiental Cabeceiras do Rio Cuiabá abrange uma escala territorial mais ampla, na qual conservação das nascentes, uso do solo, produção, estradas e turismo precisam ser compatibilizados. Já a RPPN Cachoeira do Tombador depende da gestão privada e de seus objetivos de conservação, pesquisa e eventual uso público. O Parque Sesc Serra Azul, localizado em Rosário Oeste, integra a oferta regional e deve ser comunicado com precisão territorial, inclusive diante da proposta institucional de proteção privada de parte de sua área.

Em conjunto, essas áreas demonstram que turismo e conservação não constituem agendas paralelas. A visitação só é legítima quando respeita plano de manejo, capacidade, segurança, anuência do responsável e monitoramento de impactos; ao passo que a política turística pode apoiar educação ambiental, comunicação responsável, projetos de pesquisa e integração regional.

Figura 21 - Unidades de conservação e territórios protegidos: funções e implicações para o turismo. Fonte: SEMA-MT; Sesc Pantanal; sistematização do PMT, 2026.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TERRITÓRIOS PROTEGIDOS

Funções distintas exigem manejo, anuência, precisão territorial e comunicação responsável.

PARQUE ESTADUAL GRUTA DA LAGOA AZUL

Nobres - proteção integral

Conservação do carste e biodiversidade; visitação condicionada às decisões do órgão gestor e à certificação de segurança.

APA CABECEIRAS DO RIO CUIABÁ

Abrangência regional - uso sustentável

Compatibilizar turismo, proteção das cabeceiras, licenciamento, uso do solo e prevenção de erosão e contaminação.

RPPN CACHOEIRA DO TOMBADOR

Nobres - propriedade privada

Pesquisa, educação e eventual visitação somente conforme gestão da RPPN e anuência do proprietário.

PARQUE SESC SERRA AZUL

Rosário Oeste - oferta regional

Integrar roteiros com precisão territorial e acompanhar propostas de proteção privada na área.

Turismo e conservação integram a mesma agenda de uso responsável do território.

Quadro 11 - Unidades de conservação relacionadas à paisagem turística de Nobres e à oferta regional. Fonte: SEMA-MT; Sesc Pantanal; sistematização do PMT, 2026.

Área protegida	Situação territorial	Implicações para o turismo
Parque Estadual Gruta da Lagoa Azul	Nobres; proteção integral	Conservação do carste e biodiversidade; visitação pública temporariamente suspensa até certificação de segurança.
APA Cabeceiras do Rio Cuiabá	Abrange Nobres e outros municípios; uso sustentável	Compatibilizar turismo com proteção das cabeceiras, licenciamento, uso do solo e prevenção de erosão e contaminação.
RPPN Cachoeira do Tombador	Nobres; propriedade privada	Pesquisa, educação e eventual visitação apenas conforme gestão da RPPN e anuência do proprietário.
Parque Sesc Serra Azul	Rosário Oeste; oferta regional	Integrar roteiros com precisão territorial; acompanhar o processo informado de criação de RPPN em parte da área.

4.2.8 Terra Indígena Santana e possibilidade de diálogo

A Terra Indígena Santana, também conhecida como Santana Bakairi, deve ser reconhecida antes de tudo como território de vida, memória, autonomia e continuidade cultural. Sua presença no município não autoriza que o poder público ou o mercado convertam modos de vida em produto, produzam expectativas de visitação ou padronizem manifestações culturais para consumo turístico. Qualquer aproximação precisa partir da vontade coletiva e da iniciativa da própria comunidade.

A Instrução Normativa Funai nº 3/2015 estabelece que a visitação turística em terras indígenas depende de protagonismo indígena, Plano de Visitação construído e apresentado pelos povos ou por suas organizações, regras próprias, repartição de benefícios, proteção territorial e respeito às atividades tradicionais. O papel municipal, quando solicitado, é oferecer informação, escuta técnica e articulação institucional, sem induzir decisões ou criar um roteiro antes da avaliação comunitária.

Há manifestações de interesse de integrantes da comunidade em compreender possibilidades relacionadas ao turismo. Esse sinal não autoriza a formulação externa de produto. Qualquer processo depende de decisão coletiva e protagonismo Bakairi, consulta e anuência comunitária, autorização da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, plano de visitação, definição de regras culturais e ambientais, repartição de benefícios, segurança e mecanismos de avaliação. A experiência registrada por Brites (2020) também reforça que projetos concebidos sem continuidade institucional e apropriação local tendem a não se consolidar.

4.2.9 Pesca turística e recreativa em leitura exploratória

A pesca turística já ocorre de forma difusa no Rio Cuiabazinho, no Rio Cuiabá e na área do Encontro do Manso, ainda que o município não disponha de série de dados, cadastro específico ou monitoramento capaz de dimensionar fluxo, gasto, origem e pressão sobre os ambientes. A procura identificada por visitantes, inclusive por intermediários e condutores conhecidos no mercado local, demonstra que não se trata apenas de potencial abstrato.

Parte da operação é conduzida por pescadores ou condutores que conhecem rios, pontos de acesso, sazonalidade e técnicas, mas não integram necessariamente a oferta turística formal. Essa realidade exige escuta e diagnóstico antes de qualquer campanha: quem opera, em quais trechos, com que embarcações, equipamentos, autorizações, protocolos de segurança, práticas de captura e soltura e relação com comunidades e proprietários.

A estruturação deve priorizar pesca responsável, segurança, regularidade dos operadores, conservação dos ambientes aquáticos e integração transparente com hospedagem, alimentação, transporte e condução.

4.3 Agenciamento, guias, condutores e transporte turístico

O agenciamento organiza venda, reserva, pagamento e combinação das experiências. Em julho de 2026, 31 agências receptivas estavam vinculadas ao Voucher Único Digital, formando a principal rede comercial de acesso aos passeios. Essa dimensão precisa ser acompanhada não apenas pelo número de cadastros, mas pela operação efetiva, regularidade, transparência de repasses, informação ao visitante e integração com atrativos, guias, condutores e transportadores.

A lista atualizada reúne 46 registros funcionais, sendo 18 guias de turismo e 28 condutores locais. As funções não são equivalentes: guia de turismo é categoria profissional regulamentada e vinculada ao Cadastur; condutor local atua conforme regras e necessidades do território e dos atrativos. Uma pessoa pode reunir habilitações distintas. A política de qualificação precisa reconhecer essa diferença e manter os cadastros atualizados.

O transporte turístico inventariado reúne seis serviços heterogêneos, incluindo transfer, táxi e operações locais. O Cadastur registrava uma transportadora turística em maio de 2026. A oferta limitada de transporte regular entre os núcleos aumenta a dependência do veículo próprio, de pacotes e de arranjos informais. Melhorar a mobilidade do visitante passa por informação, integração comercial e regularização, não necessariamente pela criação imediata de transporte público turístico.

Guias, condutores e motoristas são também agentes de interpretação e segurança. Conhecem condições de acesso, tempo de deslocamento, riscos e comportamento do público. Sua participação em protocolos, dados e avaliação de produtos pode ampliar a capacidade de gestão.

4.4 Meios de hospedagem e formas de acomodação

A base municipal identifica 50 empreendimentos e estruturas únicas de hospedagem e acomodação. A oferta convencional reúne 435 unidades habitacionais e 1.304 leitos. Separadamente, as áreas destinadas a camping acrescentam capacidade declarada para até 466 pessoas; esse número não se soma às unidades habitacionais e não deve ser interpretado como quantidade de leitos convencionais.

Quadro 12 - Indicadores de referência dos meios de hospedagem. Fonte: Inventário da Oferta Turística de Nobres, 2025-2026.

50 empreendimentos e estruturas	435 unidades habitacionais	1.304 leitos convencionais	466 pessoas em camping e complementares
------------------------------------	-------------------------------	-------------------------------	---

A base indica predomínio de pousadas e forte associação entre acomodação, natureza e ruralidade. Muitos empreendimentos combinam hospedagem com alimentação, lazer, eventos ou atividades próprias. Essa multifuncionalidade amplia possibilidades de receita e conveniência, mas deve ser analisada quanto à contribuição para a cadeia local, à informação clara dos serviços incluídos e à capacidade de encaminhar o visitante para experiências complementares no território.

Os indicadores de unidades habitacionais, leitos e capacidade de camping devem ser atualizados periodicamente e analisados junto à ocupação, sazonalidade, padrão de serviço, acessibilidade, regularização e canais de venda. A oferta nominal e as fichas completas permanecem no inventário; o PMT utiliza a síntese para orientar qualificação, mercado e capacidade de receber eventos.

NOBRES

mato grosso · brasil



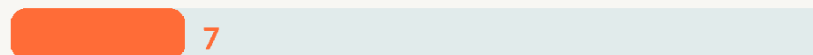
Tipologias de hospedagem em Nobres

Distribuição dos 48 meios de hospedagem inventariados.

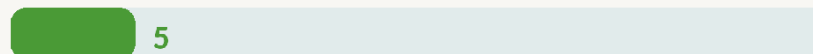
Pousada



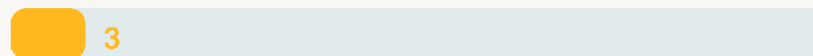
Hotel



Pousada com camping



Apartamento, flat/apart-hotel ou hostel



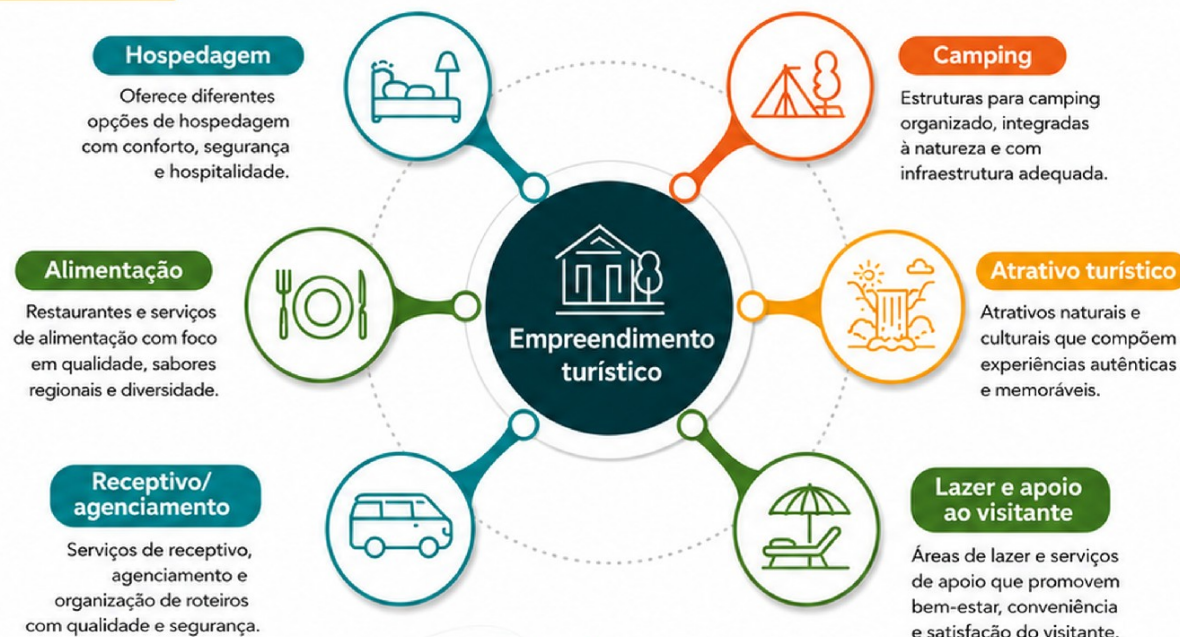
Síntese

Predominam as pousadas, evidenciando oferta de pequeno e médio porte fortemente associada ao turismo de natureza e às áreas rurais do município.

Figura 21 - Tipologias de hospedagem inventariadas em Nobres. Fonte: elaboração própria com base no Inventário da Oferta Turística, 2025-2026.



Multifuncionalidade dos empreendimentos turísticos de Nobres



Em Nobres, parte dos empreendimentos turísticos opera de forma **multifuncional**, reunindo em uma mesma unidade empresarial diferentes serviços e estruturas. Essa configuração responde tanto à estratégia de viabilidade econômica quanto à necessidade de oferecer maior **integração à experiência do visitante**, reduzindo deslocamentos operacionais, ampliando o controle sobre o atendimento e favorecendo maior fluidez na jornada turística.



Fonte: Inventário da Oferta Turística de Nobres, 2025–2026; pesquisa de campo e levantamento próprio.



Registro fotográfico da diversidade da oferta de hospedagem e acomodação



Exemplos da diversidade de meios de hospedagem e acomodações inventariadas no município.



Estrutura de camping em área arborizada



Pousada com área de lazer e piscina



Chalé/pousada em área rural



Hotel urbano na sede municipal



Fonte: Acervo do Inventário da Oferta Turística de Nobres, 2025-2026.



4.5 Alimentação, gastronomia e valorização de produtos locais

O inventário identifica 48 estabelecimentos de alimentação e bebidas. A quantidade inclui perfis, horários e níveis de estrutura distintos, desde serviços voltados ao cotidiano dos moradores até restaurantes integrados à visitação. A leitura turística deve considerar localização, capacidade, regularidade, atendimento noturno, identidade gastronômica, acessibilidade, higiene, meios de pagamento e conexão com produtores.

Figura 25 - Paçoca de pilão com carne seca. Fonte: Banco de Imagens da SETIC, 2026.

GASTRONOMIA E MEMÓRIA

Sabores associados à identidade regional



Paçoca de pilão, banana, carne seca e modos de preparo locais fortalecem identidade, narrativa e encadeamentos produtivos.

Figura 26 - Iscas de carne ao molho de akaiá, farofa e arroz com babaçu. Fonte: Banco de Imagens da SETIC, 2026.

GASTRONOMIA E INOVAÇÃO

Produtos locais em preparações contemporâneas



Akaiá, babaçu e ingredientes regionais podem ampliar diferenciação quando associados a origem, qualidade e regularidade.

A gastronomia local oferece a possibilidade de diferenciar o destino e distribuir benefícios. Peixes, banana, mandioca, carne, arroz e frutos do cerrado aparecem em preparações tradicionais e contemporâneas. Paçoca de pilão, mojica, ventrecha, farofa de banana e usos de akaiá e babaçu permitem construir narrativa própria quando origem, técnica e memória são valorizadas.

O desafio não é padronizar cardápios nem transformar toda cozinha em atração. É ampliar qualidade, narrativa e regularidade, conectar eventos e produtores, registrar receitas e incentivar experiências que façam sentido para os moradores. O Festival Gastronômico e ações menores ao longo do ano podem funcionar como laboratório de inovação, desde que estejam ligados a indicadores de participação, vendas e continuidade.

O Cadastur registrava sete estabelecimentos de alimentação em maio de 2026. Como o cadastro é facultativo para parte do segmento, a diferença em relação ao inventário não deve ser lida automaticamente como irregularidade, mas indica baixa inserção no sistema federal e necessidade de orientação.

4.6 Artesanato, cultura, eventos, comércio e serviços complementares

A oferta turística também depende de elementos que não são passeios. A base de cultura e artesanato de 2023 reúne 21 artesãos e necessita atualização de tipologias, localidade, canais de venda e autorização de divulgação. O artesanato deve ser tratado como produção cultural e econômica, com autoria, remuneração e vínculo territorial, e não apenas como decoração da promoção.

O inventário identifica cinco comércios turísticos e seis pontos de compras especiais. A cadeia ampliada inclui supermercados, farmácias, bancos, oficinas, postos de combustível e serviços de comunicação. Esses estabelecimentos atendem moradores e visitantes e influenciam conveniência, segurança e permanência.

O município dispõe de espaços públicos e privados com diferentes capacidades para eventos, incluindo praças, salões, centros de convivência, estruturas de hospedagem, complexos turísticos e áreas abertas. No corpo do PMT, a análise prioriza tipologia, capacidade, localização, acessibilidade, energia, sanitários, estacionamento, cobertura, segurança e compatibilidade com o entorno. A relação nominal dos espaços permanece no Inventário da Oferta Turística, base mais adequada para atualização de contatos, disponibilidade e condições operacionais.

Eventos cívicos, culturais, gastronômicos e esportivos podem reduzir a sazonalidade e fortalecer pertencimento, mas também mobilizam orçamento e equipe. O PMT deverá distinguir eventos que geram fluxo turístico, eventos comunitários relevantes e ações promocionais, definindo indicadores adequados para cada finalidade.

4.7 Infraestrutura e serviços de apoio ao visitante

A infraestrutura de apoio compreende estruturas essenciais ao funcionamento do município e da visitação. Saúde, segurança, comunicação, educação, abastecimento, serviços financeiros, energia, saneamento e manutenção não são exclusivamente turísticos, mas integram a experiência. O inventário registra ampla oferta na cidade de Nobres e presença mais limitada nos distritos e áreas rurais.

A rede de saúde inclui hospital municipal, unidades básicas, farmácias, laboratórios e serviços privados, com concentração na sede e unidades em Bom Jardim e Vila Roda d'Água. Para o turismo, o ponto central é o protocolo de resposta: contatos atualizados, localização, tempo de deslocamento, comunicação, primeiros socorros e remoção. Listas extensas de estabelecimentos devem permanecer na base técnica; o PMT precisa organizar a função do sistema.

A segurança envolve Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, brigada municipal, serviços de emergência e protocolos internos dos atrativos. A extensão territorial e as atividades em rios e áreas rurais tornam indispensável planejar prevenção, sinalização, equipamentos, comunicação e integração entre empresa e poder público.

A comunicação apresenta desigualdades de cobertura. Internet e telefonia são fundamentais para reserva, validação do voucher, meios de pagamento, orientação e emergência. Falhas afetam operação e reputação. A existência de rádios, sites e veículos locais também contribui para informação pública, mobilização comunitária e transparência.

Saneamento, resíduos e energia exercem impacto direto sobre paisagem e qualidade. A concentração de fluxo em Bom Jardim e em áreas naturais exige planejamento de coleta, destinação, abastecimento e contingência. A infraestrutura turística não deve ser entendida como obra isolada para visitantes, mas como melhoria de serviços que beneficia moradores e sustenta a atividade.

Quadro 13 - Sistemas de apoio ao visitante e prioridades de gestão. Fonte: Inventário da Oferta Turística e leitura técnica, 2026.

Sistema de apoio	Função turística	Prioridade de gestão
Saúde e emergência	Atendimento, remoção e resposta a ocorrências.	Protocolos, contatos, tempos de resposta e treinamento.

Sistema de apoio	Função turística	Prioridade de gestão
Segurança pública e operacional	Prevenção, fiscalização e proteção de visitantes e moradores.	Integração entre órgãos, atrativos, guias e transportadores.
Comunicação e conectividade	Reservas, voucher, pagamento, informação e emergência.	Cobertura, contingência e atualização de canais oficiais.
Saneamento, resíduos e energia	Qualidade ambiental e funcionamento da cadeia.	Planejamento para picos, manutenção e expansão urbana.
Educação e qualificação	Formação de trabalhadores e desenvolvimento de produtos.	Programas contínuos vinculados às necessidades do mercado.

A leitura da oferta confirma uma base empresarial diversificada e territorialmente distribuída, mas com níveis distintos de maturidade, formalização, acessibilidade e integração. A cidade de Nobres concentra serviços urbanos e apoio; Bom Jardim reúne parcela expressiva da recepção e comercialização; Coqueiral e comunidades rurais combinam moradia, produção e experiências; e outras áreas ampliam o patrimônio potencial. O inventário não encerra essa leitura: deverá ser atualizado e conectado a Cadastur, Voucher, fiscalização, qualificação e promoção.

O passo seguinte é compreender como essa oferta é utilizada. A quantidade de empreendimentos não revela, isoladamente, perfil do visitante, sazonalidade, permanência, combinação de atividades ou valor movimentado. O capítulo 5 utiliza os registros do Voucher Único Digital, do Observatório e das bases administrativas para examinar a demanda e o desempenho do mercado.

5. Visitação, demanda, mercado e desempenho turístico

Nobres dispõe de uma vantagem incomum entre municípios de porte semelhante: o Voucher Único Digital e o Observatório permitem analisar operações, pessoas, procedência, permanência e composição das atividades. Essa base não substitui pesquisas de demanda, gastos, satisfação ou impacto econômico, mas modifica a qualidade do planejamento. A leitura desta entrega utiliza indicadores consolidados e reserva o detalhamento técnico do sistema para o capítulo específico de inteligência turística.

5.1 Fontes, conceitos operacionais e limites de interpretação

O Voucher Único Digital registra operações e permite distinguir visitas, pax, vouchers, atividades e valores. Visitas correspondem às entradas ou experiências realizadas; pax identifica pessoas no universo considerado; voucher reúne reservas conforme as regras da plataforma; e movimentação financeira corresponde ao valor registrado. Esses indicadores respondem a perguntas distintas e não medem, isoladamente, permanência total, satisfação, renda líquida ou impacto ambiental.

A qualidade da leitura depende da qualidade cadastral. CPF ausente, nomes inconsistentes, cancelamentos, município incorreto, duplicidades e operações não registradas alteram resultados. Por isso, cada gráfico e quadro indica período, universo, conceito e limitações, e o Observatório mantém dicionário de dados, validação e registro de versões.

Os resultados são apresentados de forma agregada. O dado administrativo revela o que foi registrado no sistema e deve ser complementado por pesquisas de satisfação, gasto, informalidade, percepção dos moradores e impactos ambientais.

A proteção de dados integra a governança: acesso por perfil, finalidade pública, segurança, retenção adequada e divulgação agregada orientam o uso das bases, em conformidade com a LGPD.

5.2 Voucher Único Digital e Observatório: funcionamento, percepções e limites

O Voucher e o Observatório constituem infraestrutura de gestão porque permitem transformar operações em informação. O sistema registra atividades, pax, horários, valores e origem; o Observatório organiza séries, cruza bases e comunica resultados. O valor público surge quando os dados alteram decisões sobre promoção, fiscalização, eventos, capacidade, qualificação e infraestrutura. Sem uso continuado, a tecnologia se reduz a mecanismo de emissão.

5.2.1 Governança, proteção de dados e responsabilidades

A SETIC coordena finalidade pública, indicadores e relatórios; o fornecedor tecnológico mantém operação e suporte conforme contrato; agências e atrativos respondem pela qualidade das informações inseridas; e órgãos de controle acessam apenas o que corresponde às suas competências. Dados pessoais devem permanecer protegidos, com divulgação agregada, acesso por perfil, registro de uso e retenção compatível com a finalidade administrativa.

A integração com outras bases deve ocorrer por regras formalizadas. O Voucher não substitui Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), fiscalização tributária, PGAT, SGS ou cadastro ambiental. Ele oferece evidências operacionais que podem orientar verificação e planejamento. Essa separação protege tanto o uso legítimo dos dados quanto a confiança dos operadores no sistema.

Figura 27 - Ciclo de inteligência turística: registro, validação, análise, decisão, execução e avaliação. Fonte: elaboração própria, 2026.

CICLO DE INTELIGÊNCIA TURÍSTICA

Do registro operacional à decisão pública e à aprendizagem



PRINCÍPIO

Registro sem análise vira arquivo; decisão sem verificação vira intenção. O Observatório fecha o ciclo entre operação, política pública, execução e aprendizagem.

5.2.2 Percepções de turistas, empresas e gestores

Pesquisa realizada em abril de 2025 analisou o Voucher a partir de 52 turistas, 15 empresários e 10 representantes da gestão pública. Entre os turistas, 76,5% avaliaram positivamente a facilidade de uso, 68,6% a transparência financeira, 64,7% a melhoria geral da experiência, 62,8% o controle de capacidade e conforto e 56,9% a organização da visita. A percepção de contribuição para a preservação ambiental foi menor, alcançando 49%, o que indica que o controle de acesso não é percebido, por si só, como garantia de conservação (MAGALHÃES; NÓBREGA, 2025).

Entre os empresários, 80% reconheceram melhora no ordenamento da oferta e 73,3% apontaram ganhos em gestão financeira, previsibilidade da demanda e controle da capacidade. A promoção de práticas sustentáveis recebeu avaliação positiva de 60%. Entre os gestores, fiscalização e monitoramento foram reconhecidos por todos os respondentes, enquanto controle de capacidade e redução de impactos ambientais alcançaram 60%. Os resultados confirmam a ferramenta como infraestrutura de organização e informação, mas também mostram limites relacionados à emissão integral, fiscalização, educação ambiental e conversão dos dados em prática operacional (MAGALHÃES; NÓBREGA, 2025).

Figura 28 - Síntese das avaliações positivas do Voucher Único Digital por turistas, empresários e gestores públicos. Fonte: Magalhães e Nóbrega (2025); elaboração própria, 2026.

VOUCHER ÚNICO DIGITAL: PERCEPÇÕES DOS ATORES

Pesquisa aplicada em abril de 2025; resultados indicativos e não equivalentes a auditoria de conformidade.



5.2.3 Funcionamento do Observatório e próximos passos

O Observatório de Turismo de Nobres funciona a partir do acompanhamento das bases do Voucher, da atualização de painéis e da produção de leituras para apoiar a gestão. O processo envolve conferir registros, observar variações de fluxo, origem, atividades, valores e comportamento temporal, comunicar resultados e retroalimentar decisões da Secretaria. Essa rotina já permite substituir parte das percepções isoladas por evidências e identificar inconsistências que exigem verificação.

O próximo estágio é ampliar a estabilidade e o alcance dessa produção. Entre as entregas possíveis estão anuários estatísticos, boletins temáticos, séries históricas documentadas, pesquisa periódica de demanda e satisfação, indicadores de formalização, integração com inventário e Cadastur e registros de providências tomadas a partir das análises. O avanço deve respeitar a capacidade institucional e priorizar produtos que tenham usuário, periodicidade, fonte e decisão associada.

O Observatório também precisa combinar registros administrativos com pesquisas. O Voucher informa o que foi emitido e operado no sistema; não mede sozinho satisfação, renda retida, informalidade, impactos ambientais ou percepção dos moradores. Pesquisas amostrais e fontes complementares são necessárias para responder a essas questões e evitar que um único banco seja tratado como representação completa do destino.

Quadro 14 - Matriz mínima de indicadores do Observatório para o PMT. Fonte: elaboração própria, 2026.

Eixo	Indicador prioritário	Periodicidade	Uso na decisão
Fluxo	pax, visitas e atividades por mês/dia	mensal	dimensionar sazonalidade e operação
Mercado	origem, faixa etária e composição de grupos	trimestral	orientar comunicação e produtos
Permanência	atividades por pax e noites declaradas	semestral	medir combinação e retenção
Valor	ticket por voucher, valor por pax e gasto pesquisado	trimestral / anual	avaliar preço e impacto
Qualidade	satisfação, reclamações e resposta dos empreendimentos	trimestral	priorizar melhoria
Segurança	incidentes, quase-acidentes e tempo de resposta	contínua	revisar protocolos e capacitação
Oferta	empreendimentos ativos, Cadastur e capacidade	semestral	acompanhar formalização e estrutura
Território	fluxo e gasto por núcleo/corredor	semestral	avaliar distribuição
Execução	ações, etapas, metas e impedimentos do PMT	trimestral	corrigir atrasos e prioridades

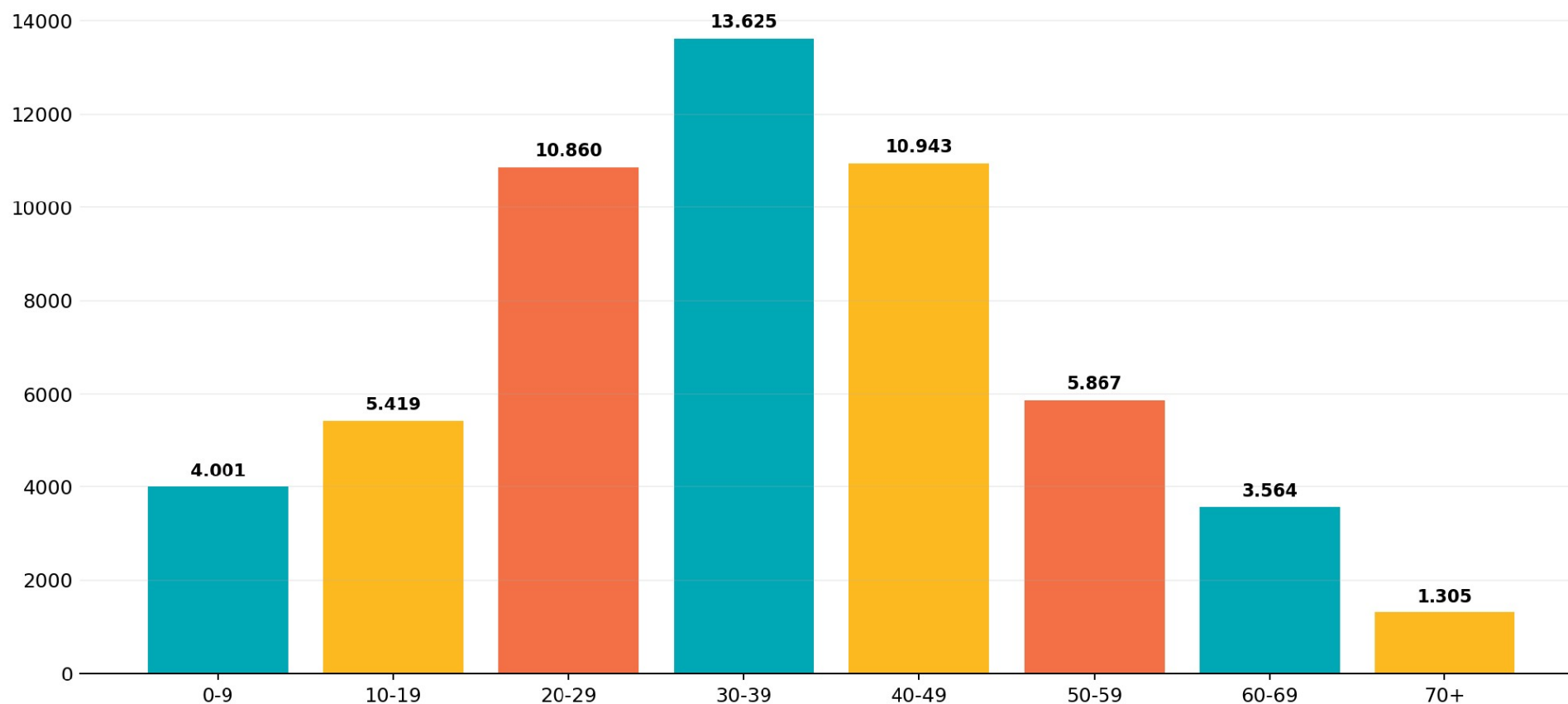
5.3 Perfil e comportamento dos visitantes

O perfil registrado é diversificado, com maior concentração entre adultos de 20 a 49 anos. Esse conjunto reúne 35.428 pessoas, equivalentes a 62,29% do total oficial. A faixa etária de 30 a 39 anos é a mais numerosa, seguida por 40 a 49 e 20 a 29 anos. Crianças, adolescentes e pessoas acima de 60 anos também possuem presença relevante, o que exige produtos, comunicação, equipamentos e segurança adequados a diferentes condições físicas e interesses.

A distribuição por sexo é relativamente equilibrada: 28.611 registros femininos e 26.400 masculinos, além de 573 não informados na base consolidada. A leitura não deve transformar equilíbrio estatístico em público homogêneo. Famílias, casais, grupos de amigos, excursões e viajantes independentes combinam motivações e necessidades distintas. Os grupos de duas pessoas representam 27,52% dos visitantes, seguidos por grupos de quatro, com 19,79%, e de três, com 13,34%. A média geral é influenciada por excursões numerosas; para decisões de produto e atendimento, a distribuição é mais informativa que um único valor médio. Casais e pequenos grupos constituem base relevante, enquanto grupos grandes exigem logística, horários, transporte e capacidade específicos.

Figura 29 - Perfil etário dos visitantes registrados. Fonte: Observatório de Turismo de Nobres.

PERFIL ETÁRIO DOS VISITANTES



As faixas de 20 a 49 anos reúnem 62,29% do total oficial. A base etária possui registros incompletos.

Quadro 15 - Indicadores selecionados do perfil dos visitantes. Fonte: Observatório de Turismo de Nobres, jul./2024-mai./2026.

Indicador	Resultado	Implicação
Faixa predominante	20 a 49 anos: 62,29%	Manter aventura e natureza, sem excluir famílias, crianças e públicos maduros.
Sexo	Distribuição próxima do equilíbrio	Evitar comunicação estereotipada e observar necessidades por produto.
Formação de grupos	Destaque para 2, 4 e 3 pessoas	Produtos para casais e famílias convivem com excursões e grupos maiores.
Compleitude	Há registros não informados	Melhorar cadastro e apresentar universo de cada indicador.

5.4 Mercados emissores e alcance territorial

Mato Grosso responde por 33.474 visitantes, equivalentes a 58,85% do total individualizado. Cuiabá concentra 16.548 registros, seguida por mercados estaduais e interestaduais que incluem São Paulo, Rondônia, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais e Distrito Federal. A forte presença regional reduz a distância de viagem e favorece escapadas curtas, mas também contribui para permanência limitada.

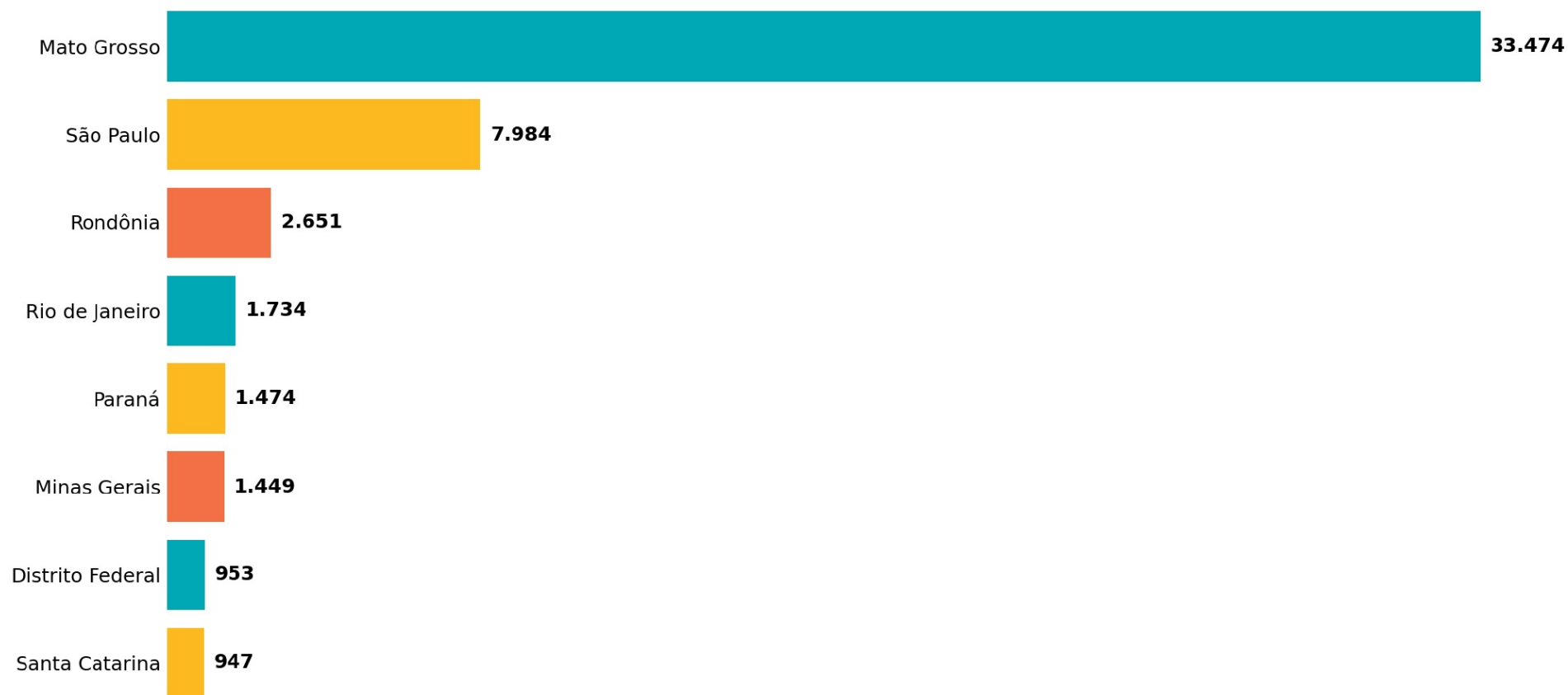
O alcance nacional demonstra que Nobres não depende exclusivamente do mercado estadual. São Paulo reúne 7.984 visitantes, Rondônia 2.651, Rio de Janeiro 1.734, Paraná 1.474 e Minas Gerais 1.449. Esses mercados exigem comunicação integrada ao acesso aéreo por Cuiabá, previsibilidade de transfers, pacotes com maior duração e articulação com Chapada dos Guimarães e Pantanal.

O mercado internacional soma 2.140 registros, correspondentes a 3,76% do total. Alemanha lidera com 500 visitantes, seguida por Estados Unidos, com 413, e França, com 279. Suíça e Holanda também apresentam volumes relevantes para um destino municipal. O resultado não sustenta, isoladamente, uma estratégia internacional ampla, mas justifica informação essencial em idiomas, relacionamento seletivo com operadores e conteúdo orientado a públicos de natureza, biodiversidade e aventura.

A estratégia de mercado deve preservar os públicos próximos, ampliar permanência dos mercados nacionais e tratar a internacionalização de forma focalizada. O investimento promocional precisa ser proporcional ao volume, ao custo de acesso, à capacidade de atendimento e à possibilidade de converter interesse em estadias mais longas.

Figura 30 - Principais estados emissores de visitantes. Fonte: Observatório de Turismo de Nobres, período jul./2024-mai./2026.

PRINCIPAIS ESTADOS EMISSORES

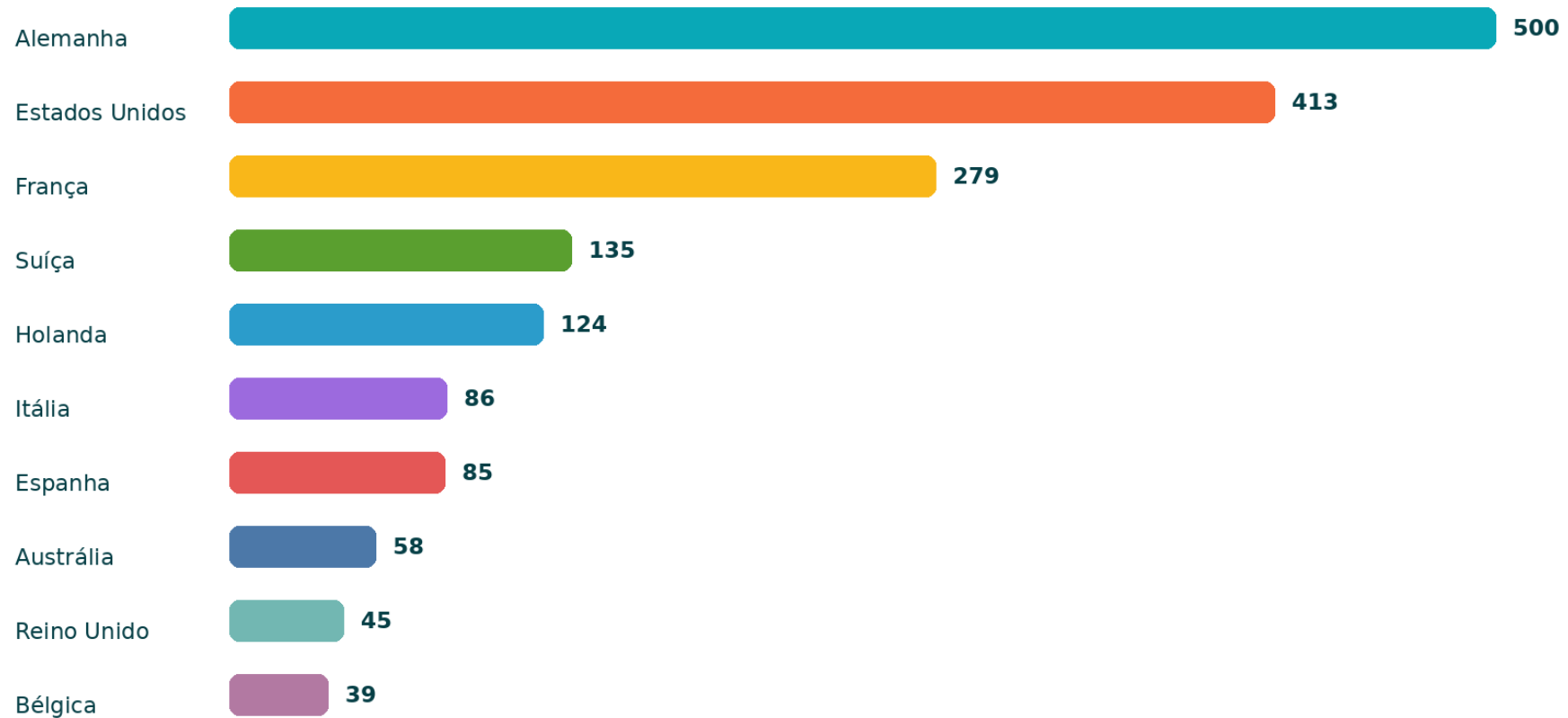


Mato Grosso responde por 58,85% do total oficial; São Paulo, por 14,04%. Fonte: Observatório de Turismo de Nobres.

Figura 31 - Principais mercados internacionais registrados. Fonte: Observatório de Turismo de Nobres, período jul./2024-mai./2026.

PRINCIPAIS MERCADOS INTERNACIONAIS REGISTRADOS

2.140 registros internacionais · 3,76% do total individualizado



Fonte: Observatório de Turismo de Nobres, jul./2024-jun./2026.

5.5 Sazonalidade e concentração temporal

A série mensal de registros evidencia forte concentração em férias, feriados e meses de maior deslocamento. O maior volume ocorreu em julho de 2024, com 10.973 visitas registradas. Julho de 2025 apresentou novo pico, com 8.569 registros. Entre os meses completos, fevereiro de 2025 apresentou o menor resultado, com 1.457 registros; setembro de 2023 corresponde apenas ao início parcial da série. A média mensal do período foi de aproximadamente 4.583 registros. A diferença entre picos e vales afeta a ocupação, caixa, contratação, escala de trabalho, manutenção e previsibilidade dos empreendimentos.

Reduzir sazonalidade não significa distribuir o mesmo fluxo em todos os meses. O objetivo é criar motivos de viagem fora dos picos, aumentar a utilização da capacidade instalada e oferecer previsibilidade sem pressionar ambientes sensíveis. A estratégia deve combinar calendário, captação de eventos, produtos adequados ao período, comunicação antecipada e política comercial coordenada.

Eventos de portes variados podem cumprir funções distintas. Programações pequenas e recorrentes ativam gastronomia, cultura, observação da natureza e esporte; eventos médios, como festivais, jornadas e competições, estimulam pernoite e circulação; encontros estaduais ou nacionais podem mobilizar hospedagem, alimentação, transporte e atrativos. A realização do 1º Encontro das IGRs Mato-grossenses demonstrou a capacidade local de receber fluxo técnico-institucional fora do calendário tradicional. Festival do Milho, Festival Gastronômico e outras agendas podem integrar uma estratégia anual, desde que possuam público, orçamento, organização e avaliação.

A política tarifária pertence aos empreendimentos, mas o destino pode estimular coordenação comercial voluntária: preços diferenciados entre baixa e alta temporada, pacotes de duas ou três noites, condições para dias úteis, combinação de passeios e benefícios associados a eventos. A iniciativa deve respeitar autonomia empresarial e evitar promessa pública de descontos não pactuados.

Figura 32 - Série mensal de registros de visitantes, com máximo histórico de 10.973 registros em julho de 2024. Fonte: Base mensal do Observatório de Turismo de Nobres, set./2023-mai./2026.

SAZONALIDADE DA VISITAÇÃO REGISTRADA

Série mensal do Observatório: setembro de 2023 a maio de 2026.



10.973

maior registro

jul./2024

1.457

menor mês completo

fev./2025

8.569

pico subsequente

jul./2025

4.583

média mensal

período analisado

Nota: setembro de 2023 corresponde ao início parcial da série.

Figura 33 - Estratégia integrada para redução da sazonalidade turística. Fonte: elaboração própria, 2026.

ESTRATÉGIA PARA REDUZIR A SAZONALIDADE

Criar motivos de viagem, permanência e consumo fora dos picos, sem pressionar períodos já concentrados



Quadro 16 - Frentes para redução da sazonalidade e dinamização anual. Fonte: elaboração própria, 2026.

Escala	Instrumentos possíveis	Função na baixa temporada
Pequenos e recorrentes	Feiras, gastronomia, cultura, observação de aves, esporte e educação	Frequência, ativação de espaços e consumo local.
Médios	Festival do Milho, Festival Gastronômico, Corrida das Águas, jornadas, provas e encontros temáticos	Pernoite, circulação entre núcleos e visibilidade regional.
Grandes ou captados	Congressos, encontros estaduais/nacionais e eventos de referência	Fluxo concentrado, ocupação e projeção do destino.
Comercial	Tarifas sazonais, dias úteis, pacotes e produtos combinados	Conversão de capacidade ociosa em permanência e valor.

5.6 Permanência operacional e combinação de experiências

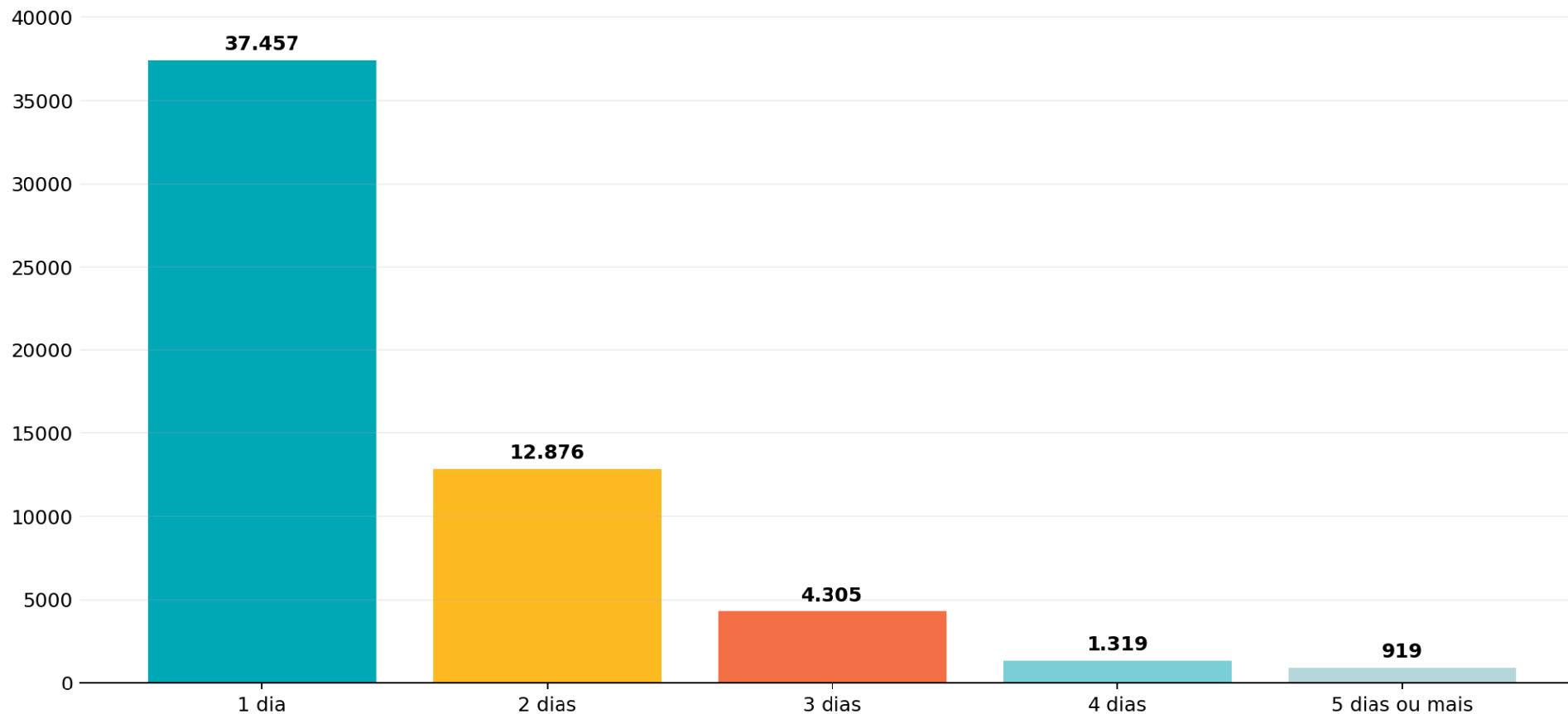
O indicador de permanência operacional considera os dias em que a pessoa aparece nos registros do sistema, e não necessariamente o número de noites hospedadas. A base demonstra que 37.457 visitantes, ou 65,86%, aparecem em apenas um dia; 12.876, ou 22,64%, em dois dias; e 4.305, ou 7,57%, em três dias. O padrão confirma a forte presença de viagens curtas e excursões.

A permanência curta limita a utilização de hospedagem, alimentação noturna, comércio, eventos e experiências complementares. Para ampliá-la, não basta propor roteiros no papel. É necessário compatibilizar horários, disponibilidade, deslocamentos, preços, refeições, comunicação e segurança, oferecendo combinações que façam sentido para diferentes públicos.

A integração entre flutuação, aventura, observação, gastronomia, cultura, sede, áreas rurais e eventos pode gerar novas razões para pernoitar. Produtos de baixa duração também podem ser combinados em jornadas de meio período ou dia completo, desde que a operação respeite capacidade, tempo real de deslocamento e conforto do visitante.

Figura 34 - Permanência operacional registrada. Fonte: Observatório de Turismo de Nobres, jul./2024-mai./2026.

PERMANÊNCIA OPERACIONAL REGISTRADA



65,86% permanecem 1 dia; 88,50% concentram-se em 1 ou 2 dias. Fonte: Observatório de Turismo de Nobres.

5.7 Composição das atividades e ticket médio

A quantidade de atividades por visitante reforça o padrão de curta permanência. Uma única atividade aparece para 23.719 pessoas, ou 41,70%; duas atividades, para 14.630, ou 25,72%; e três atividades, para 8.039, ou 14,13%. A maioria concentra-se, portanto, entre uma e três experiências.

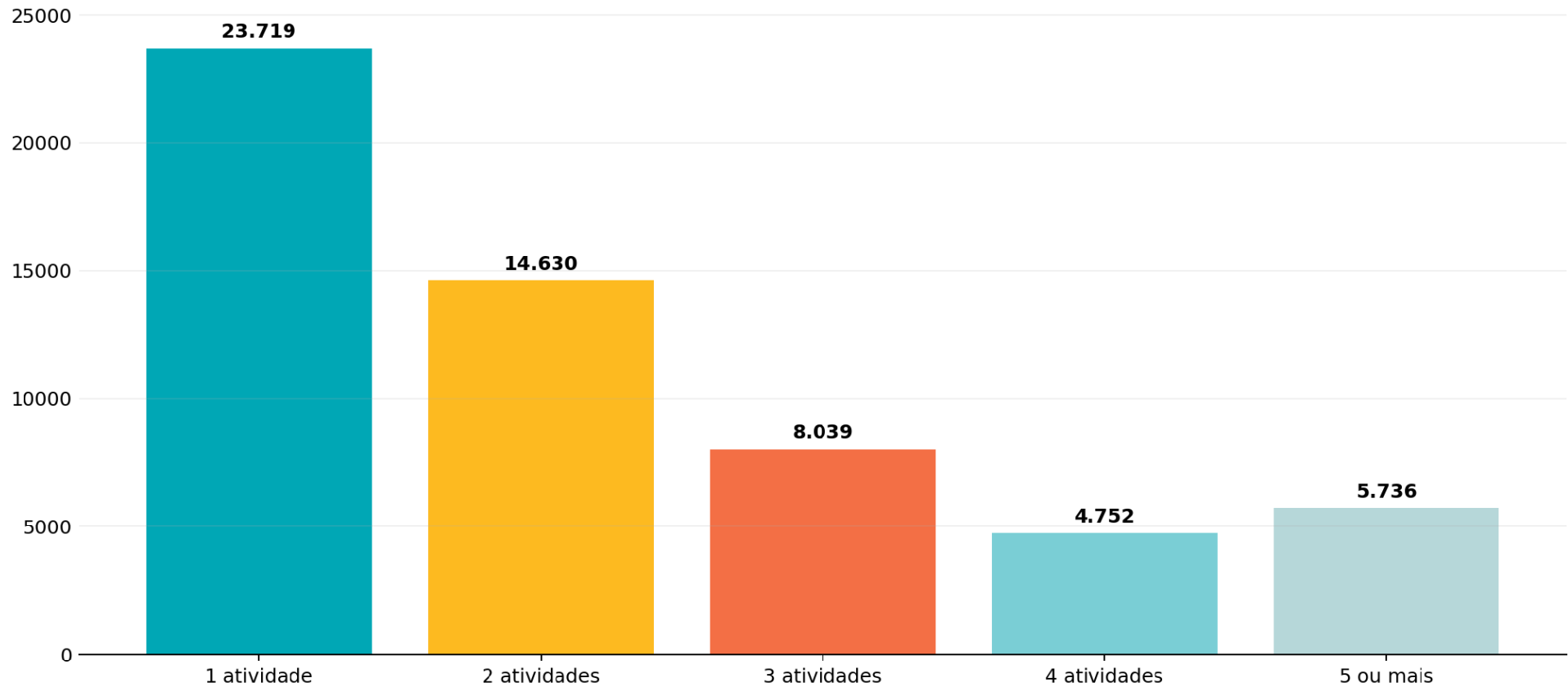
O ticket médio do Voucher mede o valor médio das operações registradas por voucher, enquanto o valor médio por participante divide a movimentação registrada pelo número de participantes. Nenhum dos dois representa o gasto total da viagem, pois hospedagem, alimentação, transporte, compras e serviços contratados fora do sistema podem não estar incluídos.

Na base mensal disponível de julho de 2024 a maio de 2026, as operações somaram R\$ 11,29 milhões, 37.576 vouchers e 57.664 participantes. O ticket médio ponderado foi de R\$ 300,42 por voucher, e o valor médio registrado por participante foi de R\$ 195,77. A série mensal mostra variações de preço, composição de atividades e tamanho dos grupos; por isso, sua leitura deve ser acompanhada do mix de produtos e da sazonalidade.

A estratégia de valor deve ampliar combinação e qualidade, e não apenas elevar preço. Experiências complementares, gastronomia, eventos, hospedagem e produtos especializados podem aumentar gastos e permanência quando entregam benefícios claros e mantêm coerência com a capacidade do destino.

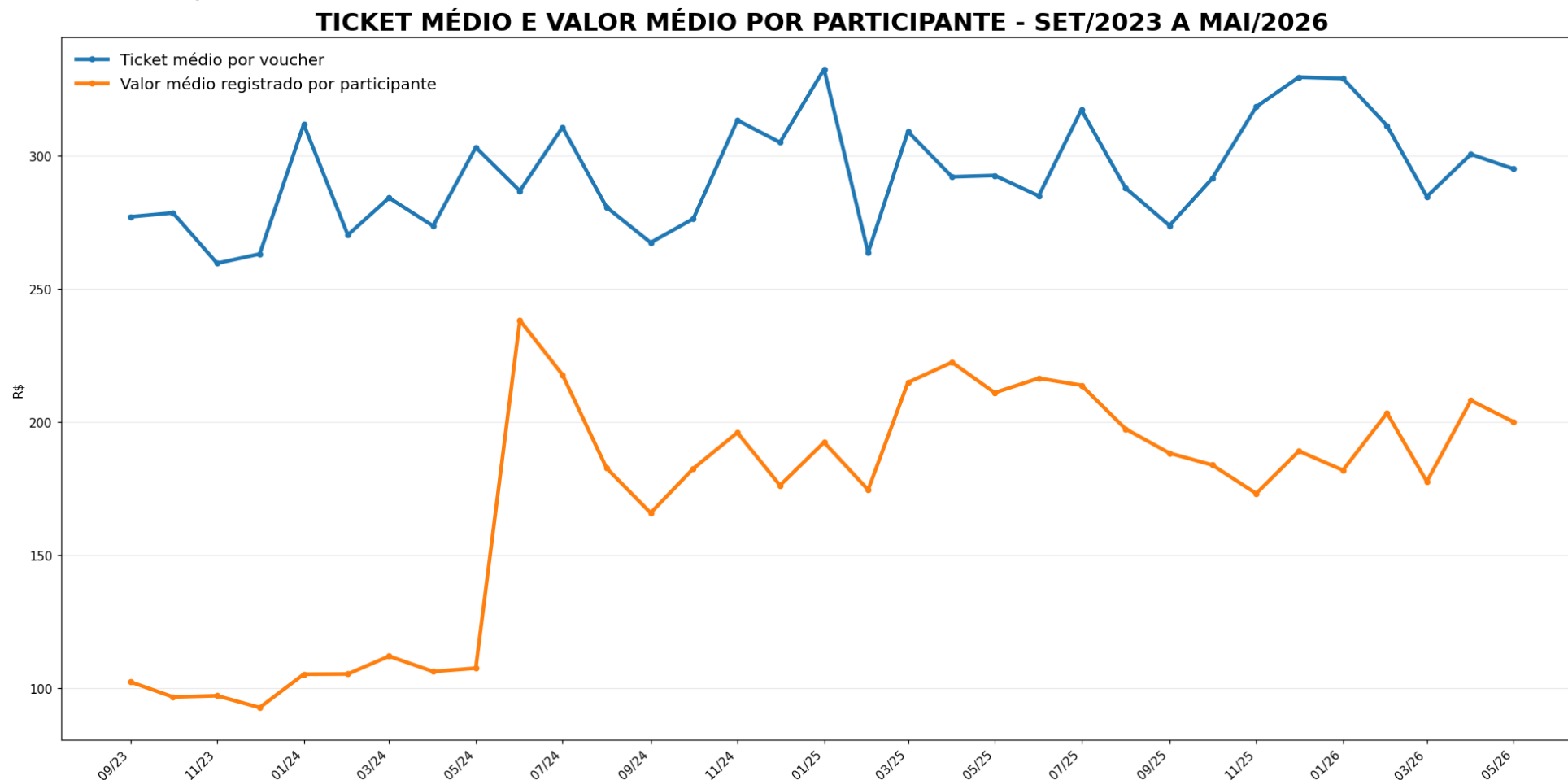
Figura 35 - Quantidade de atividades por visitante. Fonte: Observatório de Turismo de Nobres, jul./2024-mai./2026.

QUANTIDADE DE ATIVIDADES POR VISITANTE



41,70% realizam uma atividade e 67,43% realizam uma ou duas. Fonte: Observatório de Turismo de Nobres.

Figura 36 - Evolução do ticket médio por voucher e do valor médio por participante. Fonte: Base mensal do Observatório de Turismo de Nobres, set./2023-mai./2026.



5.8 Movimentação econômica, ISSQN e limites do reinvestimento

A movimentação registrada pelo Voucher revela escala econômica relevante, mas sua comparação com bases fiscais exige cuidado. Em 2024, o sistema registrou R\$ 6.107.979,50 em operações de atividades. O extrato fiscal disponibilizado para segmentos selecionados registrou R\$ 2.713.752,03 de valor total líquido, R\$ 77.758,69 de ISSQN calculado e R\$ 27.137,52 correspondentes à referência de 1% para o FUMTUR.

Os universos não são equivalentes: o Voucher registra operações turísticas conforme regras do sistema; a base fiscal reúne atividades e enquadramentos tributários específicos; datas de competência, regimes, retenções, cancelamentos e pagamentos podem variar. Ainda assim, a diferença é suficientemente expressiva para justificar a conciliação. Ela pode

refletir lacunas cadastrais, divergência de códigos de serviço, subdeclaração, inadimplência, cobertura parcial das bases ou problemas de integração. O PMT não deve afirmar sonexação individual sem procedimento fiscal, mas também não pode ignorar o risco de perda de receita.

O problema possui duas dimensões. A primeira é o ISSQN, receita municipal não automaticamente vinculada ao turismo. A segunda é o FUMTUR, cujo ingresso depende da base legal, emissão correta, recolhimento, conciliação e governança financeira. Valores calculados não equivalem necessariamente a valores pagos ou disponíveis em conta.

O caminho recomendado é construir rotina conjunta entre SETIC, Fazenda e Tributos: padronizar cadastros e códigos; conciliar Voucher, NFS-e e declarações; separar valor declarado, lançado, pago e inscrito em dívida; orientar contribuintes; monitorar inadimplência; auditar divergências por critérios objetivos; e publicar indicadores agregados. Para o FUMTUR, devem ser assegurados emissão, identificação da receita, conciliação bancária, dotação, deliberação e prestação de contas.

O objetivo não é transformar o Voucher em instrumento tributário automático nem atribuir fiscalização fiscal à SETIC. A contribuição da política de turismo é fornecer dados operacionais, apoiar a integração de cadastros e demonstrar a importância de converter formalização e arrecadação em capacidade pública de gestão.

O relatório administrativo de CNAEs selecionados para 2025 registrou R\$ 12.126.474,86 em valores de serviços informados. Entre os maiores grupos estavam meios de hospedagem (R\$ 4.367.927,77), transporte intermunicipal (R\$ 2.488.861,68), excursões em veículos próprios (R\$ 1.299.385,39), locação e transporte de veículos (R\$ 1.296.181,53), táxi (R\$ 671.164,92), eventos (R\$ 636.383,93) e agências de viagens (R\$ 485.810,50). O conjunto amplia a leitura de 2024, mas não equivale ao faturamento total do turismo: depende da seleção fiscal, do enquadramento dos contribuintes e da informação registrada na base municipal (NOBRES, 2023-2026).

O cruzamento entre Voucher, relatórios fiscais e saldo do FUMTUR evidencia três escalas diferentes: operação turística registrada, valor de serviços informado e recurso efetivamente disponível para política setorial. A distância entre elas exige conciliação, orientação, fiscalização e transparência. O PMT utilizará esses dados para acompanhar formalização e financiamento sem presumir equivalência automática entre venda, renda retida, imposto devido, imposto recolhido e reinvestimento.

Quadro 17 - Movimentação operacional, referências fiscais e financiamento setorial. Fonte: Voucher Único Digital, extratos administrativos de ISSQN e informação financeira municipal, 2024-2026.

Indicador	Referência	Leitura e limite
Movimentação de atividades no Voucher	R\$ 6.107.979,50	Operações registradas em 2024; não equivale a faturamento líquido nem a base tributável.
Valor total líquido no extrato fiscal selecionado	R\$ 2.713.752,03	Base administrativa de atividades selecionadas; universo e competência devem ser conciliados.
ISSQN calculado no extrato	R\$ 77.758,69	Valor calculado; verificar lançamento, pagamento, retenções e inadimplência.
Referência de 1% para o FUMTUR	R\$ 27.137,52	Valor de referência; não comprova ingresso, disponibilidade ou aplicação.
Valor de serviços em CNAEs selecionados - 2025	R\$ 12.126.474,86	Relatório administrativo; não representa todo o faturamento turístico.
Meios de hospedagem - 2025	R\$ 4.367.927,77	Maior grupo do recorte fiscal selecionado.
Transportes e excursões - 2025	R\$ 5.755.592,60	Soma indicativa de transporte intermunicipal, excursões, locação/transporte e táxi; exige leitura por CNAE.
Agências de viagens - 2025	R\$ 485.810,50	Valor informado na base fiscal; não equivale ao valor

Indicador	Referência	Leitura e limite
		total dos passeios vendidos pelo sistema.
Saldo aproximado do FUMTUR - 2026	R\$ 50 mil	Disponibilidade informada pela gestão; demonstra baixa conversão da escala econômica em financiamento setorial.

5.9 Posicionamento competitivo e dinâmica de mercado

Nobres disputa atenção, tempo e gasto de visitantes que podem escolher outros destinos de natureza e aventura. A comparação mais frequente ocorre com Bonito, Chapada dos Guimarães, Pantanal e Jalapão, mas a estratégia municipal não deve ser construída pela imitação. Seus diferenciais combinam proximidade de Cuiabá, águas cristalinas, paisagem cárstica, biodiversidade, ruralidade, marca própria, cadeia receptiva consolidada e uma infraestrutura de inteligência baseada no Voucher Único Digital e no Observatório.

O Plano Estratégico de Marketing propõe posicionar Nobres como referência em ecoturismo e turismo de aventura responsável, associando experiências autênticas, conservação, inovação, inclusão social e valorização cultural. Também identifica como frentes de diversificação a gastronomia, a observação de vida selvagem, o turismo pedagógico, o turismo rural e as experiências comunitárias. Essas diretrizes são pertinentes, mas precisam ser filtradas pela maturidade real dos produtos, pelos limites ambientais e pela capacidade de execução do município (NOBRES; SEBRAE MATO GROSSO, 2025).

O diagnóstico de mercado do mesmo plano apontou presença digital fragmentada, necessidade de comunicação centralizada, fortalecimento da marca, campanhas segmentadas, articulação com operadoras e uso de conteúdos profissionais. Desde então, o portal oficial reduziu parte dessa lacuna. O desafio 2026-2028 é avançar da simples presença digital para uma gestão contínua de canais, banco de imagens, conteúdo, SEO, mídia paga justificada, relacionamento comercial e avaliação de conversão (NOBRES; SEBRAE MATO GROSSO, 2025).

A comunicação deverá obedecer à capacidade de entrega do território. Promoção não corrige acesso precário, atendimento irregular, risco operacional ou produto ainda não autorizado; ao contrário, pode ampliar a exposição dessas fragilidades. Por isso, campanhas e ações comerciais devem ser ativadas conforme a prontidão dos produtos, com mensagens específicas para públicos, períodos e experiências.

POSICIONAMENTO COMPETITIVO

O patrimônio natural abre a viagem; a qualidade do sistema sustenta a preferência

DIFERENCIAIS INSTALADOS

- águas cristalinas e paisagem cárstica
- proximidade de Cuiabá
- Voucher e Observatório
- cadeia receptiva reconhecida

PRESSÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA

- acessos e infraestrutura variáveis
- qualidade desigual entre serviços
- permanência curta
- dependência de poucos produtos

OPORTUNIDADES DE MERCADO

- observação de aves e ciência
- gastronomia e cultura
- roteiros regionais
- experiências pedagógicas e rurais

CONDIÇÕES PARA AVANÇAR

- unidade da marca
- governança e execução
- segurança e sustentabilidade
- integração entre produto e promoção

Figura 37 - Síntese do posicionamento competitivo e das condições de avanço. Fonte: elaboração própria, 2026.

O posicionamento desejado é o de um território único, responsável e acessível a partir de Cuiabá, capaz de combinar natureza, aventura, cultura, gastronomia, ciência, educação e hospitalidade. Essa formulação orienta a missão, a visão, os valores e o portfólio de segmentos apresentados na direção estratégica.

5.10 Implicações para o planejamento

A dinâmica analisada produz implicações diretas. A primeira é institucional: Nobres não precisa de mais instrumentos desconectados, mas de integração e execução. A segunda é produtiva: a quantidade de serviços deve ser acompanhada por regularização, qualidade, segurança e ligação com a jornada. A terceira é mercadológica: o fluxo regional é forte, porém a permanência e a quantidade de atividades são reduzidas.

A quarta implicação é territorial. A marca única precisa organizar complementaridades entre cidade, distritos, comunidades e oferta regional. A quinta é ambiental: o crescimento depende da conservação da água, do carste e da capacidade dos atrativos. A sexta é informacional: o Voucher e o Observatório permitem gestão mais precisa, desde que conceitos, cobertura e limites sejam transparentes.

A sétima implicação é distributiva. A movimentação registrada não demonstra, sozinha, quanto da renda permanece no município ou alcança trabalhadores, produtores e comunidades. O plano deverá formular indicadores de compras locais, emprego, formalização, ocupação e participação, além de fluxo e valores.

PARTE III

Diagnóstico Integrado e inteligência turística

Das evidências dispersas aos problemas estruturantes e às condições de mudança.



visite
NOBRES
mata, águas, festa!

PARTE III - DIAGNÓSTICO INTEGRADO E INTELIGÊNCIA TURÍSTICA

Das evidências dispersas aos problemas estruturantes e às condições de mudança

As Partes I e II demonstraram como o território se formou, como a política turística se organizou e como oferta, demanda, infraestrutura e mercado operam. O diagnóstico integrado não repete essas descrições. Sua função é relacionar evidências, identificar causas, distinguir sintomas de problemas estruturantes e reconhecer capacidades que podem sustentar a mudança.

A leitura foi construída pela triangulação entre Inventário da Oferta Turística, Voucher Único Digital, Observatório, bases administrativas, marco legal, Plano de Desenvolvimento Turístico de 2016, Plano Estratégico de Marketing, Plano Estratégico de Ações e contribuições participativas. A SWOT será apresentada integralmente na Parte IV; nesta etapa, suas manifestações são utilizadas para testar recorrência, intensidade e relações entre problemas, sem apagar a autoria social das propostas.

6. Diagnóstico integrado e relações causais

Um problema foi considerado estruturante quando apareceu em mais de uma fonte, afetou diferentes segmentos ou territórios, bloqueou outras ações e exigiu coordenação institucional. A análise também observou se o Município possui governabilidade direta, compartilhada ou externa sobre o enfrentamento. Esse cuidado evita atribuir à SETIC soluções que dependem de obras, meio ambiente, segurança, fazenda, iniciativa privada, órgãos estaduais ou decisão comunitária.

Figura 38 - Relações entre capacidades, problemas estruturantes e efeitos no sistema turístico. Fonte: elaboração própria, 2026.

DIAGNÓSTICO INTEGRADO

Relações entre causas, efeitos e capacidades já disponíveis



6.1 Governança e execução: muitos instrumentos, baixa conversão em rotina

Nobres possui legislação, conselho, fundo, voucher, observatório, inventário, portal, marca e planos anteriores. Esse acervo demonstra continuidade de esforços e capacidade de formular instrumentos. A dificuldade está em conectá-los a fluxos administrativos, orçamento, responsáveis, cooperação intersetorial e acompanhamento regular. O problema, portanto, é sistêmico: envolve desenho institucional, prioridades concorrentes, dependências externas e responsabilidades públicas e privadas, sem se reduzir ao desempenho individual da equipe técnica.

A consequência é cumulativa. Quando uma ação não define responsável, etapa, documento necessário, fonte de recurso e indicador, ela retorna em novos planos como se nunca tivesse sido formulada. O PMT deve romper esse ciclo por meio de agenda anual de execução, matriz de responsabilidades, registro de impedimentos e revisão periódica pelo poder público e pelo COMTUR. A governança será avaliada pelo que consegue coordenar e concluir, e não apenas pela quantidade de reuniões realizadas.

6.2 Integração territorial e distribuição dos benefícios

A cadeia funciona como rede municipal, porém o fluxo e o consumo permanecem concentrados em eixos específicos. Bom Jardim assume centralidade receptiva; a sede oferece retaguarda administrativa, comercial, de saúde e serviços; Roda d'Água, Cerquinha, Vila Daniel e outras áreas rurais participam de forma desigual. A marca única reduziu fragmentações na comunicação, mas ainda não assegura circulação de visitantes, compras locais e reconhecimento equilibrado das funções territoriais.

A integração não deve obrigar deslocamentos artificiais nem criar atrativos sem demanda. Ela exige informação comum, motivos de parada, calendário, gastronomia, comércio, produtos rurais e experiências estruturadas. Também demanda atenção aos arranjos multifuncionais: eles podem elevar controle e qualidade, mas a concentração de todas as etapas em poucos negócios reduz encadeamentos. O desafio é combinar eficiência empresarial com oportunidades para guias, condutores, transportadores, produtores, restaurantes, artesãos e pequenos prestadores.

6.3 Infraestrutura, mobilidade e serviços de apoio

Estradas, drenagem, energia, conectividade, resíduos, saneamento, sinalização e espaços públicos aparecem de forma recorrente nas fontes documentais e participativas. Esses elementos são parte do produto turístico porque afetam tempo de viagem, previsibilidade, segurança, pagamento, comunicação e percepção de valor. A dispersão territorial amplia custos de manutenção e exige priorização por corredores, volume de uso, criticidade e função para moradores e visitantes.

A solução não cabe exclusivamente à política de turismo. A SETIC deve produzir leitura de fluxo, indicar pontos críticos, formalizar demandas e acompanhar prazos; Obras, Planejamento, Meio Ambiente, concessionárias e órgãos rodoviários executam ou autorizam parte significativa das intervenções. O diagnóstico recomenda agendas intersetoriais por entrega concreta - e não reuniões gerais sem objeto - começando por corredores prioritários, comunicação de condições de tráfego e protocolos de contingência.

6.4 Qualidade, segurança e conformidade operacional

A natureza excepcional cria expectativa elevada, mas a experiência final depende de recepção, equipamentos, higiene, condução, informação, manutenção e resposta a ocorrências. A irregularidade entre empreendimentos compromete a reputação do conjunto: um serviço insuficiente não afeta apenas a empresa, pois o visitante tende a atribuir a experiência ao destino Nobres.

O Município dispõe de instrumentos como PGAT, SGS, capacidade de atendimento, credenciamento e Voucher, porém cadastro e emissão não comprovam conformidade cotidiana. O problema estruturante é transformar exigências formais em ciclo permanente de orientação, atualização documental, fiscalização integrada, registro de incidentes e melhoria. A segurança deve abranger atividade, deslocamento, comunicação, primeiros socorros, remoção e responsabilidades entre atrativo, guia, agência e transporte.

6.5 Diversificação, maturidade dos produtos e sazonalidade

Flutuações, balneários e atividades aquáticas permanecem como núcleo competitivo, mas a dependência de poucos motivos de viagem limita permanência e aumenta exposição a sazonalidade, condições ambientais e comparação com destinos consolidados. O território possui vetores de renovação - observação de aves, turismo científico e pedagógico, gastronomia, eventos, pesca, ruralidade, cavidades e novas experiências de aventura - em estágios muito diferentes de maturidade.

Diversificar não significa anunciar todo recurso como atrativo. Experiências em estudo, visitação espontânea e áreas protegidas precisam avançar por etapas de viabilidade, anuência, manejo, segurança, teste e organização comercial. O diagnóstico deve avaliar condições e dependências sem transformar recursos potenciais em promessas de curto prazo.

6.6 Conservação da água, do carste e das paisagens

A base ambiental é simultaneamente vantagem e limite. A cristalinidade, a fauna e as cavidades dependem de sistemas hídricos e cársticos sensíveis à erosão, sedimentos, saneamento, abertura de vias, mineração e ocupação. Por isso, a conservação não pode ficar restrita ao perímetro dos atrativos. A gestão turística precisa dialogar com bacias, APA, unidades de conservação, proprietários, licenciamento e políticas de uso do solo.

O fechamento da Gruta da Lagoa Azul à visitação desde 1999, os processos posteriores de criação e manejo da unidade e as exigências atuais relacionadas à segurança demonstram que o tempo institucional da conservação pode ultrapassar ciclos de governo e expectativas do mercado. Mais de duas décadas de interrupção reforçam a necessidade de distinguir anúncio, estudo técnico, autorização, infraestrutura e operação efetiva. O parque não deve ser promovido como produto turístico antes do cumprimento das condições ambientais, jurídicas, operacionais e de segurança estabelecidas pela SEMA-MT. (BRITES, 2020).

Essa cautela, entretanto, não elimina sua importância estratégica. A eventual retomada autorizada da visitação poderá representar uma mudança significativa no portfólio de Nobres, tanto pelo valor simbólico da Gruta da Lagoa Azul quanto por sua condição de unidade estadual de uso público. O novo fluxo poderá gerar demanda para guias, condutores, transportadores, agências, meios de hospedagem, alimentação e comércio, além de exigir respostas em mobilidade, informação, segurança e monitoramento. O risco não está apenas em promover prematuramente, mas também em aguardar a autorização sem preparar o território para seus possíveis efeitos.

6.7 Mercado, permanência e geração de valor

Os registros mostram alcance nacional e presença internacional, porém a combinação de uma ou duas atividades permanece predominante. Esse padrão indica visita curta e reduz o tempo disponível para gastronomia, cultura, comércio e áreas menos conhecidas. A estratégia de mercado deve ampliar valor percebido e motivos de permanência, sem depender exclusivamente de elevação de preços.

O ticket do Voucher mede operações registradas e não o gasto total da viagem. Para compreender o impacto econômico, o Observatório precisa incorporar pesquisas de permanência, hospedagem, alimentação, transporte, compras e satisfação. Da mesma forma, a movimentação não revela automaticamente quanto permanece no município ou alcança trabalhadores e produtores. A próxima geração de indicadores deverá medir encadeamento e distribuição, e não apenas volume de venda.

6.8 Formalização, trabalho e inteligência administrativa

A diferença entre inventário e Cadastur revela oferta reconhecida localmente que ainda não aparece integralmente no cadastro federal. Situação semelhante ocorre em segmentos difusos, como pesca, transporte, hospedagem alternativa e serviços prestados por profissionais que não integram bases comuns. A formalização exige orientação, simplificação de fluxos, fiscalização proporcional e demonstração dos benefícios de participar do sistema.

A integração entre Voucher, inventário, Cadastur, NFS-e, ISSQN e registros de segurança pode melhorar decisão pública, desde que respeite finalidade, competência e proteção de dados. Nenhuma base deve ser convertida automaticamente em prova fiscal ou de conformidade. O ganho institucional está em conciliar universos, identificar lacunas, organizar prioridades e produzir relatórios que apoiem SETIC, Fazenda, COMTUR, empreendedores e sociedade.

Quadro 18 - Síntese dos problemas estruturantes do turismo de Nobres. Fonte: triangulação das bases do PMT, 2026.

Problema estruturante	Evidências convergentes	Efeito sistêmico	Governabilidade predominante
Baixa conversão de instrumentos em execução	planos anteriores, oficinas, rotina administrativa	repetição de propostas e perda de continuidade	SETIC e gestão municipal
Integração territorial insuficiente	fluxos concentrados, baixa conexão sede-distritos	benefícios e visibilidade desiguais	compartilhada
Infraestrutura e conectividade irregulares	SWOT, inventário e leitura territorial	risco, custo e perda de qualidade	intersectorial / externa
Qualidade e segurança heterogêneas	relatos, exigências normativas e operação	reputação vulnerável e ocorrências	compartilhada
Portfólio maduro, porém pouco renovado	inventário, marketing e ciclo de vida	permanência curta e comparação por preço	SETIC e setor privado
Sazonalidade e calendário fragmentado	série mensal e oficinas	ociosidade e instabilidade de trabalho	compartilhada
Conservação tratada de forma fragmentada	carste, águas, UCs e recursos em estudo	ameaça à base da atratividade	intersectorial / externa
Formalização e bases não integradas	inventário, Cadastur, Voucher e ISSQN	lacunas de monitoramento e fiscalização	compartilhada
Baixa mensuração da distribuição de renda	movimentação sem pesquisa de gasto/encadeamento	benefícios locais pouco demonstrados	SETIC / Observatório

7. Ciclo de vida, estagnação relativa e transição do destino

A leitura preliminar apresentada na Parte I foi testada com a dinâmica institucional, a oferta e os dados de mercado. O resultado confirma que Nobres possui trajetória de consolidação e se encontra em condição de estagnação relativa, com risco de perda de competitividade caso infraestrutura, qualidade, inovação e governança não avancem.



Estagnação não significa ausência de fluxo, fechamento da cadeia ou esgotamento do patrimônio; significa que o crescimento e a reputação deixam de se sustentar automaticamente nos recursos que impulsionaram a fase anterior.



7.1 Referência teórica e critérios de aplicação

Neste PMT, a classificação utiliza múltiplos critérios: trajetória histórica, maturidade empresarial, regulação, dados de fluxo, sazonalidade, permanência, composição das atividades, infraestrutura, qualidade, segurança, conservação, governança e capacidade de inovar. Não se adota um limite numérico universal de visitantes, porque destinos com volumes semelhantes podem ocupar etapas diferentes conforme sua estrutura e seus impactos.

Depois da estagnação, diferentes trajetórias são possíveis. O declínio decorre da perda de atratividade, do fechamento de negócios, da deterioração da experiência ou da substituição do destino por alternativas concorrentes. A estabilização mantém parte do mercado sem alteração estrutural. O rejuvenescimento depende de decisões capazes de renovar a oferta, corrigir infraestrutura, proteger recursos, qualificar gestão e criar novos motivos de viagem. O modelo não determina automaticamente qual caminho ocorrerá; organiza perguntas e relações causais.

A estagnação ocorre quando o destino mantém fluxo e estrutura, mas encontra dificuldade para renovar produtos, infraestrutura, qualidade e posicionamento no mesmo ritmo das expectativas do mercado e das pressões territoriais. Ela não significa ausência de turistas nem colapso imediato. Pode aparecer como repetição de problemas, redução do valor percebido, permanência curta, dependência de poucos produtos, desgaste ambiental, conflitos, perda de capacidade de execução e comparação desfavorável com destinos que avançam mais rapidamente.

Butler (1980) propôs o Tourism Area Life Cycle - TALC como modelo para interpretar a evolução das áreas turísticas. O ciclo parte de uma fase de exploração, na qual poucos visitantes se relacionam com recursos ainda pouco estruturados; passa pelo envolvimento da população local e pela criação inicial de serviços; avança ao desenvolvimento, marcado por expansão de investimentos, promoção e crescimento da demanda; e alcança a consolidação, quando o turismo se torna componente reconhecido da economia e da imagem do território.

7.2 Evidências de consolidação

A figura de posicionamento no ciclo de vida sintetiza a trajetória do destino e deve ser lida em conjunto com as evidências e as capacidades de rejuvenescimento, e não como classificação automática baseada apenas no volume de visitantes.

A consolidação é demonstrada por produtos consolidados reconhecidos, cadeia receptiva, hospedagem, alimentação, transporte, profissionais, marca, marco legal, Voucher, Observatório e presença em mercados nacionais e internacionais. O turismo deixou de ser atividade incipiente e passou a influenciar ocupação, investimentos, trabalho, preços, infraestrutura e relações entre núcleos.

CICLO DE VIDA TURÍSTICO DE NOBRES

A trajetória percorrida e as escolhas que definem a transição atual



7.3 Sinais de estagnação relativa

Os sinais de estagnação aparecem na permanência curta, na concentração em poucos produtos, na baixa renovação percebida, na repetição de problemas de acesso e serviços, na qualidade heterogênea e na dificuldade de converter planos em execução. A sazonalidade acentua o quadro, enquanto destinos concorrentes ampliam calendários, produtos e comunicação. O risco principal é a perda relativa de valor: o patrimônio continua excepcional, mas a experiência deixa de acompanhar expectativa e preço.

7.4 Condições e vetores de rejuvenescimento

Os vetores de rejuvenescimento já existem, porém dependem de maturação, coordenação institucional e preparação territorial. Entre eles, a eventual retomada autorizada da visitação no Parque Estadual Gruta da Lagoa Azul ocupa posição estratégica, tanto por seu valor simbólico na trajetória do destino quanto por sua capacidade de renovar a imagem turística, diversificar o portfólio e gerar demanda complementar para guiamento, transporte, hospedagem, alimentação, agenciamento e comércio. Esse potencial permanece condicionado às decisões da SEMA-MT e ao cumprimento das exigências ambientais, jurídicas, operacionais e de segurança, não devendo ser interpretado como previsão de abertura, gratuidade ou modelo de visitação já definido.

Cavidades em estudo, observação de aves, turismo científico e pedagógico, pesca responsável, ruralidade, gastronomia, eventos e novas atividades também podem ampliar públicos, permanência e distribuição territorial dos benefícios. O próprio Voucher Único Digital e o Observatório permitem acompanhar essas transformações e orientar decisões com maior precisão. Nenhum desses vetores produzirá mudança de forma isolada: o rejuvenescimento dependerá da articulação entre conservação, receptivo, qualificação, mobilidade, comunicação, infraestrutura, segurança, integração territorial e capacidade de execução.

Figura 39 - Aplicação do ciclo de vida ao turismo de Nobres: estagnação relativa e condições de rejuvenescimento. Fonte: elaboração própria com base em Butler (1980) e na triangulação do PMT, 2026.

CONFIRMAÇÃO DO CICLO DE VIDA DO DESTINO

Nobres em estagnação relativa, com condições reais de rejuvenescimento

EVIDÊNCIAS DE ESTAGNAÇÃO

- permanência predominantemente curta
- forte concentração temporal
- problemas recorrentes de infraestrutura e qualidade
- baixa execução de instrumentos anteriores
- imagem consolidada, mas pouco renovada

CAPACIDADES DE REJUVENESCIMENTO

- base de dados e controle operacional
- recursos naturais e culturais diversificados
- novos segmentos em estruturação
- eventos capazes de gerar fluxo fora dos picos
- equipe técnica, marco legal e participação social

TRANSIÇÃO CONDICIONADA À EXECUÇÃO 2026-2028

Quadro 19 - Condições de rejuvenescimento do destino no horizonte do PMT. Fonte: elaboração própria, 2026.

Condição	Entrega necessária até 2028	Resultado esperado
Governança executiva	agenda, responsáveis, prazos e revisão trimestral	maior taxa de conclusão das ações
Qualidade do núcleo consolidado	protocolos, fiscalização integrada e melhoria dos serviços	reputação e valor percebido
Diversificação responsável	estudos, manejo e produtos-piloto antes da promoção	novos motivos de viagem sem imprevisto
Calendário e sazonalidade	eventos de portes variados e estratégia comercial anual	fluxo mais distribuído
Integração territorial	informação, produtos e encadeamentos entre núcleos	benefícios locais mais amplos
Conservação e segurança	monitoramento ambiental e gestão de riscos	continuidade da base natural
Inteligência turística	indicadores, pesquisas e uso dos dados nas decisões	aprendizagem e correção de rota

A confirmação de estagnação relativa não constitui julgamento sobre a beleza do território, o esforço de trabalhadores ou a viabilidade das empresas. Ela descreve uma relação entre maturidade e capacidade de renovação. Nobres alcançou reconhecimento, cadeia produtiva e instrumentos de gestão; entretanto, a permanência curta, a concentração temporal, a execução descontínua, a infraestrutura desigual e a baixa conversão de dados e recursos em transformação indicam que a etapa seguinte não ocorrerá apenas pelo crescimento espontâneo da demanda.

O rejuvenescimento também não será produzido por um único novo atrativo. Ele depende de combinação: melhorar a experiência principal, reduzir riscos, conservar água e carste, organizar financiamento, integrar territórios, preparar produtos complementares e comunicar o destino de forma coerente com aquilo que está disponível. A SWOT participativa permite verificar se essa leitura técnica encontra correspondência nas percepções locais e quais escolhas deverão orientar o horizonte de 2028.

PARTE IV

SWOT participativa, cenários e direção estratégica

Da escuta social às escolhas públicas para 2028.



PARTE IV - SWOT PARTICIPATIVA, CENÁRIOS E DIREÇÃO ESTRATÉGICA

Da escuta social às escolhas para 2028

A Parte IV transforma o diagnóstico em escolha pública sem antecipar o plano de ação. Primeiro, preserva integralmente a matriz SWOT produzida nas atividades participativas; em seguida, relaciona seus quadrantes com as evidências territoriais, institucionais, operacionais e mercadológicas reunidas nas partes anteriores. O resultado é uma leitura de prioridades e de riscos que sustenta os cenários para 2028 e a direção estratégica do Plano Municipal de Turismo.

A participação social não é utilizada como ilustração de decisões previamente tomadas. As contribuições registram experiências, conflitos e expectativas de moradores, trabalhadores, empreendedores, representantes do poder público e demais participantes. Algumas formulações apresentam sobreposição, repetição ou diferentes níveis de precisão. Essas características foram mantidas porque também expressam a intensidade com que determinados assuntos apareceram no processo. A sistematização editorial apenas corrige a redação, identifica temas e facilita a leitura, sem suprimir conteúdos ou transformar toda manifestação em compromisso automático (NOBRES, 2025).

8. SWOT participativa do turismo de Nobres

8.1 Origem, alcance e critérios de leitura

A matriz foi construída a partir de encontros realizados em Bom Jardim e na sede municipal, incluindo a Oficina Participativa de 19 de novembro de 2025. Forças e fraquezas foram tratadas como condições predominantemente internas ao destino; oportunidades e ameaças, como fatores externos, tendências ou condicionantes capazes de favorecer ou limitar seu desenvolvimento. A classificação não elimina zonas de interseção: infraestrutura rodoviária, por exemplo, pode ser percebida como fraqueza local e, simultaneamente, depender de decisões estaduais.

Os quadros seguintes apresentam todo o conteúdo tabulado. Itens semelhantes permanecem individualizados para preservar a origem participativa. A coluna temática foi acrescentada somente para orientar a leitura e apoiar o cruzamento posterior. A matriz deve ser interpretada em conjunto com o inventário, os dados do Voucher Único Digital, a análise fiscal, os documentos anteriores e a leitura técnica do território; percepção social e evidência administrativa cumprem funções diferentes e complementares.

8.2 Forças

As forças mostram que Nobres não parte de uma estrutura inexistente. A combinação entre patrimônio natural, cadeia produtiva, capacidade técnica, instrumentos de gestão e reconhecimento de mercado constitui base concreta para uma nova etapa de desenvolvimento.

Quadro 20 - 8.2 Forças. Fonte: Oficina Participativa do Plano Municipal de Turismo de Nobres; sistematização do PMT, 2025-2026.

Código	Tema	Contribuição registrada
F1	Gestão e inovação	Voucher Único Digital, ferramenta pioneira no contexto mato-grossense.
F2	Cadeia produtiva	Cadeia produtiva do turismo estabelecida.
F3	Oferta e estrutura	Empreendimentos turísticos estruturados.
F4	Qualidade	Processo de qualificação das atividades turísticas.
F5	Patrimônio natural	Belezas naturais: flutuações, cachoeiras, cavernas e balneários.
F6	Diversidade	Diversidade de atividades turísticas.
F7	Capacidade institucional	Técnicos capacitados na Secretaria Municipal de Turismo.
F8	Comunicação	Material gráfico institucional.
F9	Promoção	Participação em eventos regionais e nacionais.
F10	Acesso e mercado	Localização privilegiada.

8.3 Fraquezas

As fraquezas são mais numerosas e detalhadas porque o processo participativo se concentrou nos obstáculos vivenciados cotidianamente. Elas abrangem infraestrutura, governança, integração, qualidade, formalização, trabalho, segurança e capacidade de ampliar a permanência.

Quadro 21 - 8.3 Fraquezas. Fonte: Oficina Participativa do Plano Municipal de Turismo de Nobres; sistematização do PMT, 2025-2026.

Código	Tema	Contribuição registrada
W1	Permanência	Insuficiência de experiências capazes de estimular maior permanência do visitante.
W2	Integração territorial	Rivalidade entre distritos e sede e baixa percepção da união territorial como instrumento de desenvolvimento.
W3	Pertencimento	Baixo pertencimento da comunidade, do trade, dos comerciantes e de outros atores em relação ao turismo.
W4	Manutenção	Investimento insuficiente na manutenção dos atrativos.
W5	Limpeza urbana e rural	Limpeza insuficiente no entorno de atrativos e vilas.
W6	Higiene e equipamentos	Higienização insuficiente de equipamentos de segurança, com reclamações relacionadas a odor.
W7	Regularização e integração	Pendências fundiárias que limitam títulos e acesso a crédito, associadas à necessidade de tratar corretamente a integração comercial com produtos de Rosário Oeste, como Sesc Serra Azul e Rio Triste.
W8	Bem-estar animal	Grande quantidade de animais abandonados.
W9	Comunicação	Insuficiência de material gráfico e de marketing profissional.
W10	Oferta	Percepção de quantidade reduzida de atrativos.
W11	Acesso social	Falta de atrativos gratuitos.
W12	Identidade	Baixa valorização, articulação e visibilidade da identidade cultural local.
W13	Integração setorial	Falta de integração cultural entre profissionais do trade turístico.
W14	Empreendedorismo	Falta de novas lideranças e de novos empreendedores.
W15	Participação empresarial	Baixo interesse de empresários em oficinas e atividades coletivas.
W16	Trabalho e qualificação	Falta de mão de obra especializada, especialmente em guiamento, recepção e serviços de camareira.

Código	Tema	Contribuição registrada
W17	Relações comerciais	Baixa integração entre segmentos da cadeia, com relatos de vendas realizadas sem repasse adequado aos prestadores envolvidos.
W18	Sinalização	Falta de sinalização horizontal, vertical, turística e de trânsito.
W19	Conectividade	Internet fraca ou instável.
W20	Energia	Fornecimento de energia precário, ausência de rede trifásica em áreas e ocorrência de quedas.
W21	Mobilidade	Oferta limitada de ônibus, linhas, vans e serviços por aplicativo.
W22	Gastronomia	Falta de identidade gastronômica reconhecida.
W23	Formalização	Grande número de empresas sem operação efetiva ou constituídas apenas formalmente.
W24	Conformidade fiscal	Percepção de elevada sonegação fiscal.
W25	Artesanato	Insuficiência de artesanato e souvenirs relacionados ao destino.
W26	Desenvolvimento humano	Necessidade de qualificação humana e da mão de obra.
W27	Risco	Preparo insuficiente para atividades de risco.
W28	Emergência	Insuficiência em primeiros socorros e resgate aquático.
W29	Segurança operacional	Fragilidades em segurança operacional e gestão de riscos.
W30	Fiscalização e conformidade	Dificuldade de fiscalização rigorosa, de cumprimento contínuo das regras e de acompanhamento dos Planos de Gestão dos Atrativos Turísticos.
W31	Equipamentos	Manutenção preventiva e padronização insuficientes dos equipamentos.
W32	Planejamento	Falta de planejamento estratégico percebida.
W33	Continuidade	Baixa continuidade do planejamento de longo prazo.
W34	Licenciamento	Morosidade e ausência de diretrizes suficientemente claras para licenciamento e regularização.
W35	Cooperação	Interação conflituosa entre empresários e baixa presença de outros elos da cadeia nos espaços coletivos.
W36	Regularização fundiária	Persistência de problemas fundiários.
W37	Serviços complementares	Limitação de serviços de alimentação, lazer, entretenimento noturno e espaços para eventos de médio porte.

8.4 Oportunidades

As oportunidades combinam políticas públicas, investimentos, mercados, parcerias, novos segmentos e instrumentos de financiamento. Seu aproveitamento depende de maturidade técnica e não deve ser confundido com disponibilidade imediata de recursos ou de produtos.

Quadro 22 - 8.4 Oportunidades. Fonte: Oficina Participativa do Plano Municipal de Turismo de Nobres; sistematização do PMT, 2025-2026.

Código	Tema	Contribuição registrada
O1	Promoção	Possibilidade de divulgação em massa vinculada ao Parque Novo Mato Grosso.
O2	Eventos	Aproveitamento do Centro de Eventos do Parque Novo Mato Grosso.
O3	Acesso	Ligação asfáltica entre Bom Jardim e o eixo norte do estado.
O4	Financiamento	Captação de recursos por emendas parlamentares.
O5	Cooperação regional	Captação e projetos por meio das Instâncias de Governança Regional.
O6	Financiamento local	Criação ou aperfeiçoamento de mecanismo municipal de arrecadação para o FUMTUR, além do fluxo atualmente associado ao Voucher Único Digital.
O7	Eventos	Estruturação de calendário de eventos.
O8	Promoção local	Eventos municipais capazes de divulgar os atrativos e a identidade do território.
O9	Investimento	Parcerias com investidores nacionais e internacionais.
O10	Mercado internacional	Ampliação da divulgação internacional.
O11	Cooperação territorial	Parcerias com municípios vizinhos.
O12	Investimento responsável	Atração de investidores alinhados ao ecoturismo.
O13	Mercado internacional	Fomento ao turismo internacional.
O14	Qualificação	Parcerias com instituições do Sistema S.
O15	Promoção	Participação em feiras de turismo mais organizadas e efetivas.
O16	Roteirização	Criação de rotas gastronômicas e culturais.
O17	Roteirização	Desenvolvimento de roteiros segmentados.
O18	Cultura	Realização e fortalecimento de eventos culturais.
O19	Cultura e qualificação	Feiras culturais e atividades de qualificação.

Código	Tema	Contribuição registrada
O20	Sustentabilidade	Consolidação do ecoturismo sustentável.
O21	Inclusão	Avanço da acessibilidade nos serviços e espaços turísticos.
O22	Memória	Valorização da história local.
O23	Parcerias institucionais	Aproveitamento responsável de recursos e parcerias institucionais, a exemplo de madeira apreendida destinada legalmente pela SEMA.
O24	Conectividade aérea	Articulação com companhias aéreas.
O25	Mobilidade turística	Pacotes com transfer e ônibus a partir de Cuiabá.
O26	Promoção regional	Campanhas regionais de promoção de Nobres.
O27	Comunicação digital	Parcerias com criadores de conteúdo digital.
O28	Produção audiovisual	Produção de vídeos profissionais.
O29	Infraestrutura de visitação	Captação de recursos e parcerias para mirantes e decks.
O30	Hospedagem	Desenvolvimento de meios de hospedagem de pequena escala e maior diferenciação, como hotéis boutique.
O31	Qualificação urbana	Revitalização das vilas.
O32	Gastronomia e produção	Uso turístico e gastronômico de flores comestíveis.
O33	Comunicação digital	Reiteração da oportunidade de parceria com criadores de conteúdo.
O34	Governança ambiental	Articulação com Ministério Público e SEMA.
O35	Diversificação condicionada	Possibilidades de etnoturismo e espeleoturismo, condicionadas a anuência, planos, manejo e autorizações.
O36	Segurança	Oficinas voltadas à cultura da segurança.
O37	Ciência e natureza	Observação de aves, mergulho científico e pesquisa.
O38	Plataformas digitais	Aperfeiçoamento de procedimentos e parcerias com plataformas digitais.
O39	Financiamento ambiental	Potencial de fortalecimento do ICMS Ecológico.

8.5 Ameaças

As ameaças foram registradas de forma mais sintética, mas alcançam dimensões decisivas: defasagem, fragmentação, concorrência, preços, clima e necessidade de inovar. Parte delas pode ser reduzida pela atuação municipal; outra parte exige adaptação e cooperação.

Quadro 23 - 8.5 Ameaças. Fonte: Oficina Participativa do Plano Municipal de Turismo de Nobres; sistematização do PMT, 2025-2026.

Código	Tema	Contribuição registrada
T1	Tecnologia e infraestrutura	Defasagem da estrutura física e tecnológica em relação às exigências do mercado e da gestão.
T2	Coesão territorial	Fragmentação e perda de capacidade coletiva por ausência de união.
T3	Organização social	Desarticulação de práticas e referências culturais necessárias à organização do destino.
T4	Concorrência	Estruturação e qualificação de outros destinos concorrentes.
T5	Economia e preços	Oscilações econômicas e dificuldades de compatibilizar tarifas entre alta e baixa temporada.
T6	Clima e inovação	Condições físicas, sazonalidade e períodos chuvosos limitando operações e exigindo inovação contínua.

9. Leitura cruzada da SWOT

A leitura cruzada evita que a matriz seja tratada como quatro listas independentes. O interesse estratégico está nas relações: de que maneira as capacidades existentes podem aproveitar oportunidades; como podem reduzir ameaças; quais fraquezas impedem avanços; e onde a combinação entre vulnerabilidade interna e pressão externa produz maior risco. Essa interpretação não substitui a participação, mas organiza sua passagem para os cenários e para o plano de ação.

9.1 Forças e oportunidades: capacidades que podem gerar avanço

O Voucher Único Digital, o Observatório, a equipe técnica, a cadeia já estabelecida e a diversidade ambiental criam condições para trabalhar com mercados mais definidos, qualificação orientada por evidências, roteiros regionais e experiências de natureza, ciência, cultura e gastronomia. O ganho não decorre de promover todos os recursos de uma só vez, mas de utilizar informação, regulação e capacidade empresarial para preparar ofertas maduras e comunicar somente aquilo que pode ser entregue com segurança.

A localização próxima a Cuiabá, a presença do Parque Novo Mato Grosso e a combinação comercial com Chapada dos Guimarães, Pantanal e municípios do Circuito das Águas podem ampliar o alcance de Nobres. Para que isso se traduza em permanência, será necessário ligar promoção a mobilidade, calendário, serviços noturnos, produtos complementares e integração entre sede, distritos e áreas rurais.

9.2 Forças e ameaças: proteção dos ativos do destino

O patrimônio natural e a regulação existente permitem responder à concorrência não pela multiplicação de promessas, mas pela qualidade da experiência e pela conservação dos ativos que diferenciam o território. Dados de fluxo, capacidade e comportamento podem orientar períodos críticos, manutenção, comunicação preventiva e fiscalização integrada. A legitimidade desse sistema depende de adesão empresarial, clareza das regras e transparência na utilização dos recursos arrecadados.

9.3 Fraquezas e oportunidades: condições que precisam ser construídas

O acesso a recursos, investidores, eventos e canais de comunicação será limitado enquanto persistirem pendências fundiárias, baixa maturidade de projetos, conectividade instável, energia precária, conflitos entre segmentos e lacunas de qualificação. As oportunidades, portanto, não devem ser convertidas diretamente em metas de promoção. Antes, precisam ser vinculadas a entregas preparatórias: projetos, regularização, pactos, protocolos de segurança, orientação cadastral e critérios de seleção de parceiros.

A mesma lógica se aplica à diversificação. Observação de aves, turismo pedagógico, produtos culturais, gastronomia, espeleoturismo e visitação em Terra Indígena possuem ritmos, competências e exigências distintas. Oportunidade de mercado não substitui anuência comunitária, manejo ambiental, licenciamento, plano de visitação, capacitação, teste de produto e organização comercial.

9.4 Fraquezas e ameaças: riscos que exigem prioridade

A combinação mais crítica reúne infraestrutura insuficiente, baixa cooperação, segurança irregular, fiscalização descontínua, sazonalidade e concorrência crescente. Quando esses fatores se acumulam, o destino pode manter fluxo sem elevar valor, ampliar custos públicos, deteriorar a percepção de qualidade e perder capacidade de renovação. A prioridade estratégica, por isso, não pode ser apenas gerar mais demanda; deve corrigir as condições que determinam como essa demanda é recebida e distribuída.

Quadro 24 - Relações estratégicas derivadas da leitura cruzada da SWOT. Fonte: elaboração própria com base na SWOT participativa e no diagnóstico integrado, 2026.

Relação	Questão central	Implicação estratégica
Forças + oportunidades	Como usar capacidades já existentes para acessar novos mercados e parcerias?	Transformar dados, regulação, patrimônio e cadeia produtiva em produtos maduros, roteiros e comunicação coerente.
Forças + ameaças	Como proteger os diferenciais diante de concorrência, clima e defasagem?	Priorizar qualidade, manutenção, conservação, segurança e capacidade de adaptação.
Fraquezas + oportunidades	O que precisa ser resolvido antes de aproveitar recursos e mercados?	Preparar projetos, regularização, conectividade, qualificação, governança e critérios de parceria.
Fraquezas + ameaças	Onde a vulnerabilidade interna pode produzir perda de competitividade?	Atuar primeiro sobre infraestrutura, conformidade, cooperação, sazonalidade e resposta a riscos.



10. Cenários para 2028

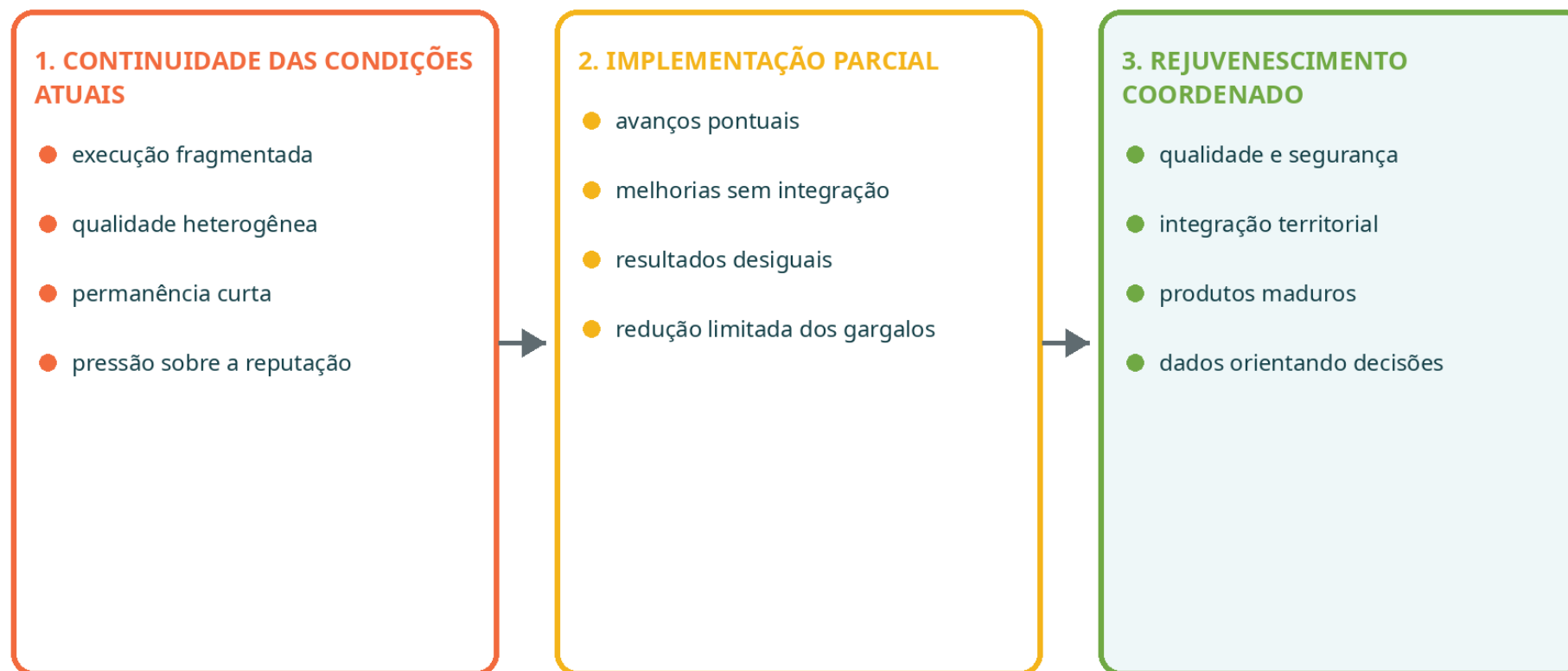
Cenários não são previsões fechadas. Eles organizam consequências plausíveis de diferentes níveis de execução e ajudam a explicitar escolhas. O horizonte de 2028 foi analisado em três possibilidades: continuidade das condições atuais, implementação parcial e transição coordenada. Em qualquer cenário, fatores externos - clima, economia, decisões estaduais e dinâmica de mercado - continuarão influenciando os resultados.



Figura 40 - Três cenários de evolução do turismo de Nobres até 2028. Fonte: elaboração própria, 2026.

TRÊS CENÁRIOS PARA 2028

O prognóstico compara consequências prováveis, não previsões deterministas.



10.1 Cenário de continuidade: instrumentos sem convergência

Nesse cenário, Voucher, Observatório, conselho, fundo, inventário, marketing e normas continuam existindo, porém com baixa integração. Manutenção, promoção e articulação permanecem reativas; o fluxo pode crescer em feriados sem alterar permanência, distribuição territorial ou capacidade de investimento. A tendência é consolidar a estagnação relativa e perder valor comparativamente à medida que outros destinos elevam organização, inovação e qualidade.

10.2 Cenário de implementação parcial: avanços setoriais e resultados desiguais

A implementação parcial ocorre quando comunicação, eventos, capacitação ou infraestrutura avançam sem resolver dependências essenciais. Surgem melhorias e novos produtos, mas diferenças de qualidade, sobreposição de esforços e descontinuidade administrativa limitam os resultados. Nobres recupera visibilidade em frentes específicas, porém não altera plenamente a permanência curta nem integra dados, decisões e execução.

10.3 Cenário desejado: rejuvenescimento coordenado e verificável

O cenário desejado não pressupõe resolver todas as carências até 2028. Exige sequência coerente: governança e financiamento; infraestrutura, segurança e conformidade; qualificação da oferta; diversificação condicionada à maturidade; e promoção alinhada às entregas. O destino amplia valor antes de volume, combina experiências para elevar permanência, integra funções territoriais, utiliza o FUMTUR e o Observatório e incorpora conservação às decisões de mercado e infraestrutura.

Quadro 25 - Comparação dos cenários para o turismo de Nobres em 2028. Fonte: elaboração própria, 2026.

Dimensão	Continuidade	Implementação parcial	Cenário desejado
Governança	Instrumentos pouco conectados.	Melhorias em algumas instâncias.	Rotina de pactuação, execução e monitoramento.
Infraestrutura	Resposta predominantemente emergencial.	Obras e manutenção pontuais.	Priorização por corredores, segurança e impacto territorial.
Oferta e qualidade	Manutenção irregular e pouca renovação.	Novos produtos ou melhorias isoladas.	Qualificação da base existente e diversificação condicionada à maturidade.
Mercado	Permanência curta e promoção dispersa.	Campanhas e eventos com resultados desiguais.	Comunicação integrada a calendário, produtos e experiência comprovada.
Conservação	Controle concentrado no acesso.	Projetos ambientais específicos.	Gestão de bacia, uso público, educação e conformidade articuladas.
Financiamento	Baixa arrecadação e uso pulverizado.	Aplicações pontuais.	FUMTUR e captação vinculados a projetos e indicadores.
Inteligência	Dados produzidos com uso irregular.	Relatórios apoiam decisões específicas.	Ciclo contínuo entre registro, análise, decisão, execução e avaliação.

11. Direção estratégica 2026-2028

A direção estratégica do Plano Municipal de Turismo de Nobres é conduzir o destino da estagnação relativa para um processo de rejuvenescimento coordenado, responsável e verificável, elevando a qualidade da experiência, a conservação dos ativos naturais, a permanência do visitante, a integração territorial e a capacidade de transformar planejamento em entregas públicas e privadas. Essa formulação não reduz o plano a uma meta mercadológica. Rejuvenescimento significa renovar a capacidade do território de oferecer experiências relevantes sem comprometer recursos, comunidades e segurança. Coordenação significa distribuir responsabilidades entre SETIC, demais secretarias, COMTUR, FUMTUR, empresas, trabalhadores, comunidades, Estado, União e parceiros. Verificação significa acompanhar entregas, resultados e impedimentos com indicadores e fontes identificadas.

11.1 Princípios orientadores

Quadro 26 - Princípios orientadores da direção estratégica. Fonte: elaboração própria, 2026.

Princípio	Aplicação no PMT
Território único e funções complementares	A sede, Bom Jardim, Coqueiral, comunidades e áreas rurais integram o mesmo destino, com necessidades e contribuições próprias.
Morador e visitante no mesmo sistema de qualidade	Infraestrutura e serviços devem melhorar a vida cotidiana e, simultaneamente, a experiência turística.
Conservação como condição de competitividade	Água, carste, fauna, vegetação e paisagem são ativos ecológicos e sociais, não apenas imagens promocionais.
Segurança e conformidade como base da oferta	Nenhum ganho de mercado compensa uma operação insegura, irregular ou incompatível com a capacidade do ambiente.
Evidência e transparência	Dados, decisões, arrecadação e aplicação de recursos precisam ser compreensíveis e verificáveis.
Responsabilidade compartilhada	Poder público, empresas, trabalhadores, comunidades e visitantes possuem deveres distintos e complementares.
Diversificação gradual	Novos segmentos avançam por etapas de anuência, estudo, manejo, teste, qualificação e comercialização.
Continuidade e aprendizagem	O plano deve registrar resultados, impedimentos e ajustes, preservando memória institucional para além de gestões e projetos específicos.

11.2 Missão, visão e valores do destino

Missão, visão e valores traduzem o propósito presente do destino, o futuro desejado e os princípios permanentes que orientam escolhas. Para assegurar continuidade e evitar formulações paralelas, o PMT utiliza como referência o Plano Estratégico de Marketing e compatibiliza suas declarações com o diagnóstico, a SWOT e o horizonte 2026-2028. A formulação resultante orienta programas, investimentos, comunicação e avaliação e poderá ser aperfeiçoada nas revisões formais do plano (NOBRES; SEBRAE MATO GROSSO, 2025).

Síntese visual de missão, visão e valores. Fonte: elaboração própria a partir do PMT e do Plano Estratégico de Marketing do Turismo de Nobres, 2025-2026.

MISSÃO, VISÃO E VALORES DO DESTINO

Referências institucionais para orientar decisões, investimentos, comunicação e avaliação.

MISSÃO

Organizar e promover o turismo responsável em Nobres, oferecendo experiências seguras e autênticas que valorizem as águas, o carste, a biodiversidade, a cultura e os modos de vida locais, gerem benefícios compartilhados e utilizem dados e inovação para conservar o território.

VISÃO 2028

Ser reconhecido nacionalmente como destino de referência em ecoturismo e turismo de aventura responsável, com oferta diversificada, integração territorial, gestão baseada em dados, segurança, qualidade e benefícios ampliados para a população.

VALORES

Conservação ambiental; autenticidade cultural; integração territorial e participação; segurança e qualidade; inovação e inteligência; inclusão e desenvolvimento local; transparência e continuidade.

Fonte: elaboração própria a partir da direção estratégica do PMT e do Plano Estratégico de Marketing do Turismo de Nobres.

11.3 Mapa Estratégico do Turismo de Nobres

Com base no diagnóstico integrado, na SWOT participativa, nos cenários e na visão de futuro, o Mapa Estratégico sintetiza a lógica de intervenção do Plano Municipal de Turismo de Nobres 2026-2028. Os sete eixos representam campos permanentes de atuação, enquanto as linhas de atuação indicam os objetivos que orientam programas, projetos e decisões ao longo do período.

O mapa não substitui o plano de ação. Sua função é demonstrar como governança, infraestrutura, qualidade, conservação, diversificação, mercado e inteligência turística se relacionam para promover o rejuvenescimento coordenado do destino. O quadro textual apresentado na sequência assegura correspondência direta entre os eixos e os programas da Parte V.



mato grosso • brasil



Mapa Estratégico do Turismo de Nobres 2026-2028

Sete eixos integrados para orientar execução, coordenação e monitoramento.

1 Governança, execução e financiamento

Gestão integrada de SETIC, COMTUR e FUMTUR; planejamento, projetos, orçamento, participação e monitoramento.

2 Infraestrutura, mobilidade e Integração territorial

Acessos, sinalização, espaços públicos, acessibilidade, conectividade e articulação territorial.

3 Qualidade, segurança e profissionalização

Protocolos, gestão de riscos, PGAT e SGS, formação e regularização de serviços.

4 Conservação e uso responsável do patrimônio

Proteção das águas, do carste e da biodiversidade; saneamento, resíduos, manejo e visitação responsável.

5 Diversificação, cultura e identidade local

Gastronomia, artesanato, cultura, produção rural, aves, ciência, educação, pesca e eventos.

6 Mercado, promoção, permanência e calendário

Marca, conteúdo, roteiros, eventos, baixa temporada, permanência, gasto e alcance de mercado.

7 Inteligência, formalização e ambiente de negócios

Voucher, Observatório, inventário, pesquisas, integração de cadastros, indicadores e formalização.



PRINCÍPIOS TRANSVERSAIS: território único • participação social • sustentabilidade • segurança • acessibilidade • transparência

Quadro 27 - Eixos estratégicos e linhas de atuação do Plano Municipal de Turismo de Nobres 2026-2028. Fonte: elaboração própria, 2026.

Eixo temático	Linhas de atuação
Eixo 1 - Governança, execução e financiamento	Gestão integrada de SETIC, COMTUR e FUMTUR; planejamento, projetos, orçamento e captação; transparência, pactuação e monitoramento.
Eixo 2 - Infraestrutura, mobilidade e integração territorial	Acessos, sinalização e espaços públicos de apoio; acessibilidade, conectividade e emergência; articulação entre sede, distritos e áreas rurais.
Eixo 3 - Qualidade, segurança e profissionalização	Protocolos e gestão de riscos; PGAT e SGS; formação continuada, atendimento e regularização de serviços e trabalhadores.
Eixo 4 - Conservação e uso responsável do patrimônio	Proteção das águas, do carste e da biodiversidade; saneamento, resíduos e monitoramento; manejo, capacidade e visitação responsável.
Eixo 5 - Diversificação, cultura e identidade local	Gastronomia, artesanato, cultura e produção rural; aves, ciência, educação, pesca e eventos; estruturação responsável de novos recursos.
Eixo 6 - Mercado, promoção, permanência e calendário	Marca, portal, conteúdo e comercialização; roteiros, eventos e baixa temporada; ampliação da permanência, do gasto e do alcance de mercado.
Eixo 7 - Inteligência, formalização e ambiente de negócios	Voucher, Observatório, inventário e pesquisas; integração de cadastros, indicadores e avaliação; orientação empresarial e formalização qualificada.

11.4 Segmentos prioritários e estágios de desenvolvimento

A definição de segmentos prioritários cumpre função distinta da simples enumeração de possibilidades. Ela orienta investimento, qualificação, comunicação e formação de produtos, evitando que todos os recursos sejam promovidos como se possuíssem a mesma maturidade. O enquadramento considera oferta disponível, demanda e comercialização, aderência à identidade territorial, prontidão técnica e regulatória, capacidade de qualificação e contribuição para permanência, sazonalidade e distribuição dos benefícios.

O ecoturismo e o turismo de natureza formam o núcleo consolidado, acompanhados por atividades de aventura já comercializadas. Cultura e gastronomia, observação de aves e fauna, turismo pedagógico e científico, experiências rurais e comunitárias e eventos integram a diversificação em desenvolvimento. Espeleoturismo, pesca turística e etnoturismo permanecem como potenciais condicionados: sua promoção depende, respectivamente, de manejo e segurança; diagnóstico e regras ambientais; e iniciativa, consentimento e protagonismo indígena. Essa hierarquia adapta a segmentação do Plano de Marketing à realidade diagnosticada pelo PMT (NOBRES; SEBRAE MATO GROSSO, 2025). A implementação seguirá a maturidade de cada segmento: primeiro as condições de governança, segurança, infraestrutura e qualidade; depois os testes, a integração comercial e a promoção. Ações paralelas são possíveis, mas a comunicação não deve antecipar aquilo que o território ainda não consegue entregar com regularidade. A Figura 42 sintetiza o



portfólio de segmentos prioritários do turismo de Nobres e os organiza conforme seus diferentes estágios de desenvolvimento, distinguindo produtos consolidados, segmentos em estruturação e possibilidades condicionadas à realização de estudos, qualificação, manejo, regularização e articulação institucional. A classificação foi elaborada com base no Inventário da Oferta Turística, no diagnóstico integrado e nas diretrizes do Plano Estratégico de Marketing de Nobres (NOBRES; SEBRAE MATO GROSSO, 2025).



PORTFÓLIO DE SEGMENTOS PRIORITÁRIOS

A prioridade combina maturidade da oferta, identidade territorial, capacidade de mercado, conservação e potencial de ampliar permanência, gasto e distribuição dos benefícios.

NÚCLEO CONSOLIDADO

- **Ecoturismo e turismo de natureza**
Águas cristalinas, balneários, contemplação e experiências de baixa interferência.
- **Turismo de aventura**
Atividades já comercializadas, com necessidade permanente de segurança, qualificação e inovação.



Função estratégica: sustentar reputação, receita e qualidade do destino.

DIVERSIFICAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO

- **Cultural e gastronômico**
Sabores, memória, festas e produtos locais.
- **Observação de aves e fauna**
Especialização, ciência cidadã e promoção segmentada.
- **Pedagógico e científico**
Aulas de campo, pesquisa e interpretação ambiental.
- **Rural e comunitário**
Experiências de pequena escala e maior distribuição territorial.
- **Eventos**
Fluxo ao longo do ano e ativação da baixa temporada.



Função estratégica: ampliar permanência, gasto local e circulação entre núcleos.

POTENCIAL CONDICIONADO

- **Espeleoturismo**
Dependente de manejo, licenciamento, segurança e pactuação institucional.
- **Pesca turística responsável**
Exige diagnóstico, regras, monitoramento e compatibilidade ambiental.
- **Etnoturismo**
Somente mediante iniciativa, consentimento e protagonismo da Terra Indígena Santana.



Função estratégica: preparar possibilidades sem promover como produto aquilo que ainda não está pronto.

Critérios de enquadramento: oferta disponível • demanda e comercialização • prontidão técnica e regulatória • capacidade de qualificação • contribuição para permanência, sazonalidade e distribuição dos benefícios

Fonte: elaboração própria, 2026.

NOBRES

mato grosso · brasil

000000
000000000000
0000000000000000

PARTE V

Programas, ações, metas e monitoramento

Da direção estratégica à execução verificável.



Banco de imagens da SETIC

PARTE V - PROGRAMAS, AÇÕES, METAS E MONITORAMENTO

Da direção estratégica à execução verificável

A Parte V converte os sete eixos em sete programas e 47 projetos estratégicos. Cada projeto possui entregas principais, prioridade, liderança, parceiros, prazo, faixa indicativa de investimento e fontes possíveis. O conjunto deriva dos problemas estruturantes, da SWOT, dos instrumentos municipais e das demandas territoriais, sem limitar artificialmente a agenda nem transformar toda manifestação em compromisso automático.

Quando a execução depende de engenharia, licenciamento, regularização, decisão externa, anuência privada ou manifestação comunitária, a entrega é formulada conforme a governabilidade possível: diagnóstico, projeto, articulação, protocolo, contratação, orientação ou acompanhamento. Essa distinção preserva o realismo e permite verificar avanço mesmo em intervenções complexas.

12. Modelo de implementação

12.1 Estrutura do plano de ação

O plano de ação é o componente que transforma diagnóstico e direção estratégica em compromissos organizados. Programa é o conjunto de projetos voltados a um mesmo resultado; projeto estratégico é a unidade acompanhável; e entregas principais são os passos concretos necessários para sua conclusão. A matriz apresenta essas dimensões de forma direta para que gestores, conselheiros, parceiros e cidadãos possam compreender o que deverá ser feito, por quem, em qual sequência e com que ordem de investimento. A separação entre plano de ação e monitoramento evita quadros excessivamente carregados. O corpo principal apresenta os indicadores estratégicos de resultado, enquanto o Anexo Técnico de Monitoramento detalha indicador, referência inicial, meta e meio de verificação de cada projeto.

12.2 Responsabilidade, parceria e governabilidade

O responsável indicado lidera a organização da entrega, mas não executa necessariamente todas as etapas. Parceiros são instituições cuja participação técnica, financeira, regulatória ou operacional é necessária ou desejável. A atribuição respeita competências legais: ações de infraestrutura, meio ambiente, saúde, segurança, educação ou cultura exigem coordenação intersetorial e não podem ser transferidas integralmente à SETIC.

12.3 Prazos, prioridade, custos e fontes

Os prazos indicam a principal entrega: curto prazo, até 12 meses; médio, entre 13 e 24 meses; e longo, entre 25 e 36 meses. A prioridade considera risco, urgência, impacto sistêmico, dependências e capacidade de execução. As faixas monetárias são referências de julho de 2026, não preços definitivos: indicam ordem de grandeza, nível de precisão e necessidade de detalhamento. Devem ser atualizadas por projeto básico, termo de referência, pesquisa de preços e disponibilidade orçamentária antes de qualquer contratação.

Quadro 28 - Critérios de prazo e prioridade das ações. Fonte: elaboração própria, 2026.

Classificação	Definição	Aplicação no acompanhamento
Curto prazo	Entrega principal em até 12 meses.	Organização, regulamentação, projetos e providências imediatas.
Médio prazo	Entrega principal entre 13 e 24 meses.	Implantação progressiva e articulações dependentes.
Longo prazo	Entrega principal entre 25 e 36 meses.	Obras, licenciamento e estruturação complexa.
Prioridade alta	Risco, urgência ou dependência crítica para outras entregas.	Recebe acompanhamento intensivo e decisão antecipada.
Prioridade média	Impacto relevante, mas com execução dependente de maturação ou capacidade.	Avança conforme cronograma, parceria e disponibilidade.
Prioridade baixa	Ação exploratória, condicionada ou com menor urgência no ciclo.	Mantida no plano sem competir com entregas críticas.
Faixa de investimento	Estimativa preliminar em reais ou indicação de custo a estimar.	Não substitui projeto, orçamento, pesquisa de preços ou contratação.

13. Programas e plano de ação

Os sete programas organizam 47 projetos estratégicos para 2026-2028. A matriz não representa autorização automática de despesa. Cada projeto deverá ser incorporado ao planejamento anual, associado a processo, orçamento, parceria ou justificativa de impedimento e revisto conforme resultados, condições ambientais, alterações legais e capacidade institucional.

13.1 Programa 1 - Governança, execução e financiamento

Conectar planejamento, participação, orçamento, instrumentos e acompanhamento para reduzir a distância entre decisão e entrega. O programa concentra as rotinas que permitem aos demais avançar: coordenação, COMTUR, FUMTUR, marco legal, integração orçamentária e cooperação regional.

Quadro 29 - Plano de ação do Programa 1 - Governança, execução e financiamento. Fonte: elaboração própria com base no diagnóstico integrado, na SWOT participativa e nos instrumentos municipais, 2026.

Projeto estratégico	Entregas principais	Prioridade	Liderança e apoio	Prazo	Faixa indicativa de investimento e fontes
Instituir a rotina executiva de monitoramento do PMT	Definir coordenação; manter painel de ações; realizar reunião técnica trimestral; publicar síntese semestral; registrar impedimentos e decisões.	Alta	Liderança: SETIC Apoio: Planejamento, COMTUR, Fazenda e líderes dos projetos	Curto e contínuo	R\$ 0 a 15 mil Orçamento municipal/FUMTUR/cooperação técnica.
Programar anualmente a execução administrativa e orçamentária do PMT	Elaborar plano anual; identificar ações com necessidade orçamentária; compatibilizar PPA, LDO, LOA e QDD; preparar termos de referência e cronogramas.	Alta	Liderança: Planejamento e Fazenda Apoio: SETIC, Licitações, Procuradoria, COMTUR e unidades responsáveis	Longo	R\$ 0 a 20 mil Orçamento municipal/FUMTUR/cooperação técnica.
Fortalecer o funcionamento e a representatividade do COMTUR	Regularizar composição e vacâncias; calendário com antecedência; formação inicial; modelo de pauta e acompanhamento; devolutiva aos segmentos.	Alta	Liderança: Presidência e Secretaria Executiva do COMTUR Apoio: conselheiros, segmentos, SETIC e Procuradoria	Longo	R\$ 10 mil a R\$ 30 mil Orçamento municipal/FUMTUR/cooperação técnica.
Reestruturar arrecadação, conciliação, aplicação e transparência do FUMTUR	Revisar base legal e fluxos; criar dicionário de dados; conciliar ingressos e informações agregadas do Voucher e ISSQN, respeitando sigilo fiscal; tratar divergências; elaborar plano anual de aplicação; publicar extratos e resultados.	Alta	Liderança: Fazenda e COMTUR Apoio: SETIC, Tributos, Contabilidade, Procuradoria, Controle Interno e operador do Voucher	Longo	R\$ 20 mil a R\$ 60 mil Orçamento municipal/FUMTUR/cooperação técnica.
Organizar agenda de implementação do marco legal turístico	Mapear dispositivos; classificar vigente, pendente ou desatualizado; padronizar orientação; definir fluxos de credenciamento, PGAT, SGS e fiscalização; propor ajustes normativos.	Média	Liderança: Procuradoria e SETIC Apoio: Meio Ambiente, Tributos, Vigilância, COMTUR, Sebrae e órgãos externos	Médio	R\$ 20 mil a R\$ 60 mil Orçamento municipal/FUMTUR/cooperação técnica.
Consolidar cooperação regional orientada a projetos	Manter participação regular; propor agenda anual; compartilhar dados e métodos; formular projetos conjuntos; acompanhar pactos e resultados.	Média	Liderança: SETIC e representação municipal na IGR Apoio: IGR, municípios, SEADTUR-MT, Ministério do Turismo (MTur), COMTUR e trade	Longo	R\$ 30 mil a R\$ 100 mil Orçamento municipal/FUMTUR/cooperação técnica.

13.2 Programa 2 - Infraestrutura básica e turística, mobilidade e integração territorial

Tratar acesso, sinalização, energia, conectividade, limpeza, espaços públicos e circulação como componentes de um mesmo sistema territorial. A qualidade da experiência começa antes do atrativo e depende de agendas intersetoriais, projetos maduros e prioridades definidas por fluxo, risco e benefício coletivo.

Quadro 30 - Plano de ação do Programa 2 - Infraestrutura básica e turística, mobilidade e integração territorial. Fonte: elaboração própria com base no diagnóstico integrado, na SWOT participativa e nos instrumentos municipais, 2026.

Projeto estratégico	Entregas principais	Prioridade	Liderança e apoio	Prazo	Faixa indicativa de investimento e fontes
Elaborar o projeto técnico de sinalização turística	Realizar diagnóstico; definir hierarquia, padrão, localizações e quantitativos; obter anuências; aprovar o projeto técnico; preparar orçamento e etapas de implantação.	Alta	Liderança: SETIC e Obras Apoio: Planejamento, Comunicação, órgãos rodoviários, COMTUR e trade	Curto	Projeto técnico: recurso já assegurado. Fonte: recurso já captado.
Viabilizar e implantar o sistema de sinalização turística	Captar recursos; contratar fabricação e instalação; implantar as placas por etapas e corredores prioritários; cadastrar os elementos instalados; instituir plano de inspeção, atualização e manutenção.	Alta	Liderança: Obras e SETIC Apoio: Planejamento, órgãos rodoviários, concessionárias, COMTUR e parceiros institucionais	Médio e longo	Superior a R\$ 1 milhão, conforme estimativa preliminar, sujeito ao projeto técnico, aos quantitativos e à pesquisa de preços. Fontes: Município, FUMTUR, Governo do Estado, União, emendas parlamentares, convênios e concessionárias.
Articular estabilidade de energia e conectividade nos núcleos turísticos	Mapear pontos críticos; registrar ocorrências; formalizar demandas às concessionárias; apoiar soluções de redundância; testar conectividade em períodos de pico.	Média	Liderança: Administração e concessionárias Apoio: SETIC, Estado, telecomunicações, Defesa Civil e empreendimentos	Longo	R\$ 10 mil a R\$ 40 mil para diagnóstico e articulação; infraestrutura a estimar pelas concessionárias. Município/Estado/União/concessionárias
Estruturar limpeza, resíduos e ecopontos nos corredores e núcleos de visitação	Mapear geração e coleta; definir rotas e frequência sazonal; instalar pontos adequados; acordos com empreendimentos; campanhas; monitorar descarte irregular.	Alta	Liderança: Serviços Urbanos e Meio Ambiente Apoio: SETIC, associações, comunidades, empresas e cooperativas	Longo	R\$ 120 mil a R\$ 350 mil por ano Município/Estado/União/concessionárias
Elaborar e viabilizar projetos de qualificação de espaços públicos de apoio à visitação	Mapear e hierarquizar espaços; selecionar até três áreas prioritárias; realizar diagnóstico técnico e consulta aos usuários; elaborar estudos e projetos básicos ou executivos; estimar custos e manutenção; cadastrar propostas em fontes de financiamento; contratar ou iniciar ao menos uma intervenção até 2028.	Média	Liderança: Planejamento e Obras Apoio: SETIC, Cultura, comunidades, Estado, União e parceiros	Longo	R\$ 150 mil a R\$ 500 mil para até 3 projetos. Município/Estado/União/concessionárias



Projeto estratégico	Entregas principais	Prioridade	Liderança e apoio	Prazo	Faixa indicativa de investimento e fontes
Melhorar a logística de chegada e circulação do visitante	Mapear transportadores; publicar opções e contatos; integrar terminal, transfers e pacotes; pilotos em eventos e baixa temporada; orientar regularização e segurança.	Baixa	Liderança: COMTUR e transportadores Apoio: SETIC, agências, hotéis, terminal rodoviário, Estado e trade	Longo	R\$ 20 mil a R\$ 80 mil Município/Estado/União/concessionárias



13.3 Programa 3 - Qualidade, segurança e profissionalização

Elevar consistência operacional, atendimento e proteção do visitante e do trabalhador. O programa articula protocolos, PGAT, SGS, manutenção de equipamentos, formação continuada, acessibilidade e trabalho decente, reconhecendo que reputação e segurança são construídas por rotinas verificáveis.

Quadro 31 - Plano de ação do Programa 3 - Qualidade, segurança e profissionalização. Fonte: elaboração própria com base no diagnóstico integrado, na SWOT participativa e nos instrumentos municipais, 2026.

Projeto estratégico	Entregas principais	Prioridade	Liderança e apoio	Prazo	Faixa indicativa de investimento e fontes
Implantar protocolo territorial de emergência turística	Mapear riscos e tempos; contatos e pontos de referência; fluxos de comunicação e remoção; exercícios simulados; avaliação pós-ocorrência.	Alta	Liderança: Saúde, Defesa Civil e Segurança Apoio: SETIC, atrativos, condutores, transportadores, Bombeiros e SAMU	Longo	R\$ 40 mil a R\$ 120 mil Orçamento/FUMTUR/parcerias/prestadores.
Revisar PGAT, SGS e capacidade de atendimento dos atrativos	Levantar situação documental; agenda de atualização; orientação; fiscalização integrada por risco; registro de não conformidades e prazos; devolutiva ao COMTUR.	Alta	Liderança: Meio Ambiente e SETIC Apoio: Procuradoria, Vigilância, Bombeiros, Sebrae, atrativos e especialistas	Longo	R\$ 50 mil a R\$ 150 mil Orçamento/FUMTUR/parcerias/prestadores.
Padronizar controle de higiene, manutenção e rastreabilidade de equipamentos	Checklist por atividade; identificação e vida útil; higienização; armazenamento; inspeção pré-uso; registro de substituições; orientação ao visitante.	Alta	Liderança: Vigilância Sanitária e empreendimentos Apoio: SETIC, fornecedores, guias e condutores	Médio	R\$ 20 mil a R\$ 60 mil em ação coletiva; adequações sob responsabilidade dos prestadores. Orçamento/FUMTUR/parcerias/prestadores.
Executar programa contínuo de qualificação profissional	Diagnóstico anual; trilhas formativas; calendário compatível com a sazonalidade; turmas em sede e distritos; avaliação de aplicação; banco de certificados.	Média	Liderança: SETIC Apoio: SECITECI, Sistema S, IFMT, SEADTUR-MT, Saúde, Bombeiros e empresas	Longo	R\$ 150 mil a R\$ 350 mil no ciclo Orçamento/FUMTUR/parcerias/prestadores.
Implantar programa de qualidade da experiência e atendimento	Critérios básicos; autoavaliação; visita orientativa; plano de melhoria; pesquisa de satisfação; reconhecimento condicionado a evidências e validade.	Média	Liderança: COMTUR e SETIC Apoio: Sistema S, trade e consumidores	Longo	R\$ 80 mil a R\$ 200 mil Orçamento/FUMTUR/parcerias/prestadores.
Organizar banco de talentos e agenda de trabalho decente no turismo	Mapear ocupações; cadastro voluntário; divulgação de vagas; articulação com escolas; orientação trabalhista e profissional; acompanhamento de rotatividade.	Média	Liderança: Assistência Social/SINE Apoio: SETIC, Educação, IFMT, Sistema S, empresas e associações	Longo	R\$ 15 mil a R\$ 50 mil Orçamento/FUMTUR/parcerias/prestadores.
Executar diagnóstico e plano progressivo de acessibilidade turística	Avaliar acessos, comunicação, banheiros, trilhas e atendimento; indicar adaptações possíveis; priorizar intervenções; formar equipes; publicar nível real de acessibilidade.	Média	Liderança: Planejamento e Assistência Social Apoio: SETIC, conselhos, Obras, Saúde, atrativos e especialistas	Longo	R\$ 80 mil a R\$ 250 mil para diagnóstico e projetos; adaptações serão orçadas por local. Orçamento/FUMTUR/parcerias/prestadores.

13.4 Programa 4 - Conservação e uso responsável do patrimônio

Proteger as águas, o carste, a fauna e as paisagens que sustentam o turismo. O programa integra monitoramento, manejo, cooperação com áreas protegidas, preparação responsável de recursos, educação ambiental e adaptação climática, reconhecendo que a conservação é condição econômica, social e competitiva do destino.

Quadro 32 - Plano de ação do Programa 4 - Conservação e uso responsável do patrimônio. Fonte: elaboração própria com base no diagnóstico integrado, na SWOT participativa e nos instrumentos municipais, 2026.

Projeto estratégico	Entregas principais	Prioridade	Liderança e apoio	Prazo	Faixa indicativa de investimento e fontes
Instituir agenda intersetorial de conservação das águas e do carste	Definir áreas críticas; articular órgãos; compartilhar dados; acompanhar licenças e ocorrências; elaborar projetos de recuperação e proteção; relatório anual.	Média	Liderança: Meio Ambiente Apoio: SETIC, SEMA-MT, MP, universidades, proprietários, indústrias e comunidades	Longo	R\$ 100 mil a R\$ 300 mil Fundos ambientais/TACs/convênios/parcerias.
Integrar monitoramento ambiental e conduta do visitante aos atrativos	Definir indicadores simples; registrar ocorrências; mensagens no voucher; briefing padronizado; monitoramento amostral de pressão e conduta; resposta corretiva.	Média	Liderança: Meio Ambiente Apoio: SETIC, atrativos, guias, pesquisadores e operador do Voucher	Longo	R\$ 80 mil a R\$ 200 mil Fundos ambientais/TACs/convênios/parcerias.
Executar programa de resíduos, fauna e bem-estar animal em áreas turísticas	Protocolos de não alimentação; manejo de resíduos; sinalização; campanhas; articulação de castração e guarda responsável; registro de ocorrências.	Média	Liderança: Meio Ambiente e Saúde Apoio: SETIC, ONGs, atrativos, comunidades e clínicas	Longo	R\$ 100 mil a R\$ 300 mil Fundos ambientais/TACs/convênios/parcerias.
Conduzir roteiro técnico para cavidades e espeleoturismo	Matriz de cavidades; situação de estudos e manejo; critérios de prioridade; acompanhamento dos planos; segurança e propriedade; comunicação por estágio; projeto-piloto somente se autorizado.	Média	Liderança: SETIC e Meio Ambiente Apoio: MP, SEMA-MT, Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUMBIO), proprietários, empresas, universidades e especialistas	Longo	R\$ 150 mil a R\$ 500 mil Fundos ambientais/TACs/convênios/parcerias.

Projeto estratégico	Entregas principais	Prioridade	Liderança e apoio	Prazo	Faixa indicativa de investimento e fontes
Preparar o município para eventual retomada autorizada da visitação no Parque Estadual Gruta da Lagoa Azul e fortalecer a cooperação com unidades de conservação	Formalizar agenda institucional com a SEMA-MT; acompanhar os requisitos ambientais, jurídicos, operacionais e de segurança definidos pelo órgão gestor; elaborar plano municipal de preparação; identificar necessidades de acesso, receptivo, sinalização, mobilidade e resposta a emergências; realizar qualificação específica de guias e condutores; elaborar protocolo de comunicação para as diferentes etapas do processo; estruturar metodologia para acompanhar os efeitos da eventual visitação sobre hospedagem, alimentação, transporte, agenciamento, guiamento e comércio local.	Alta	Liderança municipal: SETIC e Secretaria Municipal de Meio Ambiente Articulação e competência externa: SEMA-MT Apoio: COMTUR, Obras e Planejamento, Comunicação, Saúde, Segurança Pública, agências, guias, condutores, transportadores, meios de hospedagem e alimentação	2026-2028, condiciona do às decisões e orientações oficiais da SEMA-MT	R\$ 40 mil a R\$ 120 mil para planejamento, estudos preliminares, qualificação e comunicação. Obras e estruturas físicas deverão ser estimadas posteriormente. Fontes: orçamento municipal, FUMTUR, convênios estaduais, emendas, fundos ambientais e cooperação técnica.
Avaliar recursos com visitação espontânea ou não formatada	Fichas de Lagoa do Salobão, Salto do Tucum, Morro do Vai Quem Quer, Cabelo Duro, Tombador, rios e outros; domínio; risco; acesso; ambiente; interesse; decisão: não promover, monitorar, preparar ou estruturar.	Média	Liderança: SETIC Apoio: Meio Ambiente, proprietários, comunidades, Defesa Civil e especialistas	Longo	R\$ 40 mil a R\$ 120 mil Fundos ambientais/TACs/convênios/parcerias.
Preparar plano de adaptação climática e contingência turística	Calendário de riscos; gatilhos de comunicação; rotas alternativas; protocolo de suspensão; orientações ao trade; integração com Defesa Civil; revisão pós-temporada.	Baixa	Liderança: Defesa Civil e SETIC Apoio: Obras, Meio Ambiente, Saúde, atrativos, agências e comunicação	Médio	R\$ 50 mil a R\$ 150 mil Fundos ambientais/TACs/convênios/parcerias.

13.5 Programa 5 - Diversificação, cultura e identidade local

Transformar memória, gastronomia, artesanato, ciência, educação, ruralidade e comunidades em experiências com conteúdo, autoria e benefício local. Diversificar não significa multiplicar produtos apressadamente, mas documentar saberes, testar formatos, formar mediadores e construir condições de comercialização compatíveis com cada território.

Quadro 33 - Plano de ação do Programa 5 - Diversificação, cultura e identidade local. Fonte: elaboração própria com base no diagnóstico integrado, na SWOT participativa e nos instrumentos municipais, 2026.

Projeto estratégico	Entregas principais	Prioridade	Liderança e apoio	Prazo	Faixa indicativa de investimento e fontes
Estruturar programa de identidade gastronômica de Nobres	Pesquisa de referências; oficinas com cozinhas e produtores; fichas de origem; cardápios e comunicação; formação em qualidade; rota-piloto; atualização anual.	Média	Liderança: SETIC e Cultura Apoio: Agricultura, AMEN, Sistema S, restaurantes, produtores e comunidade	Longo	R\$ 100 mil a R\$ 250 mil Editais/FUMTUR/parcerias/investimento privado.
Consolidar festival gastronômico e agenda de eventos de sabores	Modelo de governança; curadoria; participação de produtores; programação cultural; vendas e pesquisa de público; sustentabilidade do evento; avaliação anual.	Alta	Liderança: SETIC Apoio: COMTUR, Cultura, Agricultura, comércio, patrocinadores e trade	Longo	R\$ 150 mil a R\$ 400 mil por edição Editais/FUMTUR/parcerias/investimento privado.
Desenvolver linha de artesanato e souvenirs vinculada à marca	Mapear artesãos; oficina de referências e direitos de uso da marca; protótipos; qualidade e preço; pontos de venda; participação em eventos; catálogo.	Média	Liderança: Cultura e SETIC Apoio: Artesãos, Sistema S, comércio, associações e Comunicação	Longo	R\$ 80 mil a R\$ 200 mil Editais/FUMTUR/parcerias/investimento privado.
Documentar a memória oral e estruturar rota de memória, cultura e paisagem	Planejar pesquisa ética e consentida; entrevistar moradores e trabalhadores; reunir fotografias, documentos e narrativas das comunidades; registrar memórias vinculadas às cavernas e aos processos de manejo; selecionar pontos; formar mediadores; testar a rota e integrar a agenda cultural.	Média	Liderança: Cultura e SETIC Apoio: Educação, comunidades, pesquisadores, igrejas, grupos culturais e comércio	Longo	R\$ 100 mil a R\$ 250 mil Editais/FUMTUR/parcerias/investimento privado.
Estruturar observação de aves, fauna e turismo científico	Lista de espécies e pontos; regras de conduta; capacitação; roteiros em horários adequados; parcerias científicas; ciência cidadã; promoção segmentada após teste.	Média	Liderança: SETIC Apoio: Universidades, SEMA-MT, São José do Rio Claro, propriedades e condutores	Longo	R\$ 80 mil a R\$ 200 mil Editais/FUMTUR/parcerias/investimento privado.

Projeto estratégico	Entregas principais	Prioridade	Liderança e apoio	Prazo	Faixa indicativa de investimento e fontes
Implantar programa municipal de turismo pedagógico	Protocolo escola-ativo; temas por faixa etária; materiais; formação de professores e condutores; calendário; avaliação; prioridade para escolas locais.	Média	Liderança: Educação e SETIC Apoio: IFMT, escolas, atrativos, Meio Ambiente e Cultura	Longo	R\$ 100 mil a R\$ 250 mil no ciclo Editais/FUMTUR/parcerias/investimento privado.
Preparar experiências rurais e comunitárias de pequena escala	Chamada de interesse; diagnóstico de propriedades; formalização e segurança; desenho de experiências; teste com grupos; integração a agências; acompanhamento.	Média	Liderança: SETIC e Agricultura Apoio: Comunidades, Sistema S, associações, agências e proprietários	Longo	R\$ 100 mil a R\$ 300 mil Editais/FUMTUR/parcerias/investimento privado.
Organizar diagnóstico, qualificação e código de pesca turística responsável	Mapear operadores e trechos; verificar documentação, embarcações e condições de segurança; organizar qualificação de pescadores e condutores em atendimento, legislação, primeiros socorros, interpretação ambiental e práticas de captura e soltura; definir calendário e código de conduta; integrar a atividade à hospedagem, alimentação e demais serviços turísticos.	Média	Liderança: SETIC e Meio Ambiente Apoio: pescadores e condutores, Marinha do Brasil, SEMA-MT, proprietários, instituições de qualificação e trade turístico	Médio e longo	R\$ 40 mil a R\$ 120 mil Editais/FUMTUR/parcerias/investimento privado.
Manter canal de diálogo sobre turismo na Terra Indígena Santana	Não criar produto antecipado; oferecer escuta quando solicitada; esclarecer requisitos; articular Funai; apoiar plano de visitação somente por decisão comunitária; registrar salvaguardas.	Baixa	Liderança: Comunidade Bakairi, quando houver decisão própria Apoio: Funai; Município apenas como apoio técnico solicitado	Longo	R\$ 0 a R\$ 30 mil Editais/FUMTUR/parcerias/investimento privado.

13.6 Programa 6 - Mercado, promoção, permanência e calendário

Ampliar permanência e reduzir sazonalidade por meio de roteiros, eventos de diferentes portes, informação confiável, conteúdo profissional e promoção orientada por públicos e resultados. O programa conecta calendário anual, baixa temporada, portal, banco de imagens e vídeos, vídeo institucional, presença digital, relacionamento comercial e integração regional à capacidade real de entrega do destino.

Quadro 34 - Plano de ação do Programa 6 - Mercado, promoção, permanência e calendário. Fonte: elaboração própria com base no diagnóstico integrado, na SWOT participativa e nos instrumentos municipais, 2026.

Projeto estratégico	Entregas principais	Prioridade	Liderança e apoio	Prazo	Faixa indicativa de investimento e fontes
Organizar portfólio de roteiros de dois, três e quatro dias	Mapear tempos, deslocamentos e públicos; integrar águas, aventura, cultura, gastronomia e região; testar preço e logística; disponibilizar fichas comerciais; atualizar conforme operação.	Alta	Liderança: COMTUR e trade Apoio: SETIC, agências, atrativos, hotéis, restaurantes, transportadores e IGR	Longo	R\$ 40 mil a R\$ 120 mil Orçamento/FUMTUR/patrocínio/promoção cooperada.
Implantar calendário anual de eventos e carteira de eventos de fluxo turístico	Calendário de 12 meses; classificação pequeno/médio/grande; critérios de fluxo, identidade e impacto; captação; plano operacional; pesquisa; avaliação e continuidade.	Alta	Liderança: SETIC e Cultura Apoio: COMTUR, Esporte, Educação, comércio, patrocinadores e trade	Longo	R\$ 30 mil a R\$ 80 mil para governança do calendário; custos de cada evento serão orçados separadamente. Orçamento/FUMTUR/patrocínio/promoção cooperada.
Pactuar estratégia voluntária de baixa temporada e tarifas	Definir períodos; adesão voluntária; pacotes e condições para dias úteis; campanhas; experiências e eventos associados; acompanhamento de ocupação e conversão.	Média	Liderança: Trade e COMTUR Apoio: SETIC, agências, hospedagem, atrativos e restaurantes	Longo	R\$ 30 mil a R\$ 100 mil Orçamento/FUMTUR/patrocínio/promoção cooperada.
Consolidar portal oficial, governança da marca e informação ao visitante	Política editorial; atualização de cadastros; páginas de planejamento de viagem; acessibilidade; SEO; integração do Voucher; uso correto da marca; métricas e correção de informações.	Alta	Liderança: Comunicação e SETIC Apoio: trade, operador do portal, COMTUR e parceiros	Longo	R\$ 80 mil a R\$ 200 mil no ciclo Orçamento/FUMTUR/patrocínio/promoção cooperada.
Consolidar banco público de imagens e vídeos, produzir vídeo institucional e executar comunicação segmentada	Organizar acervo com créditos e autorizações; realizar ensaios fotográficos e captações sazonais; produzir vídeo institucional e versões curtas; manter plano editorial; executar conteúdos e campanhas por segmento e estação; acompanhar alcance, tráfego e conversão.	Média	Liderança: Comunicação e SETIC Apoio: produtores audiovisuais, trade, influenciadores, Sistema S e agências	Longo	R\$ 180 mil a R\$ 450 mil no ciclo Orçamento/FUMTUR/patrocínio/promoção cooperada.



Projeto estratégico	Entregas principais	Prioridade	Liderança e apoio	Prazo	Faixa indicativa de investimento e fontes
Selecionar feiras, roadshows, Famtours e Press Trips por objetivo	Critérios de seleção; metas por evento; agenda comercial; materiais; registro de contatos; follow-up; famtours/press trips com roteiro testado; avaliação de conversão.	Baixa	Liderança: SETIC Apoio: SEADTUR-MT, trade, operadoras, companhias aéreas e imprensa	Longo	R\$ 150 mil a R\$ 400 mil no ciclo Orçamento/FUMTUR/patrocínio/promoção cooperada.
Integrar Nobres a Cuiabá, Parque Novo Mato Grosso e rotas regionais	Roteiros combinados; transfers; materiais em pontos estratégicos; cooperação com Chapada, Pantanal, Rosário Oeste e IGR; ações vinculadas a eventos do Parque Novo; precisão territorial.	Média	Liderança: SETIC Apoio: SEADTUR-MT, IGR, municípios, aeroporto, operadores e Parque Novo Mato Grosso	Longo	R\$ 80 mil a R\$ 250 mil Orçamento/FUMTUR/patrocínio/promoção cooperada.



13.7 Programa 7 - Inteligência, formalização e ambiente de negócios

Consolidar o Voucher Único Digital, o Observatório, o inventário, as pesquisas, a leitura fiscal e o apoio empresarial como infraestrutura permanente de gestão. A finalidade é transformar registros em decisões, elevar a formalização e orientar investimentos sem confundir movimentação operacional, arrecadação e benefício efetivamente retido no território.

Quadro 35 - Plano de ação do Programa 7 - Inteligência, formalização e ambiente de negócios. Fonte: elaboração própria com base no diagnóstico integrado, na SWOT participativa e nos instrumentos municipais, 2026.

Projeto estratégico	Entregas principais	Prioridade	Liderança e apoio	Prazo	Faixa indicativa de investimento e fontes
Aprimorar cobertura e qualidade do Voucher Único Digital	Revisão cadastral; regras de validação; alertas de não emissão; auditoria amostral; treinamento; integração com PGAT/SGS; proteção de dados; relatório mensal de qualidade.	Alta	Liderança: SETIC Apoio: Operador do sistema, Fazenda, atrativos, agências e Procuradoria	Longo	R\$ 150 mil a R\$ 400 mil no ciclo Orçamento/FUMTUR/cooperação acadêmica/crédito.
Institucionalizar agenda do Observatório e pesquisa contínua de demanda e experiência	Calendário de boletins e painéis; relatório anual; notas metodológicas; questionário contínuo por QR e amostras presenciais; pesquisa em eventos; devolutiva a empresas, COMTUR e secretarias; arquivo histórico e planos de resposta.	Alta	Liderança: SETIC/Observatório Apoio: IFMT, universidades, Comunicação, atrativos, hospedagem, restaurantes e operador do Voucher	Longo	R\$ 180 mil a R\$ 450 mil no ciclo Orçamento/FUMTUR/cooperação acadêmica/crédito.
Atualizar inventário e ampliar regularização no Cadastur	Atualização anual; integração de bases; calendário de orientação; mutirões; comunicação por categoria; encaminhamento aos órgãos competentes; publicação agregada.	Média	Liderança: SETIC Apoio: Ministério do Turismo (MTur), SEADTUR-MT, Receita, Vigilância, Meio Ambiente e entidades	Longo	R\$ 80 mil a R\$ 200 mil no ciclo Orçamento/FUMTUR/cooperação acadêmica/crédito.
Implantar agenda de apoio empresarial e investimento responsável	Clínicas empresariais; guia de requisitos; mapa de oportunidades; critérios ambientais e territoriais; atendimento a investidores; encaminhamento a crédito; acompanhamento de projetos.	Média	Liderança: SETIC e Sebrae Apoio: bancos, Meio Ambiente, Planejamento, Fazenda e associações	Longo	R\$ 50 mil a R\$ 150 mil Orçamento/FUMTUR/cooperação acadêmica/crédito.
Medir impacto de eventos e encadeamentos econômicos do turismo	Metodologia simples; seleção de eventos; pesquisa de público e empresas; ocupação; Voucher; vendas; compras locais; relatório e recomendações para edição seguinte.	Média	Liderança: SETIC/Observatório Apoio: Fazenda, comércio, eventos, universidades e trade	Longo	R\$ 60 mil a R\$ 180 mil Orçamento/FUMTUR/cooperação acadêmica/crédito.

14. Indicadores estratégicos, metas e verificação

O monitoramento verifica se as entregas concluídas alteram os problemas que deram origem ao plano. O corpo principal concentra indicadores estratégicos de resultado, suficientes para acompanhar governança, infraestrutura, qualidade, conservação, diversificação, mercado e inteligência. O detalhamento dos 47 projetos - indicador, referência inicial, meta e meio de verificação - integra o Anexo Técnico de Monitoramento, publicado conjuntamente com o PMT.

Quadro 36 - Matriz de indicadores estratégicos de resultado do PMT. Fonte: elaboração própria, 2026.

Programa	Indicador estratégico	Referência inicial	Meta até 2028	Meio de verificação
Programa 1	Projetos com status atualizado e decisão registrada	Sem rotina integrada	100% dos projetos atualizados trimestralmente; síntese semestral pública	Painel do PMT, atas e relatórios
Programa 1	Regularidade e representatividade do COMTUR	Funcionamento irregular	Mínimo de 6 reuniões anuais; 80% de presença média; 90% das deliberações com encaminhamento	Atas, calendário e controle de deliberações
Programa 1	Arrecadação, conciliação e aplicação do FUMTUR	Baixa arrecadação e conciliação incompleta	Conciliação trimestral, plano anual e 100% das aplicações vinculadas ao PMT	Extratos, relatórios fiscais agregados e prestação de contas
Programa 2	Corredores turísticos avaliados e intervenções encaminhadas	Ausência de matriz única	100% dos corredores avaliados e 5 intervenções executadas, contratadas ou formalizadas	Matriz, projetos, ordens de serviço e registros
Programa 2	Projeto e implantação da sinalização turística	Sinalização incompleta	Projeto aprovado e implantação iniciada nos 3 corredores prioritários	Projeto, anuências, contratos e vistorias
Programa 2	Projetos de espaços públicos de apoio à visitação	Ausência de carteira técnica priorizada	Até 3 projetos concluídos e ao menos 1 intervenção contratada ou iniciada	Projetos, orçamento, convênios e registros fotográficos
Programa 3	Atrativos com situação técnica atualizada	Atualização heterogênea	100% avaliados e 70% com pendências prioritárias sanadas ou plano formal	Cadastros, laudos e relatórios
Programa 3	Protocolo de emergência e simulados	Resposta fragmentada	Protocolo aprovado e 2 simulados anuais	Documento, listas e relatórios de simulação
Programa 3	Trabalhadores e empresas alcançados por qualificação	Oferta pontual	400 participações em formação e 70% de aplicação percebida	Listas, certificados e avaliação pós-curso

Programa	Indicador estratégico	Referência inicial	Meta até 2028	Meio de verificação
Programa 4	Projetos ambientais e monitoramento de áreas críticas	Ações fragmentadas	Agenda ambiental pactuada, incluindo articulação com a SEMA-MT para preparação do cenário da Gruta da Lagoa Azul; 2 projetos estruturados e indicadores em 6 pontos prioritários	Atas, mapas, projetos e relatórios
Programa 4	Cavidades e recursos não formatados com status definido	Informação parcial	100% das cavidades levantadas com status; 8 recursos avaliados; até 3 propostas-piloto	Matriz técnica, planos de manejo e fichas
Programa 4	Plano de contingência climática vigente	Resposta reativa	Plano aprovado antes do período chuvoso de 2027 e revisão anual	Plano, alertas e relatórios de ocorrência
Programa 5	Experiências de diversificação testadas e integradas	Oferta incipiente e dispersa	Ao menos 8 experiências-piloto e 5 integradas à comercialização regular	Fichas, testes, portal, Voucher e vendas
Programa 5	Participação local em gastronomia, artesanato e memória	Baixa articulação como oferta	15 empreendimentos, 10 artesãos/produtos e acervo de memória organizado	Catálogos, cardápios, registros de venda e acervo
Programa 6	Permanência e pacotes de duas ou mais noites	Predomínio de permanência curta	Crescimento de 20% na permanência operacional e pacotes de 2+ noites em 20 empresas	Voucher, hospedagem, pacotes e pesquisas
Programa 6	Eventos turísticos fora dos picos e desempenho digital	Calendário disperso e produção descontínua	8 eventos fora dos principais picos; portal atualizado mensalmente; campanhas avaliadas	Calendário, ocupação, analytics e relatórios
Programa 7	Qualidade do Voucher e produtos do Observatório	Lacunas cadastrais e produção sem calendário	Revisão de 100% dos operadores; 12 boletins, 4 painéis e 1 relatório anual	Logs, painéis, portal e fiscalizações
Programa 7	Formalização, inventário e apoio empresarial	Diferenças entre bases e apoio disperso	Inventário anual, aumento de 25% no Cadastur priorizado e 30 empresas atendidas	Bases, certificados e registros de atendimento

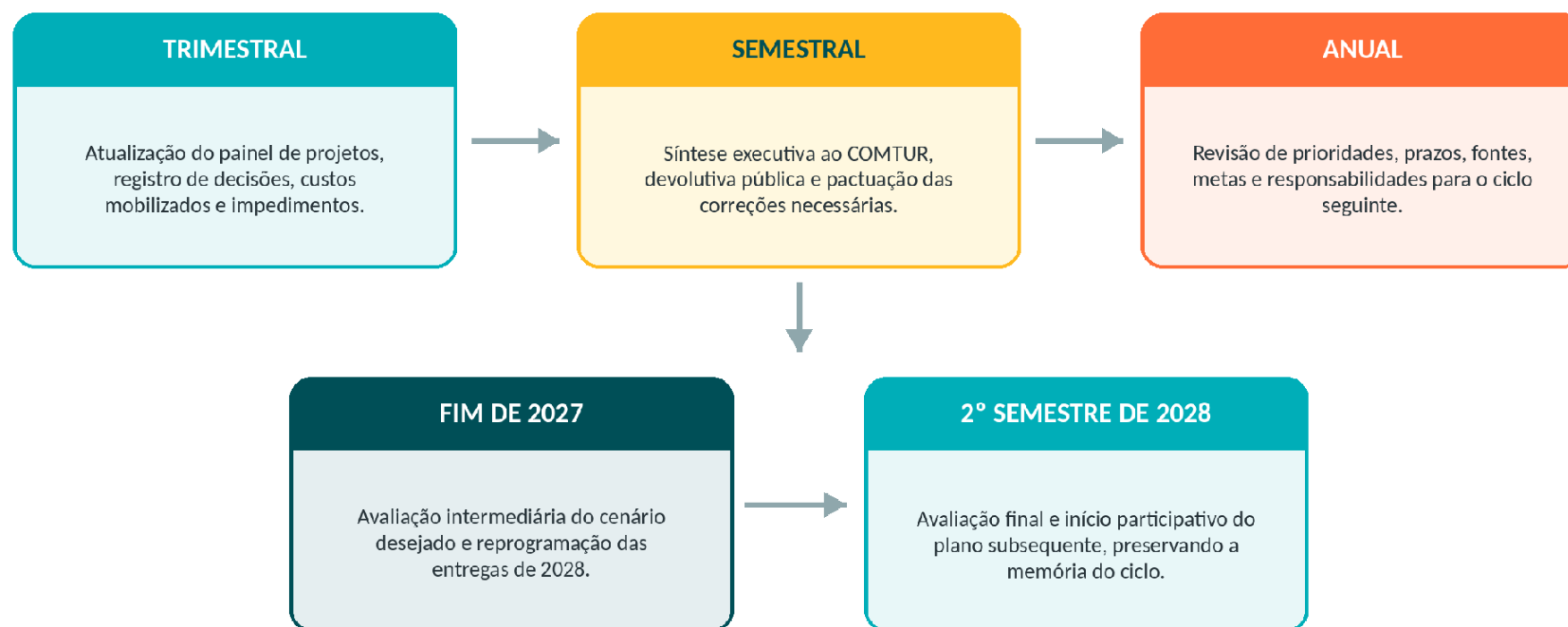
15. Agenda de acompanhamento, revisão e atualização

A coordenação do monitoramento caberá à SETIC, mas a responsabilidade pela informação é distribuída: cada órgão, colegiado ou parceiro deverá atualizar as entregas sob sua liderança, registrar custos mobilizados, decisões pendentes, riscos e efeitos sobre outros projetos. O COMTUR receberá sínteses periódicas, exercerá controle social e pactuará ajustes. A entrega iniciada não será considerada concluída sem evidência verificável, e metas poderão ser reprogramadas somente com justificativa registrada.

Síntese visual do ciclo de acompanhamento, revisão e atualização do PMT. Fonte: elaboração própria, 2026.

CICLO DE ACOMPANHAMENTO DO PMT

Monitorar não é apenas registrar atividades: é comparar entregas, metas, custos, impedimentos e efeitos.



O Anexo Técnico de Monitoramento detalha indicador, referência inicial, meta e meio de verificação de cada projeto estratégico.

O PMT deverá ser revisto anualmente e refeito a cada ciclo de governo ou, no máximo, a cada quatro anos. A avaliação intermediária ocorrerá ao final de 2027; no segundo semestre de 2028, a avaliação final deverá iniciar a elaboração participativa do plano subsequente, com base no que foi concluído, reprogramado, impedido ou transformado.

Considerações finais

O Plano Municipal de Turismo de Nobres 2026-2028 parte de uma condição central: o município não carece de recursos turísticos, memória social, experiência empresarial ou instrumentos públicos. Ao longo de mais de duas décadas, o território acumulou normas, instâncias de governança, mecanismos de controle, estudos, inventários, promoção e bases administrativas. O desafio decisivo é transformar esse patrimônio em continuidade, coordenação e capacidade de entrega.

Essa transformação depende de compreender Nobres como sistema territorial. Cidade, Bom Jardim, Roda d'Água, comunidades do Distrito de Coqueiral, PA Coqueiral-Quebó, propriedades rurais e corredores regionais desempenham funções diferentes e complementares. A unidade da marca somente se sustenta quando essas diferenças orientam investimentos, serviços, circulação de benefícios e responsabilidades, sem apagar identidades ou produzir rivalidades.

A conservação da água, do carste, das cavernas, da fauna, da vegetação e das paisagens rurais é fundamento econômico e social do destino. Nobres reúne características de consolidação e sinais de estagnação relativa; seu rejuvenescimento depende de qualificar a oferta existente, elevar segurança e serviços de apoio e preparar novos segmentos com manejo, autorização, conteúdo e viabilidade comercial. Potencial não será promovido como produto antes de alcançar maturidade.

O Voucher Único Digital, o Observatório e a participação social permitem uma política mais transparente e orientada por evidências. Dados deverão apoiar fiscalização, infraestrutura, eventos, qualificação e promoção; a SWOT deverá permanecer rastreável nas prioridades e nas devolutivas. Informação e participação produzem valor quando alteram decisões e permitem compreender por que uma entrega foi executada, reprogramada ou considerada inviável.

O Voucher Único Digital e o Observatório de Turismo constituem um dos principais diferenciais dessa nova etapa. Pela primeira vez, o município dispõe de condições para acompanhar fluxos, sazonalidade, mercados emissores, composição das atividades, permanência operacional e movimentação registrada com maior regularidade. Entretanto, o valor desses instrumentos não está apenas na produção de gráficos ou relatórios. Dados só se transformam em inteligência quando orientam fiscalização, comunicação, planejamento de eventos, priorização de infraestrutura, qualificação, promoção e avaliação de resultados. A consolidação de uma cultura de decisão baseada em evidências será uma das medidas mais concretas do amadurecimento da política turística municipal.

Referências

- BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. São Paulo: Senac São Paulo, 2007.
- BOULLÓN, Roberto C. Planejamento do espaço turístico. Bauru: EDUSC, 2002.
- BRASIL. Decreto nº 12.136, de 9 de agosto de 2024. Aprova o Plano Nacional de Turismo 2024-2027. Brasília, DF, 2024.
- BRASIL. Lei nº 14.978, de 18 de setembro de 2024. Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 - Lei Geral do Turismo. Brasília, DF, 2024.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2024-2027. Brasília, DF: MTur, 2024.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria MTur nº 1/2026. Dispõe sobre o Mapa do Turismo Brasileiro e a categorização dos municípios. Brasília, DF, 2026.
- BRITES, Diane do Carmo Ribeiro. Proposta pedagógica para aulas de campo nos atrativos turísticos de Nobres-MT. Cuiabá: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, 2020. Produto educacional do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).
- BUTLER, Richard W. The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. The Canadian Geographer, v. 24, n. 1, p. 5-12, 1980.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. Instrução Normativa nº 3, de 11 de junho de 2015. Estabelece normas e diretrizes para atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas.
- HALL, C. Michael. Tourism planning: policies, processes and relationships. 2. ed. Harlow: Pearson Education, 2008.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Nobres: Cidades e Estados; histórico e formação administrativa. Rio de Janeiro: IBGE, 2025-2026.
- LIMA, Eliana Beatriz Nunes Rondon; MODESTO FILHO, Paulo; MOURA, Rubem Mauro Palma de (org.). Plano Municipal de Saneamento Básico: Nobres-MT. Cuiabá: EdUFMT, 2017. 727 p. ISBN 978-85-327-0715-4.
- MAGALHÃES, Wenderson Fellipe Soares; NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça. Voucher Único Digital em Nobres-MT: uma tecnologia aplicada ao turismo responsável. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2025. Artigo de conclusão da Especialização em Turismo Responsável.
- MATO GROSSO. Decreto nº 274, de 9 de maio de 2023. Regulamenta a Lei nº 7.161/1999, que cria a Área de Proteção Ambiental Estadual das Cabeceiras do Rio Cuiabá.
- MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico. Região Turística Circuito das Águas: municípios integrantes. Cuiabá, consulta em 2026.
- MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Plano de Manejo do Parque Estadual Gruta da Lagoa Azul. Cuiabá: SEMA-MT, 2006.
- MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Portaria nº 152/2025/SEMA/MT. Dispõe sobre a proibição temporária da visitação pública no Parque Estadual Gruta da Lagoa Azul. Cuiabá, 2025.
- MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Portaria nº 660, de 29 de dezembro de 2014. Reconhece a RPPN Reserva Natural Cachoeira do Tombador.

NOBRES. Prefeitura Municipal. Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Nobres/MT. Nobres, 2016.

NOBRES. Prefeitura Municipal. Plano Estratégico de Ações do Turismo. Nobres, 2025.

NOBRES. Prefeitura Municipal; SEBRAE MATO GROSSO. Plano Estratégico de Marketing do Turismo de Nobres 2025-2028. Nobres, 2025.

NOBRES. Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio. Audiência Pública do Plano Municipal de Turismo de Nobres: material de mobilização e registro participativo. Nobres, 2025.

NOBRES. Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio. Base mensal do Observatório de Turismo; painel executivo de demanda; extrato administrativo de ISSQN. Nobres, 2023-2026.

NOBRES. Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio. Bases do Voucher Único Digital, Observatório de Turismo, Cadastur, ISSQN e registros administrativos. Nobres, 2023-2026.

NOBRES. Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio. Inventário da Oferta Turística de Nobres: bases e levantamentos 2025-2026. Nobres, 2026.

NOBRES. Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio. Relação complementar de atrativos e experiências. Nobres, 2026.

NOBRES. Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio. Relatório administrativo de serviços e ISSQN por CNAE selecionado: exercício de 2025. Nobres, 2026.

NOBRES. Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio. Relatórios do Voucher Único Digital e do Observatório de Turismo: julho de 2024 a maio de 2026. Nobres, 2026.

NOBRES. Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio. SWOT Participativa do Turismo de Nobres e registros do processo participativo. Nobres, 2025.

NOBRES. Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio. Tabulação da SWOT participativa do turismo de Nobres. Nobres, 2025.

PROGRAMA MELHORES PRÁTICAS PARA O ECOTURISMO. Pólo Ecoturístico Nobres: anexos técnicos. Nobres: Programa MPE; Funbio; Prefeitura Municipal de Nobres; SEDTUR, 2002-2003. 50 p.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 1997.

SESC PANTANAL. Parque Sesc Serra Azul. Informações institucionais e territoriais. Rosário Oeste, consulta em 2026.



PLANO MUNICIPAL DE TURISMO

Nobres – MT
2026–2028



Realizado com participação,
diálogo e compromisso coletivo.
**Nobres, destino de natureza e
experiências transformadoras.**

Obrigado!

Juntos, seguimos construindo
o futuro do turismo em Nobres.